



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

MONIELLY CRISTINA SAVERIO SERAFIM

APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS ESCRITO

São José do Rio Preto
2019

MONIELLY CRISTINA SAVERIO SERAFIM

APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS ESCRITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Financiadora: CAPES – Financiamento 001
FAPESP – Proc.. 2016/01116-3

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2019

S481a Serafim, Monielly Cristina Saverio
Aposições restritivas no português escrito / Monielly Cristina
Saverio Serafim. -- São José do Rio Preto, 2019
124 f. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São
José do Rio Preto
Orientador: Roberto Gomes Camacho

1. Linguística. 2. Funcionalismo (Linguística). 3. Gramática
discursivo funcional. 4. Sintagma nominal. 5. Aposição. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ERRATA

SERAFIM, Monielly Cristina Saverio. **Aposições restritivas no português escrito**. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2019.

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
1	29	FAPESP – Proc.. 2016/01116-3	FAPESP – Proc.. 2017/01116-3
2	19	FAPESP – Proc.. 2016/01116-3	FAPESP – Proc.. 2017/01116-3

IBILCE/UNESP

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Aprovado pelo Conselho do Programa em
reunião de 6/5/19 Encaminhe-se a
STPG para providências

São José do Rio Preto, 6 de 5 de 19

Fabiana Komesu

Profa. Dra. Fabiana Cristina Komesu
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

MONIELLY CRISTINA SAVERIO SERAFIM

APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS ESCRITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Financiadora: CAPES – Financiamento 001
FAPESP – Proc.. 2016/01116-3

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

COMISSÃO EXAMINADORA

Titulares

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho (Orientador)
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Marcelo Módolo
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Suplentes

Profa. Dra. Maria Célia Lima Hernandes
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
20 de março de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, que sempre foi exemplo e inspiração na minha vida acadêmica, pela generosidade com que compartilhou seus conhecimentos, pela paciência com as minhas limitações e pela disponibilidade para discutir diversas questões fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À Capes pela concessão de bolsa de mestrado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Também agradeço à FAPESP pela concessão da bolsa de pesquisa, sob o processo nº 2017/01116-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, PGCEL, pelas trocas dentro e fora da sala de aula. Em especial, agradeço à Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos, pelos valiosos conselhos acadêmicos e longas conversas e também pelos ensinamentos durante a organização de duas edições do *Selin*. À Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglia Hattner, pela parceria estabelecida durante o mestrado, e, principalmente, por ter me mostrado como os estudos linguísticos são libertadores. Ao Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, pelas indicações bibliográficas que permitiram não só o crescimento deste trabalho, mas também abriram caminhos para outros projetos.

Ao Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, coordenado pela Profa. Dra. Erolde Gorette Pezatti, pelo acolhimento, pelas valiosas discussões teóricas e, também, pelos cafés que fizeram as tardes de sexta-feira mais leves.

À Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé, cuja leitura atenta e cuidadosa do texto preliminar apresentado no X Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP foi essencial para o desenvolvimento desta dissertação.

A todos os membros das bancas de qualificação e defesa, Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos, Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglia Hattner e Prof. Dr. Marcelo Módolo, pelas valiosas contribuições que permitiram o aprimoramento deste trabalho.

Aos amigos que estiveram presentes durante a minha caminhada. Agradeço principalmente à Mari, cujo carinhoso silêncio foi conforto nas horas mais difíceis. À Bruna, pelos abraços e cafés que fizeram o caminho menos árduo. À Aline, pelo apoio constante e pelas inúmeras leituras deste trabalho, desde que ele ainda era apenas um projeto. Ao Higor, que, mesmo longe, sempre esteve presente durante os momentos de alegrias e dificuldades.

Aos meus pais e minha irmã, que sempre apoiaram e foram peça fundamental para a minha formação. Não há palavras suficientes para expressar os meus agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho debruça-se sobre o estudo das aposições restritivas no português escrito. Entendemos por aposições restritivas sintagmas nominais desprovidos de preposição, como *o poeta Drummond, a cor azul, FHC presidente*, e providos com a preposição *de*, como *a cidade de São Paulo, o conceito de proletariado, o mês de janeiro*. Como objetivos gerais, pretendemos i) estabelecer a nuclearidade das aposições restritivas sem e com *de*; ii) verificar as estratégias discursivas que o falante emprega no uso dessas estruturas; iii) determinar como as estratégias discursivas motivam os usos dos subtipos morfossintáticos; e iv) identificar se há parâmetros de formulação e de codificação que oponham e/ou aproximem as aposições restritivas sem e com elemento de ligação. Para tanto, assentamos nossas bases teóricas na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que permite verificar, de forma adequada, a constituição das aposições e de suas funções em relação aos níveis e camadas postulados pelo modelo, e nos trabalhos de Keizer (2005a; 2005b; 2007), que tratam especificamente desse fenômeno, identificando estratégias discursivas para o uso das aposições. A análise dos dados indicou que o núcleo prototípico das construções é o primeiro elemento nominal, restando ao segundo a função de modificar o primeiro de maneira restritiva. Além disso, os dados apontam que a estratégia descritivamente identificadora é a mais frequente e que determinadas estratégias discursivas mobilizam padrões morfossintáticos específicas. Por fim, verificou-se que os dois tipos de aposições restritivas (sem e com preposição) se assemelham no Nível Interpessoal por serem compostas de um Subato de Referência que contém dois Subatos de Atribuição, o que significa que é apenas o sintagma como um todo que é utilizado para estabelecer a referência. No Nível Representacional, as aposições também se assemelham por designarem apenas uma entidade, mas se diferenciam em subtipos com base na atribuição das categorias semânticas.

Palavras-chave: aposição restritiva; estratégias discursivas; funcionalismo; Gramática Discursivo-Funcional; português escrito.

ABSTRACT

This work focuses on close appositions in written Portuguese. Close appositions are understood here as noun phrases without a preposition, as in o poeta Drummond (the poet Drummond), a cor azul (the blue color), FHC presidente (FHC president) and the ones with the preposition de (of), as in a cidade de São Paulo (the city of São Paulo), o conceito de proletariado (the concept of proletariat), o mês de janeiro (the month of January). The general objectives of this research are: (i) to establish the headedness of close appositions with and without the preposition de; ii) to verify which discursive strategies the speaker applies to the use of the structures; iii) to determine how the discursive strategies motivate the uses of the morphosyntactic subtypes; and iv) to identify the formulation and the coding parameters that oppose and/or approximate close appositions with and without linking element. The theoretical support to this investigation is the theory of the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), which allows an adequate verification of the constitution and the functions of the appositions in each level and layer postulated by the model, and the works of Keizer (2005a; 2005b; 2007), which deal with this phenomenon specifically, identifying discursive strategies for the uses of appositions. The data analysis shows that the prototypical head of the constructions is the first nominal element, leaving to the second one the modification function of the first one in a restrictive way. The data point to the conclusion that appositions are used mainly in identifying function. In addition, they also point to the fact that certain discursive strategies mobilize specific morphosyntactic structures. Finally, it is attested that both types of close appositions (with and without preposition) are similar at the Interpersonal Level since they are composed by a Subact of Reference which contains two Subacts of Ascription, meaning that only the noun phrase as a whole is used to establish the reference. At the Representational Level, the two types of appositions are also similar since they designate only one entity, but they differ in subtypes based on the attribution of the semantic categories.

Keywords: close apposition; discursive strategies; functionalism; Functional Discourse Grammar; written Portuguese.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Combinação dos tipos apositivos	30
Quadro 2	Subtipos de posições restritivas	33
Quadro 3	Distribuição das funções discursivas	43
Quadro 4	Seleção de reportagens	58
Quadro 5	Seleção de editoriais	58
Quadro 6	Seleção de textos de opinião	59
Quadro 7	Crterios de nuclearidade	65
Quadro 8	Crterios para definir usos discursivos	66
Quadro 9	Nuclearidade das posições restritivas sem <i>de</i>	77
Quadro 10	Padres morfossintáticos de posições restritivas sem <i>de</i> no portugus	78
Quadro 11	Padres morfossintáticos de posições restritivas com <i>de</i> no portugus	100
Quadro 12	Nuclearidade das posições restritivas com <i>de</i>	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema geral da GDF	18
Figura 2	Taxonomia das informaes dadas e novas	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Aplicao dos crterios de nuclearidade as posies sem <i>de</i>	70
Tabela 2	Distribuição das estratgias discursivas das posies restritivas sem <i>de</i>	79
Tabela 3	Estratgias discursivas das posies sem <i>de</i>	80
Tabela 4	Aplicao dos crterios de nuclearidade as posies com <i>de</i>	95
Tabela 5	Distribuição das estratgias discursivas das posies restritivas com <i>de</i>	105
Tabela 6	Categorias semânticas das posies restritivas	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GDF	Gramática Discursivo-Funcional
N	Nome
N1	Primeiro nome da aposição
N2	Segundo nome da aposição
NF	Nível Fonológico
NI	Nível Interpessoal
NM	Nível Morfossintático
N _{PRÓPRIO}	Nome próprio
NR	Nível Representacional
SN	Sintagma nominal

LISTA DE SÍMBOLOS

ESTRUTURA GERAL

π	Operador
v	Variável
Φ	Função
σ	Modificador

NÍVEL INTERPESSOAL

M	Movimento
A	Ato Discursivo
F	Ilocução
P	Participante
S	Falante
A	Ouvinte
C	Conteúdo Comunicado
T	Subato de Atribuição
R	Subato de Referência
id	Identificabilidade
s	Especificidade

NÍVEL REPRESENTACIONAL

p	Conteúdo Proposicional
ep	Episódio
e	Estado de coisas
f ^c	Propriedade configuracional
x	Indivíduo
t	Tempo
l	Lugar
t	Tempo
f	Propriedade lexical

NÍVEL MORFOSSINTÁTICO

Le	Expressão Linguística
Gw	Palavra Gramatical
Nw	Palavra Lexical
Adpp	Sintagma Preposicional
Np	Sintagma Nominal
Cl	Oração
Xs	Raiz
Aff	Afixo
P ^I	Posição Inicial
P ^F	Posição Final

NÍVEL FONOLÓGICO

U	Enunciado
IP	Frase Entonacional
PP	Frase Fonológica
PW	Palavra Fonológica
S	Sílaba
F	Pé

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
1.1	Justificativa e relevância do tema	12
1.2	Proposta de trabalho.....	14
2	Fundamentos teóricos.....	17
2.1	Apresentação.....	17
2.2	A Gramática Discursivo-Funcional	17
2.3	A aposição na literatura	24
2.3.1	Aposições restritivas sem preposição	29
2.3.2	Aposições restritivas com preposição.....	44
2.4	O nome próprio como constituinte das aposições restritivas.....	48
2.5	Referenciação: sintagmas nominais como objetos de discurso	51
3	Universo de investigação e procedimentos metodológicos.....	57
3.1	A amostra.....	57
3.2	Hipóteses, perguntas de pesquisa e critérios de análise.....	60
4	O comportamento das aposições restritivas na amostra.....	67
4.1	Apresentação.....	67
4.2	Aposições restritivas sem preposição	67
4.3	Aposições restritivas com preposição	94
4.4	Distinção entre os tipos de aposição com base em correlações pragmáticas e semânticas	110
5	Considerações finais.....	118
	Referências	121

1 Introdução

Este trabalho se debruça sobre as aposições restritivas destituídas de conector (*O escritor Machado de Assis*) e sobre aposições restritivas conectadas pela preposição *de* (*A cidade de São Paulo*), construções que, no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), representam, no Nível Interpessoal (NI), um Subato de Referência (R) composto de dois Subatos de Atribuição (T) e, no Nível Representacional (NR), uma única entidade representada por dois elementos. Embora se assemelhem nesses níveis e se traduzam em um único sintagma nominal, essas construções apresentam diferenças formais de constituição na codificação Morfossintática.

Esse tipo de fenômeno contrasta com outro no mesmo domínio da aposição, o das aposições não restritivas (*Machado de Assis, o bruxo de Cosme Velho,*) que se identificam por evocar não um único, mas dois Subatos de Referência no Nível Interpessoal, e que se assemelham às restritivas por designarem uma única entidade no Nível Representacional, que se traduzem, no Nível Morfossintático (NM), pela codificação de dois sintagmas nominais em alinhamento com o que acontece no Nível Interpessoal.

O presente estudo das aposições restritivas tem origem em trabalho anterior,¹ que buscou definir o núcleo de oito categorias de sintagmas com dois elementos nominais ligados pela preposição *de*, entre eles as aposições restritivas com *de* (*a cidade de São Paulo, o mês de janeiro, o conceito de proletariado*). Concluiu-se, nessa fase inicial, que o núcleo dessas aposições é o primeiro constituinte do SN, enquanto o segundo constituinte, no caso também um nome, exerce a função de restringir o elemento nuclear; verificou-se, além disso, que nas aposições restritivas com *de*, é o sintagma como um todo que se refere a alguma entidade e não um ou outro nome separadamente.

Em vista desses resultados, este trabalho não só dá continuidade ao estudo das aposições restritivas com elemento de ligação para determinar as suas funções discursivas, mas também amplia seu escopo para incluir o exame das aposições restritivas sem conector em busca de estabelecer as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas dos dois subtipos apositivos e, portanto, as principais semelhanças e diferenças entre eles. Em virtude das operações de formulação e de codificação mencionadas, as aposições não restritivas estão fora do escopo deste projeto justamente por se constituírem de dois Subatos de Referência e dois

¹ O projeto de iniciação científica “A nuclearidade de sintagmas-*de* com dois elementos nominais”, desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho e apoiado financeiramente pela Fapesp (Processo Fapesp nº 2015/25674-0).

Sintagmas Nominais separados por uma pausa.

1.1 Justificativa e relevância do tema

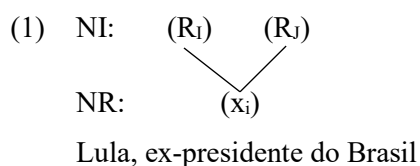
As aposições são objeto de estudo de diversos linguistas, sem que haja consenso sobre vários aspectos de sua constituição. Autores como Fries (1952 apud MEYER, 1992), Francis (1958), Matthews (1981) e Lago (1991) consideram como aposição apenas sintagmas nominais correferenciais justapostos, posição que restringe as estruturas que estão no escopo do termo aposição. Quirk et al. (1985), por seu lado, assumem uma posição mais ampla, considerando como aposições estruturas de SNs correferenciais ou de SNs cuja referência de um nome esteja incluída na referência do outro. Assim como Quirk et al. (1985), Meyer (1992) também inclui estruturas de SNs correferenciais e não correferenciais em seu estudo sobre aposição no inglês.

Há também discordância em trabalhos sobre essas estruturas no que diz respeito ao tratamento dado às relações sintáticas estabelecidas entre os membros das aposições. Alguns autores postulam que a relação sintática estabelecida é a de coordenação (HOCKETT, 1955) e outros, a de subordinação (TESNIÈRE, 1976). Além dessas posições, existem autores que assumem ser de interdependência a relação estabelecida (LAGO, 1991). Por fim, há ainda os que assumem atitudes mais radicais, negando a presença de qualquer relação sintática entre os nomes (LONGRÉE, 1987 apud LAGO, 1991).

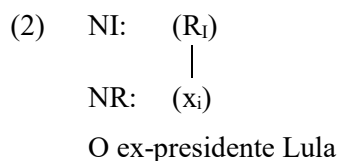
Essas divergências semânticas e sintáticas conduzem a uma separação das aposições em dois grandes grupos, o das aposições não restritivas e o das aposições restritivas. Embora também não haja consenso sobre as características das estruturas dentro de cada grupo, é possível generalizar algumas características presentes na maioria das definições. As aposições não restritivas (*Machado de Assis, escritor brasileiro*) são, em geral, caracterizadas como dois sintagmas correferenciais separados por uma pausa, sendo de modificação a relação semântica estabelecida entre eles. Já as aposições restritivas (*o escritor brasileiro Machado de Assis*) são construções em que os elementos nominais estão justapostos, sem qualquer pausa entre eles e sem correferencialidade, além de ser a relação semântica entre os membros nominais a de modificação e a relação sintática, a de subordinação.

A correferencialidade entre os itens nominais, o principal aspecto que diferencia essas estruturas, é fator determinante para que muitos linguistas não considerem as aposições restritivas como aposições de fato, por argumentarem que nelas há a ausência dessa propriedade semântica (LAGO, 1991; RODRÍGUEZ, 1989; TABOADA, 1978, TESNIÈRE, 1976).

No arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional,² as aposições não restritivas, as restritivas sem elemento de ligação e as restritivas com *de* apresentam diferentes características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas que permitem, *a priori*, uma subdivisão em grupos distintos. Nesse modelo, a aposição não restritiva consiste em uma estrutura no Nível Interpessoal (NI) com dois Subatos de Referência (R_I e R_J), mas que, no Nível Representacional (NR), denotam uma única entidade, como pode ser observado em (1):



As aposições restritivas sem elemento de ligação e as aposições restritivas com *de*, por outro lado, dispõem, no Nível Interpessoal, apenas de um Subato de Referência e denotam, correlativamente, no Nível Representacional, também uma única entidade (2).



Esse modo de representação implica a existência de uma relação de transparência, que se traduz em uma relação de um para um entre as unidades dos níveis Interpessoal e Representacional; ao contrário, as aposições não restritivas, como observado em (1), que dispõem de uma relação de muitos-para-um entre os dois níveis de formulação (HENGEVELD, 2011), configuram uma relação opaca ou não transparente.

Sobre as aposições em português, os trabalhos de cunho funcionalista de Nogueira (1999; 2011; 2012) são referência no tratamento das aposições não restritivas e apresentam importantes generalizações de aspectos formais, funcionais e textual-discursivos desse tipo de construções no português. Em relação, especificamente, às aposições restritivas, destacamos o trabalho de Lemson (2016), que traz significantes considerações sobre a nuclearidade, correferencialidade e relações estabelecidas entre os itens nominais.

Lemson (2016) faz um trabalho qualitativo e, de modo geral, defende que, de uma perspectiva discursivo-funcional, as aposições restritivas são constituídas, no Nível

² Ver organização da GDF na seção 2.1.

Interpessoal, de um Subato de Referência que, por sua vez, é composto de dois Subatos de Atribuição. Nesse nível, de acordo com a pesquisadora, são atribuídas as funções pragmáticas Tópico ao primeiro nome e Foco ao segundo nome. Embora o trabalho de Lemson (2016) traga contribuições relevantes para a descrição das aposições restritivas no português, a própria autora reconhece que ainda é preciso um trabalho quantitativo sobre essas estruturas para ser possível chegar a uma conclusão mais definitiva sobre os seus traços constitutivos.

Em vista dessa lacuna, das posições tomadas pela autora das quais discordamos e de aspectos gerais das aposições que não são de consenso na literatura, propomos um trabalho de cunho qualitativo e quantitativo que chegue a uma contribuição para o estudo das aposições no português escrito.

1.2 Proposta de trabalho

Conforme já mencionado, este trabalho se debruça sobre as aposições restritivas sem e com o elemento de ligação *de*. Estão no seu escopo, portanto, as construções em (3) e (4):

- (3)
 - a O escritor Machado de Assis
 - b Machado de Assis cronista
 - c (O) meu amigo João
 - d Um amigo João
 - e A palavra recessão
- (4)
 - a A cidade de São Paulo
 - b O conceito de gramaticalização

Estruturas do tipo *you yourself*, classificadas como restritivas por Acuña-Fariña (2009; 2016), Jespersen (1949) e outros, e estruturas não nominais, como *A ideia que gatos podem voar*, citadas por Meyer (1992) não estão no escopo deste trabalho em virtude de não serem os dois elementos passíveis de referência, o que implica constituírem um único Subato de Referência (R) na teoria adotada, a Gramática Discursivo-Funcional e, ao mesmo tempo, de designarem uma única entidade no Nível Representacional segundo os critérios do mesmo modelo.

Esta pesquisa tem como objetivo geral determinar se o comportamento das aposições

restritivas sem e com elemento de ligação nos Níveis Interpessoal e Representacional tem reflexos claros no Nível Morfossintático. Subjaz a esse objetivo o pressuposto teórico, definido pela GDF de que o comportamento das posições nos níveis de formulação, em que se atribuem funções pragmáticas e semânticas, alinham-se com propriedades morfossintáticas derivadas do processo de codificação. Com base nesse pressuposto, postulamos a hipótese de que existem comportamentos funcionais específicos que permitam separá-las em classes bem definidas, além de diferenciá-las da posição regular com dois sintagmas nominais. Ao desenvolver esse tema, este trabalho fornece uma contribuição potencial para a análise linguística de caráter funcionalista, mais especificamente, para a análise que se faz no arcabouço teórico da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Em termos específicos, pretende-se i) estabelecer a nuclearidade das posições restritivas sem e com *de*; ii) verificar as estratégias discursivas³ (KEIZER, 2005b) que o falante emprega no uso dessas estruturas; iii) identificar como as estratégias discursivas refletem os usos dos subtipos de padrões morfossintáticos conforme a GDF; e iv) identificar se há parâmetros de formulação e de codificação que oponham e/ou aproximem as posições restritivas sem e com elemento de ligação nos níveis relevantes. Assim procedendo, pretendemos obter, como resultado final da investigação, uma classificação adequada e funcionalmente pertinente dos tipos de posições restritivas sem e com elemento de ligação.

O universo de investigação consiste em um conjunto de 36 textos retirados da revista de grande circulação nacional *CartaCapital*. Aplica-se à amostra um conjunto diversificado de grupos de fatores que permitem quantificar a aplicação de critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos relacionados, respectivamente, aos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático da Gramática Discursivo-Funcional, como se especifica mais detalhadamente nos procedimentos metodológicos.

Não tratamos sistematicamente do Nível Fonológico neste trabalho, embora reconheçamos a importância desse nível de codificação, por assumirmos o pressuposto teórico de que os aspectos fonológicos são resultado direto dos níveis mais altos do modelo. Contudo, como não há como comprovarmos empiricamente as características fonológicas das posições restritivas por meio de um software de análise de fala, especialmente por se tratar de uma amostra de língua escrita, optamos por centrar nosso foco apenas em um nível de codificação, o Nível Morfossintático.

Esta dissertação está dividida em quatro seções, além da introdução. Na seção 2,

³ Ver as estratégias discursivas na seção 2.3.1.

forneçamos primeiramente os princípios teóricos da Gramática Discursivo-Funcional, modelo teórico adotado como norteador desta investigação. Em seguida, tecemos considerações sobre as aposições restritivas sem e com o elemento de ligação *de* na literatura linguística. Na sequência, conduzimos uma breve reflexão sobre o nome próprio, uma vez que essa subclasse nominal está também presente no estudo das aposições. Por fim, desenvolvemos alguns conceitos relevantes da Linguística Textual, mais especificamente, alguns aspectos relativos à referenciação que serão úteis na análise das funções discursivas das aposições restritivas.

Na seção 3, apresentamos detalhadamente o conjunto de textos do qual extraímos a amostra de sintagmas apositivos e descrevemos os critérios de análise mediante os quais procuraremos responder, na seção seguinte, às perguntas de pesquisa.

Na seção 4, fornecemos primeiramente a análise das aposições restritivas sem elemento de ligação para desenvolvermos, em seguida, a análise das aposições restritivas com *de*, procurando então confirmar ou rejeitar as principais hipóteses desta investigação. Por fim, a seção 5, traz as considerações finais deste trabalho em termos de generalizações e implicações teóricas que permitam explicar o comportamento dos dois subtipos de aposições restritivas.

2 Fundamentos teóricos

2.1 Apresentação

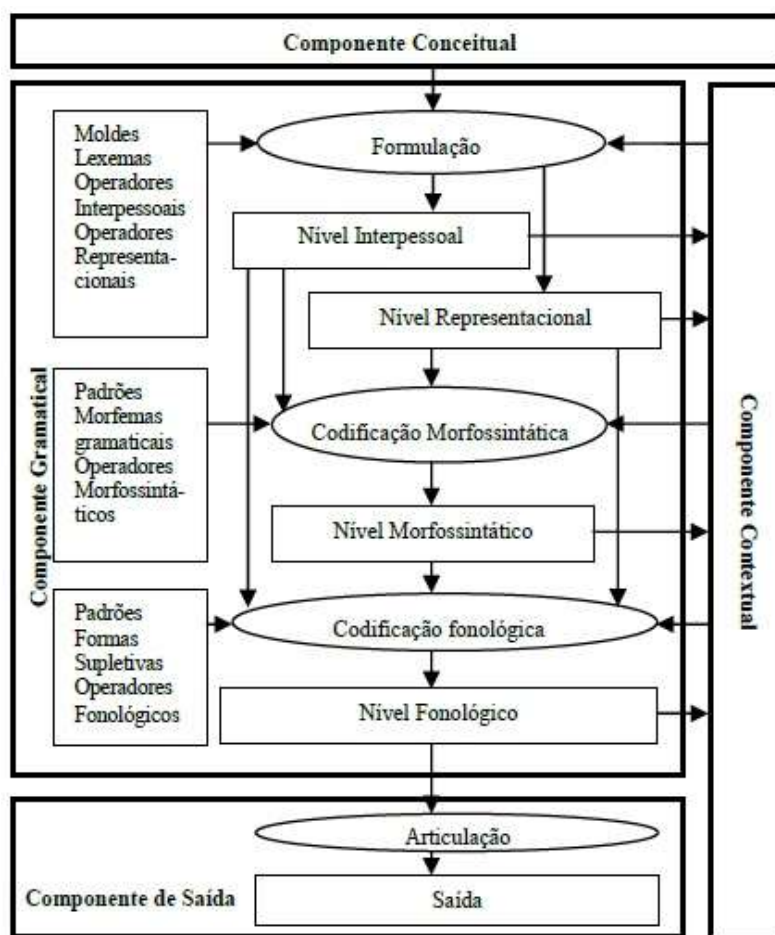
Esta seção está subdivida em quatro partes. Na subseção 2.2, trazemos uma apresentação do modelo da Gramática Discursivo-Funcional e desenvolvemos os conceitos que serão fundamentais para a compreensão da análise apresentada na seção 4. Na subseção 2.3, fazemos uma pequena revisão teórica sobre as posições restritivas sem e com a preposição *de*. Na subseção 2.4, discutimos o estatuto do nome próprio, já que ele é parte fundamental das posições, e constitui-se, na literatura linguística, como um objeto de estudo que por si só gera diversas discordâncias entre pesquisadores. Por fim, na subseção 2.5, mobilizamos conceitos da Linguística Textual que auxiliam nossa análise.

2.2 A Gramática Discursivo-Funcional

Nas últimas décadas, tem-se desenvolvido um grande número de teorias funcionalmente orientadas, embora com diferenças de abordagem e ênfase. O que todas têm em comum é o postulado de que a língua é, sobretudo, um instrumento de comunicação, e a forma de seus enunciados é determinada pelo uso. Nessa perspectiva teórica, fatores comunicativos e cognitivos formam, portanto, a base para explicações sobre o comportamento formal de enunciados.

Este trabalho adota uma perspectiva teórica baseada na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), cuja organização, representada na Figura 1, consiste em uma direção descendente, o que significa que o modelo contempla uma orientação que parte da intenção do falante e se desenvolve até a articulação. A motivação dessa arquitetura se justifica no fato de que um modelo de gramática será tanto mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico de um indivíduo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Figura 1. Esquema geral da GDF.



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.13).

O modelo compreende a formulação de três componentes não gramaticais: o Componente Conceitual, o Componente de Saída e o Componente Contextual. Esses três componentes interagem com o Gramatical por meio de operações de Formulação e de Codificação. A Formulação considera as regras que determinam o que constitui ou não representações pragmáticas e semânticas válidas em uma língua; a Codificação considera as regras que convertem essas representações em representações morfossintáticas e fonológicas.

Dentro dos componentes, as elipses contêm as operações de formulação e de codificação, os quadrados contêm os primitivos usados nas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

O Componente Conceitual é responsável pela intenção comunicativa e as representações mentais correspondentes. A operação de Formulação converte, no Componente Gramatical, essas representações mentais em representações pragmáticas e semânticas para os dois níveis mais altos, o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, respectivamente. A operação de

Codificação converte o conteúdo pragmático e semântico em unidades formais de natureza morfossintática (Nível Morfossintático) e de natureza fonológica (Nível Fonológico).

O Componente de Saída gera as expressões acústicas, escritas, ou de sinais com base na informação do Componente Gramatical. O Componente Contextual é alimentado por todos os níveis de representação, e as operações de formulação e de codificação são por ele alimentadas.

O Componente Gramatical contempla quatro níveis de análise que são estruturados hierarquicamente em camadas particulares a cada nível. A estrutura geral de cada nível está disposta em (5), em que v_i , representando a variável da camada relevante, é restringida por um núcleo que tem como argumento a variável. Ela ainda pode ser restringida por um modificador (σ) e especificada por um operador (π), além de poder conter uma função (ϕ). Núcleos e modificadores são estratégias lexicais, enquanto operadores e funções são estratégias gramaticais.

$$(5) \quad (\pi \ v_1: [\text{núcleo } (v_1)\phi] : [\sigma \ (v_1) \ \phi])$$

No Nível Interpessoal (NI) estão as distinções de formulação relacionadas à interação entre falantes e ouvintes. A disposição hierárquica é demonstrada em (6) em que, quanto mais à esquerda, mais alta é a camada na hierarquia do nível correspondente.

$$(6) \quad (M_1: [(A_1: [(F) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)\phi \dots (T_{1+N})\phi] [(R_1)\phi \dots (R_{1+N})\phi] (C_1)\phi]) (A_1) \dots (A_{1+N})\phi] (M_1))$$

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)

A camada mais alta do Nível Interpessoal é a do Movimento (M), que é definido como uma porção textual que traz uma contribuição autônoma do falante para a interação e pode provocar ou ser ele mesmo uma reação. O Movimento é formado de um ou mais Atos Discursivos (A) que mantêm relações de dependência ou equipolência entre si. Quando há dependência, temos no ato subsidiário uma função retórica que pode ser de Motivação, de Concessão, de Orientação, de Correção (ou de Esclarecimento) e de Aposição. Um Ato Discursivo é composto por categorias não hierárquicas: Ilocução (F), Falante (P_1) e Ouvinte (P_2) que se alternam, e um Conteúdo Comunicado (C). Por sua vez, o Conteúdo Comunicado contém a totalidade daquilo que o falante deseja evocar na sua comunicação. Cada Conteúdo Comunicado contém um ou mais Subatos de Referência e/ou de Atribuição, que representam a evocação de um referente e de uma propriedade, respectivamente.

Na GDF, tanto a referência quanto a atribuição são vistas como acionais, já que envolvem tentativa do falante de influenciar a informação pragmática do ouvinte. Exatamente da mesma maneira que na referência, a escolha de itens lexicais e a quantidade de material lexical fornecidas na atribuição derivam da estimativa do falante de como influenciar mais eficazmente o interlocutor.

A distribuição dos Subatos de Referência e de Atribuição e a relação entre eles são cruciais para se compreender a constituição das aposições e as funções discursivas exercidas por elas, especialmente porque se podem atribuir as funções pragmáticas Tópico, Foco e Contraste a um Subato de Referência como um todo ou aos Subatos de Atribuição que o constituem.

O Subato de Atribuição (T) é uma tentativa do falante de evocar uma propriedade, que se aplica, em geral, a um elemento referencial, mas, como afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008), esse Subato não necessariamente atribui uma propriedade a um referente, já que é possível existirem Conteúdos Comunicados contendo apenas um Subato de Atribuição, como ilustrado em (7).

(7) Chove.

(C_I: (T_I) (C_I))

Os Subatos de Atribuição podem aparecer dentro dos Subatos de Referência. No caso de *um carro azul*, por exemplo, temos um Subato de Referência correspondente ao SN todo que contém dois Subatos de Atribuição, que correspondem, no Nível Representacional, à propriedade⁴ *carro* e à propriedade *azul*, lugar da teoria em que se estabelece a relação de restrição entre *azul* e *carro*:

(8) Um carro azul.

NI: (R_I: [(T_I) (T_J)] (R_I))

NR: (x_i: (f_i: carro (f_i)) (x_i: (f_j: azul (f_j)) (x_i))

Enquanto o Subato de Atribuição evoca uma propriedade, o Subato de Referência evoca uma entidade. O núcleo do Subato de Referência pode ser um ou mais Subatos de Atribuição,

⁴ Para a GDF, categorias semânticas são designadas por Propriedades Lexicais, ou simplesmente Propriedades, que podem estar na posição de núcleo ou modificador (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 215). Em (8), as propriedades *carro* e *azul* são utilizadas para caracterizar um Indivíduo (x).

um nome próprio ou um *dummy*,⁵ ou uma combinação abstrata de características para o Falante e Ouvinte. Fazem-se distinções no Nível Interpessoal que refletem o estatuto da referência como uma atividade interpessoal, isto é, distinções em termos de identificabilidade e especificidade da referência.

Estabelecem-se as distinções de identificabilidade e especificidade mediante o uso dos operadores [+ id, -id] e [+s, -s], respectivamente. A identificabilidade concerne às suposições do Falante sobre o conhecimento do Ouvinte, enquanto a especificidade, ao conhecimento do referente pelo próprio falante. Essas distinções, que aparecem codificadas no Nível Morfossintático mediante o uso de artigos e pronomes demonstrativos, são particularmente relevantes para o estudo das aposições, pois, com base nelas, é possível determinar quais são os membros prototípicos⁶ no *continuum* das construções apositivas e mesmo o que motiva as escolhas de uma construção apositiva em detrimento do uso de apenas um ou outro termo do SN.

Aos Subatos podem-se atribuir três funções pragmáticas, Tópico, Foco e Contraste,⁷ quando há alguma repercussão morfossintática ou fonológica deles na codificação. A função pragmática Tópico assinala que o Subato contém uma informação dada ou inferível. A função Foco sinaliza a seleção de uma informação nova pelo falante para preencher uma lacuna na informação do ouvinte ou para corrigir uma informação de que ele disponha. Por fim, a função de Contraste assinala o desejo do falante de salientar diferenças particulares entre os elementos dos Subatos.

A vantagem de uma abordagem da gramática por níveis e por camadas, incluindo a dos Subatos, tal como propõe a GDF, é a de que é possível atribuir as funções pragmáticas a um ou outro Subato de Atribuição que compõe o Subato de Referência, como mostram os exemplos contidos em (9a-b), ou a um Subato de Referência como um todo, como ilustrado em (9c):

⁵ Elemento morfossintaticamente obrigatório inserido em uma posição (slot) da oração, mas que não corresponde a nenhum material lexical no Nível Interpessoal e no Nível Representacional, como os pronomes *it* e *there* do inglês (*It is raining* – Chove.; *There is beer without alcohol*. – Há cerveja sem álcool.) ou o pronome *il* do francês (*Il pleut*. – Chove.).

⁶ Entende Rosch (1973) que a categorização humana não é arbitrária, mas procede de exemplares mais centrais para exemplares mais periféricos de categorias, sendo prototípicos justamente os exemplares centrais que parecem mais salientes aos falantes.

⁷ As funções pragmáticas também podem ser atribuídas a Conteúdos Comunicados como um todo. Dada, porém, a natureza deste trabalho, convém tratar apenas da sua atribuição aos Subatos.

- (9) a *Peter has a blue (car)_{Contr} and Mike a blue (motorbike)_{Contr}.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 109).
(Pedro tem um (carro)_{Contr} azul e Mike uma (moto)_{Contr} azul.)
- b *Peter has a (blue)_{Contr} car and Mike a (red)_{Contr} car.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 109).
(Pedro tem um carro (azul)_{Contr} e Mike um carro (vermelho)_{Contr}.)
- c *Peter has (a blue car)_{Contr} and Mike (a red motorbike)_{Contr}.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 109).
(Pedro tem (um carro azul)_{Contr} e Mike (uma moto vermelha)_{Contr}.)

Em (9a), o contraste é feito entre os Subatos de Atribuição correspondentes à *car* e *motorbike*, como mostra a representação em (10a). Já em (9b), o contraste é feito entre os Subatos de Atribuição correspondentes aos modificadores *blue* e *red*, como fica evidenciado em (10b). Por fim, em (9c), é o Subato de Referência como um todo que é contrastado com outro Subato de Referência e não as propriedades evocadas pelos Subatos de Atribuição que o compõem, como pode ser visto em (10c).

- (10) a NI: (R_I: [(T_I)_{Contr} (T_J)] (R_I)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 110).
- b NI: (R_I: [(T_I) (T_J)_{Contr}] (R_I)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 110).
- c NI: (R_I: [(T_I) (T_J)] (R_I))_{Contr} (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 110).

Pezatti (2014) esclarece que o português tem uma codificação morfossintática sensível à atribuição de funções pragmáticas, já que é possível se atribuir a função Tópico a constituintes na posição inicial (P^I) de uma Expressão Linguística, enquanto a função Foco se destina a ocupar a posição final (P^F). Podem-se assinalar as funções Foco e Contraste, no português, também mediante o uso de operadores interpessoais, como a construção *Foco-ser*, que, de acordo com a autora, é uma estratégia que se emprega quando se pretende focalizar um elemento que normalmente já assume a posição final da oração, como mostra (11).

- (11) “Comecei a pintar, principalmente **foi** com aquarela_{CONTR/FOC} (Moç83:CantarPintar36)”
(PEZATTI, 2014, p. 109. Grifos da autora.)

Já a função Contraste no português é sinalizada por operadores de Contraste Expansivo (*também*), de Contraste Restritivo (*apenas, só(mente)*), de Contraste Seletivo (*sobretudo, principalmente*) e de Contraste Substitutivo (construção clivada). Quando se trata de Sintagmas, que, no Nível Morfossintático, sinalizam o que, no Nível Interpessoal, se entende por Subatos, Pezatti (2014) destaca que o operador é sempre colocado na posição inicial do Sintagma que escopa: *[também o bolo] eu comi*.

Passemos, agora, a ver como se configura o Nível Representacional. Se, por um lado, o Nível Interpessoal é o responsável pela evocação, por outro, o Representacional se encarrega da designação, contemplando os aspectos semânticos da gramática de uma língua. Definem-se as camadas desse nível com base em categorias semânticas hierarquicamente organizadas em camadas, como mostra (12).

$$(12) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [f_1: [(f_2)^n (x_1)_{\Phi} \dots (x_{1+n})_{\Phi}] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_i)_{\Phi}] \dots (e_{1+n})_{(\Phi)}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{(\Phi)}] (p_1))$$

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)

A camada mais alta do Nível Representacional é a do Conteúdo Proposicional (p), que representa construtos mentais. A segunda camada na hierarquia é a do Episódio (ep), que contém um ou mais Estado de Coisas (e). A camada seguinte é a da Propriedade Configuracional (f), que constitui um molde de predicação, cuja construção depende de categorias semânticas não hierárquicas entre si representando entidades como Indivíduo (x), Propriedade Lexical (f), Locação (l), Tempo (t), Maneira (m), Razão (r) e Quantidade (q).

O Nível Morfossintático (NM) trata de aspectos formais de uma unidade linguística. A arquitetura descendente da GDF mostra que muito do que acontece no NM é motivado pelos níveis da Formulação, ou seja, os níveis Interpessoal e Representacional. Mais acima, fornecemos uma ideia geral de como as funções pragmáticas são codificadas no Nível Morfossintático. As camadas relevantes desse nível estão dispostas em (13).

$$(13) \quad (Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\Phi} (Cl_2)_{(\Phi)}] (Cl_1))] (Le_1))$$

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 17)

Uma Expressão Linguística (Le) é o conjunto de uma ou mais unidades morfossintáticas, constituindo o que na tradição gramatical se entende por sentença. Essas unidades linguísticas podem ser constituídas por Orações (Cl), Sintagmas (Xp) e finalmente Palavras (Xw), que, por sua vez, se compõem de uma Raiz (Xs) e de um Afixo (Aff).

O último nível de análise que compõe o Componente Gramatical é o Fonológico, que aparece representado em (14).

(14) (U₁: [(IP₁: [(PP₁: [(PW₁)] (PP₁))] (IP₁))] (U₁)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 18)

A camada mais alta desse nível é o Enunciado (U), cujas fronteiras são marcadas por pausas mais longas do que as das Frases Entonacionais (IP). As Frases Entonacionais se caracterizam por um núcleo, isto é, um movimento tonal realizado em uma ou mais sílabas. A camada seguinte do Nível Fonológico é a da Frase Fonológica (PP). Assim como Frases Entonacionais normalmente correspondem a Atos Discursivos no NI, a Frase Fonológica mantém uma correspondência ainda que não estrita com os Subatos de Referência e de Atribuição. As Palavras Fonológicas (PW) se dividem em Sílabas (S), que se agrupam em pés (F).

Seguir a arquitetura descendente do modelo significa que a análise a ser apresentada na seção 4 parte de critérios pragmáticos, passa por critérios semânticos e estabelece relações entre os dois níveis de Formulação correspondentes, o Nível Interpessoal e o Representacional, e o nível de Codificação, o Morfossintático. Dessa maneira, pretende-se comprovar que aspectos da codificação morfossintática têm relevância teoricamente explanatória como um reflexo que são dos níveis mais altos; é justamente essa correlação que representa uma contribuição deste trabalho para confirmar os parâmetros da análise funcionalista, mais especificamente, do arcabouço Discursivo-Funcional.

2.3 A aposição na literatura

No domínio da gramática tradicional, em Cunha e Cintra (2008), assim como em grande parte da literatura linguística, reconhecem-se como apositivas as estruturas que recebem pausa entre os elementos nominais (15) e as estruturas destituídas de pausa entre o termo especificado e o especificador (16).

(15) Eles, **os pobres desesperados**, tinham uma euforia de fantoches. (F. Namora, DT, 237.)
(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 170, grifos dos autores).

- (16) a A cidade **de Lisboa** (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 170, grifos dos autores).
 b O poeta **Bilac** (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 170, grifos dos autores).
 c O rei **D. Manuel** (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 170, grifos dos autores).
 d O mês **de junho** (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 170, grifos dos autores).

Os sintagmas em (16) são denominados pela tradição gramatical como *aposto especificativo*. Entende Bechara (2009) que, nesses casos, aplica-se ao núcleo do SN um substantivo em aposição que restringe o conteúdo semântico desse nome, similarmente ao que faz um adjetivo. A *Nueva Gramática de la Lengua Española* (RAE, 2009, p. 876, tradução minha) salienta, entretanto, que “algumas aposições que são geralmente chamadas de *especificativas* são mais bem designadas como *identificadoras*”,⁸ já que o nome próprio não especificaria ou restringiria a referência de uma expressão, mas na verdade a identificaria.

Embora muitos autores não considerem esses sintagmas como um caso de aposto por conta da ausência de pausa entre os nomes, Kury (2010) defende que essas estruturas devem ser de fato incluídas na categoria apositiva. Nas palavras do autor, um critério baseado apenas na pausa é “razão simplista demais” para excluir as aposições restritivas dessa categoria, já que o SN poderia ser o resultado da inversão de termos (*Mediterrâneo, mar euro-africano*) ou mesmo resultado de um desejo de uma ligação mais direta com o termo fundamental.

Tanto as aposições restritivas quanto as não restritivas já foram abordadas por diversos linguistas, sem que haja, contudo, consenso nem sobre suas características definitórias, nem mesmo sobre a natureza das construções que estariam no escopo do termo *aposição*. Além disso, esses estudos se concentram nas propriedades semânticas e morfossintáticas, centrando o foco, respectivamente, na correferencialidade dos constituintes nominais e na natureza das relações morfossintáticas estabelecidas entre eles, deixando de fora as propriedades pragmáticas envolvidas nesse tipo de construção.

O conceito de *aposição* recebe uma grande variação de definições na literatura. Autores, como Fries (1952 apud MEYER, 1992) e Francis (1958), consideram apenas a categoria não restritiva de aposição que, para o autor, é apenas constituída por sintagmas nominais (SN) correferenciais justapostos (17):

⁸ Cf. Original: “[...] algunas de las aposiciones que se suelen denominar tradicionalmente especificativas son más bien identificativas.” (RAE, 2009, p. 876)

- (17) **A ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff**, governou de 2011 até 2016.

Já Curme (1931) expande as estruturas que podem ser consideradas como apositivas, elencando, além das não restritivas (18) e das restritivas (19), também as estruturas de aposições genitivas (20) e de predicado (21):

- (18) *Mary, **the belle** of the village* (CURME, 1931, p. 89, grifos do autor)

(Maria, **a bela** da vila)

- (19) *My friend **Jones*** (CURME, 1931, p. 91, grifos do autor).

(Meu amigo **Jones**)

- (20) *The vice **of intemperance*** (CURME, 1931, p. 89, grifos do autor).

(O vício **da intemperança**)

- (21) *He came home **sick***. (CURME, 1931, p. 30, grifos do autor).

(Ele chegou à casa **doente**.)

Também se incluem na categoria de aposições certas estruturas oracionais (22) e pronomes reflexivos (23) (JESPERSEN, 1949):

- (22) *their idea (notion, impression, view, sentiment, doctrine, etc.) that priests are infallible.*

(JESPERSEN, 1949, p. 27).

(A ideia (noção, impressão, visão, sentimento, doutrina, etc) de que padres são infalíveis.)

- (23) *You yourself must set some tasks.* (JESPERSEN 1949, p. 172)

(Você mesmo deve definir algumas tarefas.)⁹

Estruturas não restritivas (18), predicativas (21), oracionais (22) e com pronomes reflexivos (23) não serão investigadas neste trabalho, que é restrito apenas a sintagmas nominais compostos por dois nomes substantivos. Portanto, restringimo-nos às estruturas restritivas sem e com a preposição *de* (15-16).

⁹ No português, não há um equivalente com pronome reflexivo.

Como Fries (1952 apud MEYER, 1992) e Francis (1958), também Matthews (1981) considera a aposição um tipo de justaposição de sintagmas correferenciais, visto em oposição a outras relações gramaticais, como a modificação, a complementação, a parataxe e a coordenação. Quirk et al. (1985) afirmam, por seu lado, que as unidades em aposição i) podem ser omitidas separadamente sem afetar a aceitabilidade da sentença; ii) podem assumir a mesma função sintática na sentença resultante; e iii) não podem causar diferenças entre a sentença original e as sentenças resultantes em termos de referência extralinguística.

Em amplo estudo sobre aposições, Meyer (1992) afirma que é possível manifestar a relação de aposição mediante o uso de diversas estruturas morfossintáticas, como sintagma nominal (24), aposição nominal/oracional (25), aposição com marcador obrigatório (26) e aposição não nominal (27):

- (24) a *The first twenty thousand pounds, the original grant, is committed.* (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor)

(As primeiras mil libras, o subsídio original, estão comprometidas.)

- b *"Emory University's charter and by-laws have never required admission or rejection of students on the basis of race," board chairman Henry L. Bowden stated.* (MEYER, 1992, p. 83, grifos do autor)

(“A carta e estatuto da universidade Emory nunca requereu admissão ou rejeição de alunos com base na raça,” afirmou o presidente do conselho Henry L. Bowden.)

- (25) *There is perhaps no value statement on which people would more universally agree than the statement that intense pain is bad.* (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor)

(Não existe talvez uma declaração de valor com a qual as pessoas concordariam mais universalmente do que a declaração de que dor intensa é ruim.)

- (26) a *It is one of the main purposes of this chapter to show how the effects gained by the use of metaphor are related to its linguistic form, and this purpose will be furthered if it can be shown that consideration of its linguistic form makes it easier to deal with **problems** such as **those touched on in the last few paragraphs**.* (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor)

(É um dos principais objetivos deste capítulo mostrar como os efeitos obtidos pelo uso de metáfora estão relacionados a sua forma linguística, e esse objetivo será alcançado se for mostrado que a consideração da sua forma linguística faz com que seja mais fácil lidar com **problemas como aqueles mostrados nos últimos parágrafos**.)

- b *It should also be recognized that **the problem of rural tenancy** cannot be solved by administrative decrees alone.* (MEYER, 1992, p. 29, grifos do autor)

(Deveria ser reconhecido também que **o problema de arrendamento rural** não pode ser resolvido apenas por decretos administrativos.)

- (27) *[Thomas] More stands on the margins of modernity **for one reason alone — because he wrote Utopia.*** (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor)

([Thomas] More fica às margens da modernidade **por uma única razão – porque ele escreveu Utopia.**)

Das construções apositivas apresentadas por Meyer (1992), estão no escopo deste estudo as classificadas como estruturas de sintagma nominal, especificamente as estruturas restritivas (24b), e as aposições com marcador obrigatório, no nosso caso, as aposições com *de* (26b).

Com relação à correferencialidade, Rodríguez (1989) e Taboada (1978) afirmam que essa propriedade semântica é condição essencial para definir as aposições, restringindo, por isso, as construções apositivas apenas às não restritivas (*Brasília, a capital do Brasil*). Já Quirk et al. (1985) postulam, por seu lado, que nas aposições a referência de um dos nomes pode ser incluída na referência do outro, expandindo, portanto, a dimensão do conceito de aposição.

Sob outra perspectiva, Lago (1991, p. 495, tradução minha) admite ser a correferência “uma condição necessária para os dois membros apostos de uma estrutura apositiva, mas não suficiente para que se afirme que eles estão em aposição”¹⁰ já que também são necessárias outras características, como a modificação. Logo, para o autor, estruturas do francês como “*Moi, je suis allé à Madrid*”,¹¹ embora tenham os elementos *moi* e *je* como correferenciais, não mantêm uma relação de modificação, não sendo, portanto, aposições. Em consequência disso, Lago também inclui, em sua definição de aposição, apenas as estruturas não restritivas.

Além do aspecto semântico de correferencialidade, é objeto de divergência a outra dimensão, a das relações sintáticas possíveis entre os termos. Lago (1991) entende que estruturas como *a cidade de Paris* não são aposições, por ser de subordinação a relação sintática estabelecida entre os itens. Por postular que, entre os termos, se estabelece uma relação semântica de modificação e uma sintática de subordinação, Rodríguez (1989) também exclui da categoria construções como *o escritor Machado de Assis* e *a cidade de São Paulo*.

¹⁰ Cf. Original: “*La coréférence est une condition nécessaire pour les deux membres apposés d’une structure appositive, mais elle n’est pas suffisante pour que ceux-ci puissent être dits apposés.*”

¹¹ Tradução minha: “Quanto a *mim*, eu fui à Madrid”.

Quanto às aposições não restritivas especificamente, há autores, como Longrée (1987 apud LAGO, 1991), que admitem não haver uma relação de coordenação ou subordinação entre os elementos constituintes, postulando, portanto, ausência, inclusive, de relação sintática:

Pode-se, portanto, perguntar se as dificuldades encontradas para delimitar a relação sintática existente entre nome e aposição não resultam da existência de tais relações, sendo a aposição, - assim como a proposição incisa -, uma simples inserção pragmática. (LONGRÉE, 1987, p. 199 apud LAGO, 1991, p. 498, tradução minha).¹²

Dessa discussão, pode-se deduzir que, se há, por um lado, um número muito grande de estudos sobre aposições, há também, por outro, um número muito grande de divergências entre eles sobre a classificação das estruturas morfossintáticas e a descrição de suas características semânticas, o que, por si só já justificaria um exame desse fenômeno em língua portuguesa. Não é, contudo, objetivo deste trabalho delimitar que tipos de sintagmas nominais devem ser enquadrados no termo *aposição*, mas examinar quais os comportamentos pragmáticos e semânticos das aposições restritivas sem e com *de* determinam sua codificação morfossintática.

Passemos agora a uma análise mais detalhada do que diz a literatura sobre as aposições restritivas sem e com o conector *de*.

2.3.1 Aposições restritivas sem preposição

De modo geral, as aposições restritivas são sintagmas nominais constituídos por dois nomes, geralmente um contável e um próprio. Sobre essas estruturas, Acuña-Fariña (2009, p. 459, tradução minha) afirma que “a construção parece ter como sua função a natural e estabelecida identificação (no nível da frase) de um indivíduo por seu proeminente papel social”,¹³ isso porque o elemento descritivo, isto é, o nome contável/comum geralmente traz a profissão ou ocupação do indivíduo designado pelo todo.

Como mencionado anteriormente, não há consenso sobre a definição das aposições em geral e de seus traços constitutivos. Também não há acordo na literatura no que diz respeito aos subtipos restritivos, especialmente, em relação à estrutura morfossintática das aposições, a

¹² Cf. Original: “On peut dès lors se demander si les difficultés rencontrées pour cerner la relation syntaxique existant entre nom et apposition ne résultent pas de l’existence de telles relations, l’apposition étant, - tout comme la proposition incise -, une simple insertion pragmatique.” (LONGRÉE, 1987, p. 199 apud LAGO, 1991, p. 498)

¹³ Cf. Original: “the construction seems to have as its job the natural and established (phrase-level) identification of an individual by his prominent social role”. (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 459)

correferencialidade dos itens nominais, as relações estabelecidas entre o primeiro nome (N1) e o segundo nome (N2) e a definição do núcleo desses SNs.

Embora a presença de dois nomes seja um aspecto das aposições que não levanta questionamento entre diferentes pesquisadores, outras características formais dessas construções são controversas, como i) a subclasse de nomes a que os itens pertencem; ii) a possibilidade de livre inversão dos constituintes nominais; iii) as possíveis combinações morfossintáticas em termos de operadores e modificadores.

Para Quirk et al. (1985), as duas partes da aposição restritiva devem pertencer à mesma classe. Keizer (2007) e Curme (1931) compartilham uma posição similar, mas especificam a subclasse dos itens lexicais que podem ou não fazer parte da construção. Para eles, as aposições devem conter um nome próprio ou outro que tenha força similar, ou seja, um nome que denote unicamente um indivíduo, e um nome comum contável. Mais abaixo, fornecemos exemplos dessas categorias.

Embora postulem que os elementos devam pertencer à mesma classe, Quirk et al. (1985) admitem haver aposições cujos nomes podem pertencer a diferentes classes sintáticas, mas que, por isso, as classificam de maneira diferente. Com efeito, postulam os autores que esse tipo de aposição é *fraca*, enquanto aposições com elementos da mesma classe sintática são *rígidas*. O quadro 1 abaixo sintetiza a classificação das aposições em diversos tipos de acordo com as características semânticas e sintáticas estabelecidas pelos autores.

Quadro 1. Combinações dos tipos apositivos

APOSIÇÃO	Completa	ambos os nomes omissíveis
	Parcial	apenas um nome omissível
	Rígida	mesma classe sintática
	Fraca	diferentes classes sintáticas
	Não restritiva	diferentes unidades de informação
	Restritiva	mesma unidade de informação

Fonte: Quirk et al. (1985, p. 1305, tradução minha, adaptado).

Esses critérios possibilitam estabelecer quatro combinações possíveis que identificam tipos potenciais de aposição restritiva: (i) completo, rígido, restritivo, ilustrado em (28); (ii)

completo, fraco, restritivo, ilustrado em (29); (iii) parcial, rígido, restritivo, ilustrado em (30); e (iv) parcial, fraco, restritivo, ilustrado em (31).

(28) *My friend Anna was here last night.* (QUIRK et al., 1985, p. 1305)

(Minha amiga Anna estava aqui ontem à noite.)

(29) *The question whether to confess or not troubled the girl.* (QUIRK et al., 1985, p. 1305)

(A pergunta de confessar ou não incomodou a menina.)

(30) *Next Saturday, financial expert Tom Timber will begin writing a weekly column on the national economy.* (QUIRK et al., 1985, p. 1305)

(No próximo sábado, o especialista financeiro Tom Timber vai começar a escrever uma coluna semanal sobre a economia nacional.)

(31) *The explanation that he couldn't see the car is unconvincing.* (QUIRK et al., 1985, p. 1306)

(Sua explicação de que não podia ver o carro não foi convincente.)

O exemplo em (28) ilustra um caso de aposição completa, rígida e restritiva, assim entendido pois qualquer um dos elementos nominais pode ser omitido e os dois elementos, *friend* e *Anna* são da mesma classe de palavras. Já o exemplo contido em (29) contém uma aposição completa, fraca e restritiva, considerando que se podem omitir ambos os elementos, que, todavia, não fazem parte da mesma classe de palavras, uma vez que há um nome *question* e uma oração subordinada *whether to confess or not*. A ocorrência contida em (30) contém uma aposição parcial, rígida e restritiva, assim entendida por não serem os nomes igualmente omissíveis e conterem dois elementos da mesma classe de palavras. Por fim, o caso contido em (31) é um exemplo de aposição parcial, fraca e restritiva: é possível omitir apenas um dos elementos e os constituintes da aposição pertencem a diferentes classes de palavras.

O segundo ponto de discordância entre os pesquisadores se refere à ordem dos itens nominais na aposição. Para Sopher (1971 apud KEIZER, 2007), por exemplo, as duas partes podem ser arbitrariamente reversíveis. Acuña-Fariña (2009) também considera que, em aposições como *o poeta Burns* e *Burns o poeta*, os elementos nominais são formalmente reversíveis por resultarem em construções quase idênticas, embora o autor também assuma que funcionalmente as construções sejam distintas.

Entende Keizer (2007) que, embora a reversibilidade de construções, como *o poeta Burns*, seja morfossintaticamente aceitável na maioria dos casos, ocorre que, com o nome

descritivo no plural, a inversão não é sintaticamente aceitável para o inglês, conforme mostram (32) e (33).

(32) *The biologists Huxley* (KEIZER, 2007, p. 38)

(Os biólogos Huxley)

(33) **Huxley the biologists* (KEIZER, 2007, p. 38)

(Huxley os biólogos)

Além disso, Keizer (2007) também destaca que a reversibilidade das construções postuladas por Acuña-Fariña (2009) não se aplica a todos os contextos de uso. Em início de sentença, por exemplo, a reversibilidade provoca diferentes significados, ilustrados pela autora em (34) e (35).

(34) *The poet Burns was born in 1759.* (KEIZER, 2007, p. 38)

(O poeta Burns nasceu em 1759.)

(35) *Burns the poet was born in 1759.* (KEIZER, 2007, p. 38)

(Burns o poeta nasceu em 1759.)

O uso de *the poet Burns* indica, por um lado, que Burns pode ser também romancista além de poeta; o uso de *Burns the poet* indica, por outro lado, que existem no contexto dois indivíduos potencialmente denominados *Burns* e é do poeta que se fala.

Em outra abordagem, Quirk et al. (1985) ainda subdividem as aposições rígidas em três tipos de sintagmas nominais: no primeiro, N1 é precedido por um determinante definido (*O soprano Janet Baker*), na realidade um operador de definitude indicando tanto identificabilidade quanto especificidade; no segundo, N2 é que é precedido de determinante (*Paul Jones o crítico*) com o mesmo operador de definitude; no terceiro tipo, omite-se o operador ou determinante (*Irmão George*).

Em uma ampla investigação dos sintagmas nominais em inglês, Keizer (2007) identifica os seis tipos de estruturas morfossintáticas de aposições restritivas sem elemento de ligação constantes no Quadro 2.

Quadro 2. Subtipos de aposições restritivas

Tipo 1a	<i>the actor Orson Welles</i>	det + N + N _{PRÓPRIO} ¹⁴
Tipo 1b	<i>the word recession</i>	det + N + N
Tipo 2 ¹⁵	<i>Orson Welles the actor</i>	N _{PRÓPRIO} + det + N
Tipo 3	<i>actor Orson Welles</i>	N + N _{PRÓPRIO}
Tipo 4a	<i>my friend Orson Welles</i>	Poss + N + N _{PRÓPRIO}
Tipo 4b	<i>my friend the actor</i>	Poss + N + Det + N

Fonte: Keizer (2007, p. 22, adaptado)

Quanto às propriedades formais, Keizer (2007) postula os seguintes princípios (i) essas construções contêm dois elementos nominais; (ii) esses elementos formam uma única unidade entonacional; (iii) não há elemento de ligação entre o primeiro e o segundo item nominal; (iv) um dos elementos é um nome contável e o outro é um nome próprio ou um nome que defina unicamente uma entidade.

Além desses aspectos relevantes, cabe ainda frisar que o determinante presente nos subtipos levantados por Keizer (2007) não precisa ser necessariamente um artigo definido. Diferentemente de muitas abordagens que admitem a definitude como um traço fundamental das aposições restritivas, a autora encontra em seu corpus um exemplo de aposição com o emprego do artigo indefinido, conforme mostra (36), o que ocorre apenas quando se utiliza a construção para introduzir um referente novo,¹⁶ o que indica tratar-se de um Subato de Referência marcado interpessoalmente com o traço [-definido].

- (36) I have **a friend John who's in Linguistics with me** <ICE-GB:S1A-032 #294:2:B>”
(KEIZER, 2007, p. 42)

(Eu tenho **um amigo John que está em Linguística comigo.**)

No português, Lemson (2016) também menciona a possibilidade de se contar com a indefinitude nas aposições restritivas. Embora não tenha encontrado, no corpus utilizado em seu trabalho, uma ocorrência de aposição restritiva com artigo indefinido, em uma busca pela internet a autora encontra a ocorrência reproduzida em (37):

¹⁴ Keizer (2007) utiliza a notação N_p para nome próprio, contudo, como esta notação pode ser confundida com a abreviação de Noun Phrase (Np) nas formalizações da GDF, modelo teórico adotado, preferimos adotar a notação N_{PRÓPRIO}.

¹⁵ O subtipo 2 não parece possível em português, que realiza a sequência como aposição não restritiva *Burns, o poeta*.

¹⁶ Como poderá ser visto no Quadro 3, a única estratégia discursiva que as aposições restritivas indefinidas podem exercer é a introdutória.

- (37) Eu tenho **uma amiga Rafaela**. (LEMSON, 2016, p. 122)

Lemson (2016) atesta, portanto, a possibilidade de existir, no português, assim como no inglês, posições restritivas marcadas pela indefinidade. É preciso fazer uma ressalva, contudo, a respeito da identificabilidade desses SNs, já que tanto em (36) quanto em (37) os referentes são conhecidos pelo falante. O artigo indefinido, nesses casos, indica que o falante assume que o ouvinte não conhece o indivíduo a quem a aposição se refere e não que ele é desconhecido para ambos.

No rol de estruturas restritivas, Acuña-Fariña (2009) elenca, em (37), os subtipos para o inglês:

- (37) a *The poet X* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(O poeta X)
- b *X the poet* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(X o poeta)
- c *The word X* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(A palavra X)
- d *My friend X / the X* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(Meu amigo X / o X)
- e *A friend X* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(Um amigo X)
- f *This bloke X* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(Esse sujeito X)
- g *He Xself* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(Ele próprio/mesmo)
- h *Now in X / Here in X* (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 455)
(Agora em X / Aqui em X)

Pode-se argumentar que essas construções podem ser reagrupadas, de forma a reduzir as subclasses morfossintáticas, mas se deve, contudo, observar o alerta de Acuña-Fariña de que

tais tentativas de confluência são menos fáceis de implementar do que poderia parecer à primeira vista, com a razão de que um olhar atento para essa família de construções revela um rico nicho ecológico em que cada construção se relaciona com outras, formando uma densa rede taxonômica e laços de herança (Goldberg, 1995), enquanto cada uma apresenta suficiente especificidade e idiosincrasia formal para merecer seu próprio espaço na rede de oposições restritivas. (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 456, tradução minha).¹⁷

Ainda que o autor se embase em uma perspectiva teórica diferente, a da Gramática de Construções, sua afirmação sobre a dificuldade de amalgamar os subtipos em dois ou três é um problema que se assume também neste trabalho. A esse respeito, Keizer (2007) salienta que cada um dos subtipos morfossintáticos desempenha uma estratégia discursiva,¹⁸ o que justifica a separação formal desses SNs.

Outra característica das oposições restritivas é a de que os elementos nominais não podem ser separados, isto é, o SN apositivo não pode ser descontinuado, como mostra (38):

- (38) **Burns namely the poet* (LEKAKOU; SZENDRÖI, 2007, p. 3)

(*Burns nomeadamente o poeta)

O mesmo não acontece com a oposição não restritiva, em que é possível inserir material linguístico entre os dois SNs que a constituem, como mostra (39).

- (39) a *The two dominical sacraments stand out from all the rest – namely baptism and Holy Communion.* (HUDDLESTON; PULLUM, 2002 apud LEKAKOU; SZENDRÖI, 2007, p. 4)

(Os dois sacramentos dominicais se destacam do resto – nomeadamente batismo e Santa Comunhão.)

- b *I met the new head of department the other day, Prof. Todorov.* (LEKAKOU; SZENDRÖI, 2007, p. 4)

(Eu conheci o novo diretor do departamento outro dia, Prof. Todorov.)

Além dos aspectos formais, aspectos pragmáticos e semânticos também constituem

¹⁷ Cf. Original: “[...] such conflation attempts are less easy to implement than might appear at first sight, the reason being that a close look at this family of constructions reveals a rich ecological niche where each construction relates to the other constructions forming a dense network of taxonomic and inheritance ties (Goldberg 1995), while each preserves sufficient formal specificity and idiosyncrasy to merit its own space in the close apposition network.” (ACUÑA-FARIÑA, 2009, p. 456).

¹⁸ Ver seção 2.2.1.

motivo de dissensão entre diferentes pesquisadores. Tratada como um traço fundamental das aposições por muitos autores, a correferencialidade dos itens nominais é uma questão especialmente polêmica quando se lida com as chamadas aposições restritivas. Diversos autores afirmam que os constituintes do SN na posição de N1 e N2 são não correferenciais, o que, portanto, é motivo para afirmar que essas estruturas não devem ser classificadas como apositivas.

Quirk et al. (1985, p. 1301, tradução minha) afirmam que “Para unidades linguísticas serem apositivas, i.e., em aposição, elas devem normalmente ser referencialmente idênticas”.¹⁹ Outros autores, contudo, discordam dessa posição. Lago (1991), Taboada (1978) e Rodríguez (1989) consideram que não se constroem as aposições restritivas sobre a base de dois nomes correferenciais.

Keizer (2007) também alimenta favoravelmente o argumento da não correferencialidade dos nomes nas aposições restritivas, alegando que a relação semântica que eles estabelecem é a de modificação restritiva, o que nos parece uma posição mais defensável. Além disso, entende a autora que nenhum dos dois elementos nominais é em si mesmo referencial; na realidade, é a aposição como um todo que é usada para referir, mesmo que cada elemento estabeleça referência independente com a mesma entidade.

Lekakou e Szendrői (2007) também defendem o princípio de que o SN todo é que seleciona um referente e uma marca evidente disso é a inseparabilidade dos elementos nominais nas aposições restritivas, o que as torna morfossintaticamente indissolúveis sem possibilidade de descontinuidade, como mostra (38), repetido por conveniência em (40).

(40) **Burns namely the poet* (LEKAKOU; SZENDRÖI, 2007, p. 3)

(*Burns nomeadamente o poeta)

Essa proposta difere da defendida por Keizer (2007), uma vez que, embora o SN todo selecione um referente, para Lekakou e Szendrői (2007), as duas partes nominais contribuem para a referência e nenhum dos SNs constituintes é um predicado, o que vai de encontro à posição de Keizer (2007, p. 19) de exercer cada um dos elementos nominais uma função de predicação, já que são Subatos de Atribuição.

¹⁹ Cf. Original: “For linguistic units to be *APPOSITIVES*, ie in apposition, they must normally be identical in reference.” (QUIRK et al., 1985, p. 1301).

Em seu estudo sobre as aposições em português, Lemson (2016), de uma perspectiva discursivo-funcional, afirma que essas construções representam, no Nível Interpessoal, um Subato de Referência e dois Subatos de Atribuição. A distribuição em termos de subatos associa-se à proposta de Keizer (2007), com a qual concordamos, porém algumas ressalvas ao trabalho de Lemson (2016) serão feitas na seção 4, durante a análise das aposições restritivas.

Outro aspecto de grande relevância na análise dessas estruturas é o estabelecimento da nuclearidade. Uma breve revisão da literatura apresenta diferentes pontos de vista a respeito da identificação do núcleo das aposições restritivas.

Lee (1952 apud KEIZER, 2007) argumenta que em construções do tipo [Det + N + N_{PRÓPRIO}], o segundo elemento é restritivo e o núcleo é N1, ou seja, o elemento mais geral é modificado pelo mais específico. Haugen (1953 apud KEIZER, 2007) assume posição contrária, postulando que N2 é que deve ser o núcleo das aposições restritivas e o elemento descritivo, o modificador, com base no critério da omissibilidade de N1, o único elemento a ser omitido. De uma perspectiva gerativa, Burton-Roberts (1975 apud KEIZER, 2007) também sustenta que N2 é o núcleo.

Uma tentativa adicional de dar uma solução ao problema da nuclearidade é a de Hockett (1955 apud KEIZER, 2007), que postula serem N1 e N2 atributos um do outro. Por fim, Acuña-Fariña (1996 apud KEIZER, 2007) propõe diferentes análises para os subtipos de aposições restritivas: construções como *o escritor Machado de Assis* são do tipo modificador-núcleo, já construções como *meu amigo Machado de Assis* e *a palavra enigma* têm uma configuração núcleo-modificador, e construções, como *Machado de Assis o poeta*, teriam uma estrutura indivisível. Em publicação mais recente, Acuña-Fariña afirma que essa última estrutura deve ter N1 como núcleo:

Em primeiro lugar, na medida em que a construção *Holmes o intrometido* é usada para se referir a um indivíduo chamado *Holmes* e não a alguém que conhecemos do contexto previamente identificado como *o intrometido*, faz sentido tomar o nome próprio como núcleo. (ACUÑA-FARIÑA, 2016, p. 72, tradução minha).²⁰

Em vista da complexidade da definição do núcleo das aposições, cabe definir uma série de critérios auxiliares. Assim, atribuir o termo *núcleo* para o constituinte mais importante de um SN, de acordo com Jespersen (1924), implica fazer apenas uma descrição semântica. Ainda

²⁰ Cf. Original: “In the first place, in as much as the construction *Holmes the meddler* is used to refer to an individual named *Holmes* and not to somebody we know from context previously identified as the meddler, it makes sense to take the proper noun as head.” (ACUÑA-FARIÑA, 2016, p. 72)

que essa ideia esteja presente em muitas descrições, ela não é suficiente para definir a nuclearidade de aposições restritivas, conforme mostra Keizer (2007), especialmente porque os dois nomes podem ter, separadamente, cada qual a mesma referência. Assim, não é o mais adequado para essa tarefa o teste semântico, presente nos trabalhos de Quirk et al. (1985), Zwicky (1985) e Huddleston e Pullum (2002), que determinaria o núcleo dos SNs com base nos critérios de obrigatoriedade e omissibilidade. Também não é eficaz o teste semântico que selecionaria o núcleo com base no critério de elemento distributivamente equivalente ao todo, uma vez que, na maioria dos casos, o primeiro e o segundo elemento pertencem à mesma categoria.

Diante dessa limitação dos critérios, Akmajian e Lehrer (1976 apud KEIZER, 2007) propõem um terceiro teste semântico, que implica eleger o elemento que preenche as restrições de seleção do verbo, porque, de acordo com os autores, o verbo selecionaria apenas um dos nomes como argumento. Vejamos:

(41) A **garrafa** de vinho quebrou.

(42) A **bióloga Gabriela Montandon** pesquisa leveduras nativas para criar uma bebida feita com fermento local. (865 R 12-13)²¹

É verdade que esse teste é realmente operacional para algumas categorias de sintagmas nominais, como a de (41), já que o verbo *quebrar* seleciona apenas *garrafa*, ou seja, um objeto que pode ser quebrado, e não *vinho*, pois, como se trata de um líquido, não pode ser predicado por *quebrar*. No entanto, como os elementos nominais das aposições geralmente compartilham traços semânticos, os dois nomes envolvidos na aposição podem submeter-se, sem qualquer problema, às restrições de seleção do predicado verbal, como mostra (42), em que tanto o primeiro quanto o segundo nome indicam indivíduos humanos.

Se há, por um lado, autores que privilegiam critérios semânticos, há, por outro, os que consideram apenas critérios morfosintáticos, como Zwicky (1985), que, embora postule uma série de critérios de natureza semântica e morfosintática, acaba por reduzi-los apenas ao teste que determina o chamado “lôcus morfosintático”, ou seja, o elemento que veicula as marcas flexionais do SN. No caso das aposições, como a de (43), esse elemento é o descritivo, já que nomes próprios aparecem coordenados, enquanto o elemento descritivo ocorre no plural.

²¹ Ocorrência retirada da nossa amostra, montada a partir da Revista *CartaCapital*, conforme explicitado na seção 3.1.

- (43) Os **pintores** Manabu Mabe, Yoshiya Takaoka e Kazuo Wakabayashi admiravam a fazenda e colaboraram com os espetáculos. (858 R 10-11)

Outros dois testes envolvem questões morfossintáticas. O primeiro deles, o de concordância verbal, pressupõe que o núcleo nominal do SN na posição de sujeito ative a concordância com o predicado verbal. O segundo pressupõe que é com o núcleo que determinantes e modificadores concordem em gênero e número, seja ele N1 ou N2. A observação mais intuitiva possível do comportamento morfossintático das aposições mostra não ser possível conferir ao teste de concordância verbal um estatuto muito confiável, já que, como a maioria dos casos dessas construções traz os dois membros no singular ou um deles flexionado no plural e o outro com itens coordenados, como (43) acima, o resultado é que o verbo poderia concordar indiferentemente com N1 e N2.

Além dos critérios desses dois níveis, Keizer (2007) discute testes discursivos, como de pronominalização, que combinam aspectos semânticos e morfossintáticos para determinar o núcleo de diversos sintagmas nominais. Esse teste teria sua relevância assegurada pelo fato de ser a forma do pronome anafórico determinada por gênero e número do núcleo do SN antecedente; todavia, como os substantivos tendem a concordar em gênero e número nas aposições, esse teste também acaba tendo sua operacionalidade comprometida.

Essa discussão mostra que não é produtiva a aplicação de um único teste ou de testes referentes a um mesmo nível de análise. Por essa razão, Keizer (2007) adota uma perspectiva comunicativa e, especialmente, cognitiva com base na consideração da natureza prototípica das construções. Nesse caso, quanto mais critérios se aplicarem a um caso, tanto mais prototípico é o núcleo da aposição.

Levando em conta os traços morfossintáticos e semânticos das aposições, Keizer sustenta que o determinante (nos casos relevantes) tem escopo sobre os dois elementos nominais. Apoiada nessas características gerais e nas particularidades de cada subtipo, Keizer (2007) propõe representações subjacentes a cada um deles em (44-49), que adaptamos ao português.

- (44) Tipo 1a: construção det + N + N_{PRÓPRIO}

Núcleo: elemento descritivo, N1

The poet Burns [SN [Det The] [ExtN²² [N-núcleo poet] [N-mod Burns]]] (KEIZER, 2007, p. 58)

- (45) Tipo 1b: construção det + N + N

Núcleo: elemento descritivo, N1

The word recession [SN [Det the] [ExtN [N-núcleo word] [N-Mod recession]]] (KEIZER, 2007, p. 58)

- (46) Tipo 2: construção N_{PRÓPRIO} + det + N

Núcleo: nome próprio, N1

Burns the poet [SN [ExtN [N-núcleo Burns] [N-Mod the poet]]] (KEIZER, 2007, p. 58)

- (47) Tipo 3: construção N + N_{PRÓPRIO}

Núcleo: elemento descritivo, N1

se N1 = título, um nome próprio completo

a Lord Nelson [SN [N Lord Nelson]]

b Soprano Janet Baker [SN [ExtN [N-núcleo soprano] [N-Mod Janet Baker]]] (KEIZER, 2007, p. 58)

- (48) Tipo 4a: Poss + N + N_{PRÓPRIO}

Núcleo: elemento descritivo, N1

My friend Burns [SN [ExtN [my [N-núcleo friend]] [N-Mod Burns]]] (KEIZER, 2007, p. 59)

- (49) Tipo 4b: poss + N + det + N

Núcleo: primeiro elemento descritivo, N1

My friend the poet [SN [ExtN [my [N-núcleo friend]] [N-Mod the poet]]] (KEIZER, 2007, p. 59)

Enquanto até aqui, apresentaram-se aspectos ligados à semântica e morfossintaxe, que estão presentes na maior parte dos trabalhos sobre aposições, pouco se disse sobre aspectos discursivos dessas estruturas.

²² ExtN ou Extended Nominal Predicate (predicado nominal estendido) representa dois nomes que atribuem propriedade, o que reflete a afirmação de que na aposição é o SN todo que se refere e não os dois nomes separadamente.

Como a perspectiva funcional que subjaz a este trabalho assume o ato discursivo como a categoria fundamental da operação de Formulação, mobilizamos também, nos estudos de Keizer (2005a, 2005b, 2007), o que ela propõe sobre as estratégias discursivas das aposições. Considerando as aposições restritivas sem elemento de ligação, em inglês, a autora levanta motivações pragmáticas dessas construções, identificando quatro possíveis tipos de estratégias²³ para esse tipo de SNs no contexto da língua em uso: (i) uma estratégia funcionalmente identificadora;²⁴ (ii) uma estratégia descritivamente identificadora; (iii) uma estratégia introdutória; (iv) uma estratégia contrastiva.

- (50) a *The number four is my lucky number.* (KEIZER, 2005b, 451)

(O número quatro é o meu número da sorte.)

- b *The letter 'E' stands for euro.* (KEIZER, 2005b, 451)

(A letra E significa Euro.)

- (51) *This is a really big home win for Jaguar and indeed for Silverstone because the Jaguar boss Tom Walkinshaw is of course the uh managing director of Silverstone Circuits the BRDC < ICE-GB:S2A-012 #90:6:A>.* (KEIZER, 2005b, 454)

(É uma vitória muito grande em casa para a Jaguar e de fato para Silverstone, porque o chefe da Jaguar Tom Walkinshaw é, claro, o diretor administrativo do Circuito Silverstone, o BRDC.)

- (52) *<on a plaque> The poet Burns lived here from 1786 to 1788.* (KEIZER, 2005b, 454)

(<em uma placa> O poeta Burns viveu aqui de 1786 até 1788.)

- (53) *Who are you referring to? The CRITIC Paul Jones or the AUTHOR Paul Jones?* (KEIZER, 2005b, 462)

(A quem você se refere? O CRÍTICO Paul Jones ou o AUTOR Paul Jones?)

Na primeira estratégia, o uso do elemento descritivo tem a função de indicar para o ouvinte que não se emprega, em seu sentido usual ou prototípico, o elemento que denota uma única entidade, como mostram (50a-b), em que *four* e *E* não têm a referência objetiva usual, mas referência metalinguística; na segunda estratégia, o elemento descritivo atua como auxiliar do ouvinte na recuperação, em seu modelo mental, do referente da construção como um todo,

²³ Keizer (2005b) utiliza o termo “*discursive uses*”. Adotamos, porém, a tradução “estratégias discursivas”, pois “estratégia” parece um termo mais adequado e que evidencia o papel do falante na produção do discurso.

²⁴ Quirk et al. (1985) reconhecem esse uso como importante e classificam-no como “citação”.

como mostra (51), em que, embora o ouvinte comum, de acordo com Keizer (2005b), saiba que *Tom Walkinshaw é o chefe da Jaguar*, o falante não pode assumir esse significado; desse modo, o elemento descritivo pode dar ao ouvinte a possibilidade de imaginar quem é *Tom Walkinshaw*; na terceira estratégia, o elemento descritivo é empregado para introduzir uma informação contextualmente nova, mas relevante na primeira menção de um nome próprio, como mostra (51), em que o termo *poet* (poeta) veicula uma descrição não relacionada ao discurso prévio; além disso, não se acha pressuposto ser *Burns* um poeta. É justamente por isso que a descrição traz informação suficiente para quem não conhece *Burns* compreender a relevância do que se apresenta no contexto; na quarta estratégia, usa-se a informação do elemento descritivo ou do nome próprio para distinguir o referente de diferentes aposições, como mostra (52), em que os nomes comuns *critic* e *author* indicam tratar-se de dois referentes diferentes.

Nem todos os subtipos formais explicitados no Quadro 2 exercem todas as funções discursivas. Como mostra o Quadro 3, retirado de Keizer (2005b), apenas o tipo estrutural Det + N + N_{PRÓPRIO} exerce as quatro funções discursivas. Pretendemos aplicá-la aos dados do português escrito, mas resta saber se com a mesma distribuição da que Keizer (2005) propõe para as aposições do inglês.

Quadro 3. Distribuição das funções discursivas

Funções discursivas	det + N + N_{PRÓPRIO}	poss + N + N_{PRÓPRIO}	N_{PRÓPRIO} + det + N	N + N_{PRÓPRIO}
Uso funcionalmente identificador	[the [name] [Isis]] (o nome Isis) [a [value] [K]] (o valor K)	-	-	-
Uso descritivamente identificador	[the [goddess] _{Dado/Inf} [Isis]] _{Pres} (a deusa Isis) [a [mate of work] _{Inf} [Tim]] _{Pres} (um amigo de trabalho Tim)	[[my friend] _{Dado/Inf} [Ruth]] _{Pres} (minha amiga Ruth) [[a friend of mine] _{Inf} [Ruth]] _{Pres} (uma amiga minha Ruth)	[[Moro] [the loner] _{Dado/Inf}] (Moro o solitário)	[[umpire] _{Dado/Inf} [John Harris] (árbitro John Harris)
Uso introdutório	[the [author] _{Novo} [Roald Dahl]] _{Pres} (o autor Roald Dahl) [a [friend] _{Novo} [John]] _{Pres} (um amigo John)	-	-	[[poet laureate] [Ted Hughes]] _{Pres} (poeta laureado Ted Hughes)
Uso contrastivo	[the [ACTOR] _{Contr} [Welles] _{Dado}] (o ATOR Welles) [the [actor] [WELLES] _{Contr} _{Dado}] (o ator WELLES) [a [FRIEND] _{Contr} [John] _{Dado}] (um AMIGO John) [a [friend] _{Dado} [JOHN] _{Contr}] (um amigo JOHN)	[[my SON] _{Contr} [John] _{Dado}] (meu FILHO John) [[my son] _{Dado} [JOHN] _{Contr}] (meu filho JOHN) ??[a FRIEND of mine] _{Contr} [Ruth]] (uma AMIGA minha Ruth)	[[Welles] _{Contr} [the actor] _{Dado}] (Welles o ator) [[Welles] _{Dado} [the ACTOR] _{Contr}] (Welles o AUTOR)	[[ACTOR] _{Contr} [Welles] _{Dado}] (ATOR Welles) [[actor] _{Dado} [WELLES] _{Contr}] (ator WELLES)

Fonte: Keizer, (2005b, p. 450, adaptado.)

2.3.2 Aposições restritivas com preposição

Como já especificado, é assunto sujeito à controvérsia o estatuto das aposições restritivas com elemento de ligação na literatura. Tesnière (1965), por exemplo, identifica essas construções não com as aposições, mas com epítetos e o substantivo atuaria como um verdadeiro adjetivo em função qualificadora. Lago (1991), por seu lado, postula que sintagmas, como *a cidade de Paris*, *o mês de maio*, *o ano de 1991*, não se definem como aposições em razão de conterem uma modificação restritiva e se identificar como de subordinação a relação sintática que se estabelece entre os membros nominais.

Não está no escopo deste trabalho determinar ou não que tipos de construções se identificam como aposições, mas assumir, de conformidade com Keizer (2007), que essas construções restritivas são de fato apositivas, o que implica não apenas considerá-las como construções reais do português escrito, mas também descrevê-las de uma perspectiva discursivo-funcional.

O tratamento que Keizer (2007) dispensa a essas estruturas no inglês contrasta outros sintagmas nominais com *of* com o que ela chama de aposição justamente para demonstrar a identidade de certas construções com *of* como autênticas aposições. Os outros sintagmas com *of* elencados compreendem os tipos partitivos (54), núcleo-modificadores (55), núcleo-complementos (56) e núcleo-qualificadores (57):

- (54) *One of my friends* (KEIZER, 2007, p. 62)

(Um de meus amigos)

- (55) *The clothes of Miriam* (KEIZER, 2007, p. 63, adaptado)

(As roupas de Miriam)

- (56) *The son of Aaron* (KEIZER, 2007, p. 64)

(O filho de Arão)

- (57) *A book of comics* (KEIZER, 2007, p. 71)

(Um livro de quadrinhos)

Entende a autora que os sintagmas partitivos são SNs com dois elementos nominais ligados por *of* cujo sintagma preposicionado é também referencial. Esses SNs veiculam uma propriedade semântica do tipo sinedóquico parte-todo, tendo N1 como núcleo por designar o

membro do conjunto dos amigos, no caso de (54).

Já os sintagmas do tipo núcleo-modificador, que (55) ilustra, também identificam SNs com sintagma preposicionado referencial. No caso de (55), N1 é um nome não relacional ou não argumental tendo N2 como modificador.

O terceiro tipo de sintagma, entendido como núcleo-complemento, ou Propriedade Configuracional nos termos de Hengeveld e Mackenzie (2008), por seu lado dispõe, na posição de N1, de um nome relacional, o substantivo *son* em (56) que, como tal, exige um complemento, que, nesse exemplo é *Aaron*. O sintagma preposicionado *of Aaron* é tão referencial quanto *son*.

Por fim, os sintagmas do tipo núcleo-qualificador, ilustrado em (57), exercem, de acordo com Keizer, um papel diferente dos demais, em função do fato de apenas o todo ser referencial, e seus membros não terem referência independente. Serafim (2017) mostra que, no português, N1 é o elemento que determina a referência do todo e N2 funciona como modificador. Assim, como pode ser verificado em (58), há um Subato de Referência que contém, por sua vez, um Subato de Atribuição correspondente à propriedade de ser livro, e outro Subato de Atribuição, que corresponde à uma propriedade atribuída à N1. Diferentemente dos casos acima, N2 não serve para referir-se a uma entidade do discurso:

- (58) NI: (-id R_i: (T_i) (T_j) (R_i))
 NR: (x_i: (f_i: livro (f_i)) : (f_j: quadrinhos (f_j)) (x_i))
 NM: (Np_i: (Gw_i: um (Gw_i) (Nw_i: livro (Nw_i)) (Adp_i: (Gw_j: de (Gw_j)) (Nw_j: quadrinhos (Nw_j)) (Adp_i)) (Np_i))
 Um livro de quadrinhos

As aposições restritivas ligadas pela preposição *de* também são construções com dois elementos nominais sem referência independente, de modo tal que apenas a construção como um todo é que tem possibilidade de referenciar. Segundo Keizer (2007), o que faz essas construções um fenômeno linguístico relevante e distinto das estruturas núcleo-qualificador é o tipo de relação semântica que se estabelece entre os dois elementos: em *a cidade de São Paulo*, por exemplo, N1 pode ser predicado de N2, de que resulta *São Paulo é uma cidade* (DEN DIKKEN, 1995 apud KEIZER, 2007); ou N2 pode atuar como especificador de N1, como em *A cidade é São Paulo* (QUIRK et al., 1985)

Quanto às propriedades formais, as aposições podem ter, na posição de N2, um nome próprio, como em (59), ou um nome comum, geralmente abstrato, ou propriedade de zero

ordem, como em (60), que, em termos de GDF, representa, no Nível Representacional, uma propriedade lexical que, por definição, não tem denotação.

- (59) A área é maior que **a cidade de Santos**, com terras espalhadas por Miracatu e Tapiraí, além de Juquiá. (864 R 10-11)
- (60) Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)

Segundo Keizer (2007), como normalmente não é possível modificar um nome próprio, o emprego de construções apositivas consiste numa estratégia para que, indiretamente, o nome próprio receba modificações; indiretamente, porque os modificadores de natureza subjetiva, e, portanto, de natureza pragmática, que se vêm em (61) aplicam-se à aposição como um todo, mas escopando fundamentalmente o nome comum da construção que ocupa a posição de N1; o mesmo se aplica a (62).

- (61) *in factories in steel mills and most tellingly of all in **the once docile republic of Byelorussia*** <ICE-GB:S2B-006 #52:I:E>. (KEIZER, 2007, p. 74)

(nas fábricas, nas usinas siderúrgicas e mais notavelmente na **outrora dócil república da Bielorrússia**.)

Serafim (2017) verificou, contudo, que no português é perfeitamente possível modificar um nome próprio, como mostram os exemplos:

- (62) a De repente, não mais que um "de repente" meio fajuto, as carrocinhas de comida viraram moda na **nossa mui leal e heroica cidade de São Sebastião**. (865 O 72)
- b De repente, não mais que um "de repente" meio fajuto, as carrocinhas de comida viraram moda na **nossa mui leal e heroica São Sebastião**.

Na literatura, enfatiza-se o emprego desse subtipo de aposições com nomes de designações geográficas, embora ele ocorra também com outros tipos de nomes. Lemson (2016) caracteriza as aposições restritivas com *de* no português como estruturas cujas entidades denotadas representam as categorias semânticas Tempo (t) e Lugar (l). Essa dedução não é destituída de problemas, pois ela não abrange aposições que designam outros tipos de categoria;

não inclui do mesmo modo aposições em que N1 representa uma determinada categoria e N2, outra categoria diferente, como ilustrado em (63), em que o primeiro elemento é um Conteúdo Proposicional (p) e o segundo, um Estado de Coisas (e):

(63) O conceito de gramaticalização

Sobre as relações estabelecidas entre N1 e N2, Quirk et al. (1985) afirmam que o fato de serem ligados por *de* não implica restrição, como é comum em aposições do tipo *A soprano Janet Baker*. Os autores destacam ainda que é possível ver as aposições restritivas com *de* como nominalizações de sentenças copulares por implicarem a existência de uma relação óbvia, como a que se vê, por exemplo, entre o SN *A cidade de Roma* e a oração *A cidade é Roma*. De acordo com esse teste, é o sujeito da oração que assume a função de núcleo do SN, restando a N2 a função de especificar N1. Como se vê, esse é claramente um teste de nuclearidade.

É tarefa árdua e complexa definir a nuclearidade dessas construções, especialmente porque, morfossintática e semanticamente, a omissão de um dos dois nomes é aceitável nesses níveis (KEIZER, 2007). Tomando como ponto de partida o SN *a cidade de Roma*, é possível que tanto *Roma* quanto *cidade* substituam a construção como um todo, o que se justifica morfossintaticamente no fato de *a cidade* e *Roma* constituírem ambos sintagmas nominais e semanticamente no fato de serem indiferentemente usados para se referir ao mesmo tipo de entidade. Contudo, podem surgir inadequações no nível pragmático.

Com efeito, por um lado, só é perfeitamente possível substituir a construção toda por simplesmente *a cidade* em algum cenário discursivo ou pragmático em que fica subentendido que o SN *a cidade* se refere à Roma; por outro lado, é possível substituir *Roma* pela construção toda sem qualquer prejuízo comunicativo, já que a parte e o conjunto dispõem de referência única, de acordo com Keizer (2007). Ressalte-se, contudo, que os SNs das ocorrências (64) e (65) consistem em casos em que o referente de N2 sozinho pode ter duas interpretações possíveis (SERAFIM, 2017).

(64) **Na estação do Brás**, os saraus de Andréia Garcia reúnem poetas [...] (856 R 10-11)

(65) seguem o roteiro conhecido desde os tempos do "da Lei do Ventre Livre, **da Lei dos Sexagenários** (862 O 64)

É de conhecimento geral que *Brás* pode se referir tanto à estação quanto ao bairro da capital paulista e que *Sexagenários* pode referir-se à lei e ao grupo de pessoas com mais de 60 anos. Em consequência, não se pode omitir N1, uma vez que é esse constituinte que tira a ambiguidade da interpretação do referente. Essa situação é um indício de que N1 é o elemento nuclear das aposições restritivas com *de*.

2.4 O nome próprio como constituinte das aposições restritivas

Quase todos os subtipos de aposições contêm um nome próprio, o que torna relevante abrir uma seção para discutir a natureza dessa categoria. Para começar, vejamos o que está compreendido no rótulo “nome próprio”. São substantivos próprios “nomes específicos de pessoas (*antropônimos*), lugares (*topônimos*), datas, festividades, marcas de produtos, livros, revistas, peças, associações, agremiações, órgãos ou repartições etc.” (NEVES, 2011, p. 106, grifos da autora). É consensual que substantivos próprios sejam designações específicas em referência a um único indivíduo; e não apenas isso, já que apenas designam sem veicular nenhuma descrição de seus referentes, como faz o nome comum, além de não fornecerem informação sobre a classe a que o referente pertence (NEVES 2011; CAMACHO et al., 2008). Essa última informação, salientam Camacho et al. (2008), é fornecida pelo contexto ou por conhecimento compartilhado. Essa é também a interpretação de Hengeveld e Mackenzie (2008), de que vamos tratar mais abaixo.

Na perspectiva da Linguística Textual, o nome próprio é capaz de introduzir e recuperar referentes sem, no entanto, categorizá-los ou recategorizá-los. A esse respeito Koch (2008) afirma o seguinte:

Quando a introdução se faz por meio de um nome próprio, tem-se apenas a nomeação do objeto. Já no caso de se tratar de uma expressão nominal, opera-se uma primeira categorização do objeto-de-discurso, o qual, a cada retomada, pode ser mantido como tal ou, então, recategorizado por outras expressões nominais. (KOCH, 2008, p. 101-102).

É possível perguntar especulativamente se o uso de sintagmas apositivos é uma maneira de categorizar e recategorizar referentes. Considere-se a ocorrência contida em (66).

- (66) **O reformador Bergoglio** recupera a palavra de Cristo e o valor da Caridade, que se tornaram letra morta em largos momentos da história da Igreja

Papa Francisco é hoje em dia o único, grande estadista de dimensões mundiais, reformador determinado, corajoso, inspirado. Óbvio nele o propósito de reparar os males provocados à Igreja Católica pelos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, dignos da politicagem e da devassidão das cortes papais da Renascença e responsáveis por uma conspícua evasão de fiéis. A par disso, entretanto, é ele quem se ergue contra o que define como a “ditadura sutil” imposta à humanidade pelo poder do dinheiro, para aprofundar vertiginosamente o abismo entre ricos e pobres.

Ao escolher seu nome no momento de tomar assento na cadeira de Pedro, **o jesuíta Bergoglio** deu um claro indício dos rumos desejados para sua ação, como se a cultura própria da ordem de Inácio de Loyola se aliasse ao despojamento cristão do Pobrezinho de Assis, para assinalar o retorno à palavra de Cristo, pregador do amor ao próximo como fonte da igualdade, ideia revolucionária *illo tempore* até o nosso presente. (859 E 28-29)

Como é possível verificar em (66), a construção do referente mediante o uso da aposição *o reformador Bergoglio* está diretamente relacionada ao conteúdo seguinte, já que só se pode atribuir a recuperação de valores caros ao cristianismo a um indivíduo classificado como *reformador*. Além disso, emprega-se *Papa Francisco* no segundo parágrafo para fazer referência ao mesmo indivíduo, mas já na sua função institucional de papa; o emprego de *o jesuíta Bergoglio*, por sua vez, consiste numa estratégia para fazer referência também à mesma entidade, mas em referência ao momento da escolha do nome Francisco, além de o termo *jesuíta* reafirmar a ideia de que Francisco é um pregador da palavra de Cristo.

No arcabouço da GDF, nomes próprios podem ser usados, por um lado, em atos Interpelativos sem estatuto referencial (*Ei, João!*), que representam um dos Participantes no Nível Interpessoal; pode-se, por outro lado, empregá-los como um Subato de Referência em que o falante tem a intenção de fazer referência única a um Indivíduo, Lugar ou Tempo. É esse segundo tipo de estratégia pragmática que interessa a este trabalho. Hengeveld e Mackenzie (2008) destacam que, embora muitos nomes próprios derivem de nomes comuns (*Carvalho*, por exemplo), eles não dispõem de conteúdo semântico, ou seja, não designam nenhuma entidade. Dessa maneira, os nomes próprios, que aparecem no Nível Interpessoal como um Subato de Referência, recebem, no Nível Representacional, apenas a representação da categoria semântica relevante, mas com um núcleo lexical vazio:

(67) João estava na festa.

NI: (+id R_I: João (R_I))

NR: (x_i)

Embora o núcleo da camada do indivíduo no Nível Representacional seja lexicalmente vazio, ele pode conter informações semânticas recuperadas do contexto, como a de gênero, que permitem a correta concordância entre o substantivo e o adjetivo em sentenças como em *Maria é bonita*. Os autores afirmam ainda que uma categoria semântica de núcleo vazio não permite a atribuição de nenhum tipo de modificação no Nível Representacional. Quando houver uma qualificação para um nome próprio, como *John*, por exemplo em (68), ela deve ser representada no Nível Interpessoal.

(68) *John, poor guy, he has nowhere to stay.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 237)

(João, pobre moço, não tem onde morar.)

Em sua própria abordagem do tema, ainda dentro do arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional, Keizer (2008) afirma que se, por um lado, os nomes próprios deixam de atribuir propriedade, por outro, eles dispõem de um conjunto de extensão, como por exemplo, todas as entidades conhecidas como *Peter* em (69); em consequência dessa posição, a autora postula que o nome próprio seja semanticamente representado, mas sem uma variável-f correspondente.

(69) *I saw Peter yesterday.* (Eu vi o Pedro ontem)

NI: (R_I)

NR: (x_i: Pedro) (KEIZER, 2008, p. 208)

Keizer admite também que, em sentenças copulares, como as de (70), e nas aposições restritivas, como as de (71), o nome próprio “é usado como um tipo especial de atribuição: em vez de instruções ao ouvinte para atribuir uma propriedade, ele o instrui a anexar o rótulo *Peter* a uma entidade discursiva existente;”²⁵ (KEIZER, 2008, p. 208, tradução minha). De acordo com essa proposta, o nome próprio é entendido como um Subato de Atribuição no Nível

²⁵ Cf. Original: “*Peter is used as a special type of ascription: rather than instructions to the hearer to assign a property, it instructs him/her to attach the label Peter to an existing discourse entity;*” (KEIZER, 2008, p. 208)

Interpessoal e, nas aposições, como um elemento que restringe diretamente a variável x em (71).

(70) *I am Peter* (Eu sou o Pedro)

NI: (R_i) (T_i)

NR: (x_i) (x_j: Peter) (KEIZER, 2008, p. 208)

(71) *The actor Orson Welles* (O ator Orson Welles)

NI: (R_i: (T_i))

NR: (x_i: (x_j: (f_i: [actor]) (x_k: [Orson Welles]) (KEIZER, 2008, p. 210)

A conceituação de nome próprio, fornecida por Keizer (2008) é, a nosso ver, a mais adequada para a descrição das aposições contendo essa categoria de nome, já que é apenas a aposição como um todo que se refere a uma entidade e não um e/ou outro nome dentro do SN. Essa conceituação acrescenta uma posição inovadora relevante à proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008), que permite incluir o uso de nomes próprios nas aposições sem afetar o caráter referenciador do nome próprio no Nível Interpessoal.

2.5 Referenciação: sintagmas nominais como objetos de discurso

Observar o comportamento discursivo dos SNs apositivos requer, por fim, considerar a função que podem desempenhar na atividade de referenciação, atividade discursiva “concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 35). Compreendemos, com Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p. 229, tradução minha), que “os chamados objetos de discurso não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – dessa atividade”.²⁶

Considerando essa concepção dinâmica, objetos de discurso podem ser introduzidos, retomados e desativados ao longo do texto. A esse respeito, Koch (2008) afirma que o primeiro passo na construção textual é a introdução de um objeto de discurso, que, na sequência, pode ser retomado, com ou sem recategorização, ou pode ainda submeter-se a uma remissão. Se

²⁶ Cf. Original: “*les dits objets-du-discours ne préexistent pas ‘naturellement’ à l’activité cognitive et interactive des sujets parlants, mais doivent être conçus comme les produits – fondamentalement culturels – de cette activité.*” (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, p. 229)

ocorrer uma desativação, o objeto de discurso pode ser ou não posteriormente reativado; caso seja, dar-se-ia a sequência da cadeia referencial originalmente iniciada.

Podem-se introduzir objetos de discurso mediante o uso de pronomes, nomes próprios ou expressões nominais. Nesse último caso, ocorre a primeira categorização do objeto de discurso, que pode submeter-se a um processo de recategorização na sequência textual mediante estratégias de retomadas por outras expressões nominais (KOCH, 2008). Como as aposições consistem em expressões referenciais codificadas por sintagmas nominais, é preciso avaliar como elas atuam na referenciação.

Masson (2009, p. 89) destaca a importância dos apostos na superfície textual, que têm a função de “recategorizar um referente constituído no texto e a de propiciar a progressão referencial”. A autora salienta ainda que o aposto especificativo é necessário para um refinamento da categorização em razão da insuficiência do nome comum.

Bassetto (2015) afirma, por sua vez, que, nos SNs formados por *nome comum* + *nome próprio*, ou seja, nos SNs apositivos os dois nomes atuam de maneira conjunta na construção do referente. Ainda que de uma perspectiva teórica diferente, esse postulado de Bassetto (2015) vai ao encontro da posição de Keizer (2007) de que é o SN como um todo que se usa para referir; com efeito, as duas autoras assumem que não se usam os nomes de maneira independente na construção do referente.

Assume Bassetto que “o referente é apresentado a partir de uma categoria relevante no contexto e é nomeado, de modo a garantir a sua individualidade e a sua ‘autoridade’ discursiva” (BASSETTO, 2015, p. 105). A autora ainda atribui destaque ao nome próprio na orientação argumentativa do texto em virtude de conferir um status socialmente reconhecido para o referente da construção, isto é, “os nomes próprios, além de especificar os nomes comuns, conferem-lhes relevância, já que recuperam figuras culturalmente importantes na sociedade brasileira” (BASSETTO, 2015, p. 105).

É possível aproximar a natureza da referenciação às estratégias discursivas propostas por Keizer (2005a, 2005b, 2007), o que representa uma abordagem discursiva ainda mais completa das aposições.

Conforme especificado na seção 2.3.1, são quatro as estratégias discursivas propostas por Keizer: i) a estratégia funcionalmente identificadora; ii) a descritivamente identificadora; iii) a estratégia contrastiva; e iv) a estratégia introdutória. É possível associar a essas estratégias as funções das expressões referenciais elencadas por Koch e Elias (2006). O uso da estratégia introdutória, por exemplo, ativa uma primeira categorização do referente, o que não seria possível sem a presença do elemento descritivo, uma vez que o uso do nome próprio sozinho

não seria suficiente para fornecer essa categorização, como pode ser visto na ocorrência (72).

(72) Sabor da terra

A bióloga Gabriela Montandon pesquisa leveduras nativas para criar uma bebida feita com fermento local.

É a levedura, garantem alguns, não o cervejeiro, quem faz a cerveja. Os micro-organismos são os responsáveis, na fermentação, por transformar o açúcar proveniente dos maltes em álcool e gás carbônico, além de contribuir com aromas e sabores. Dão vida e alma à bebida.

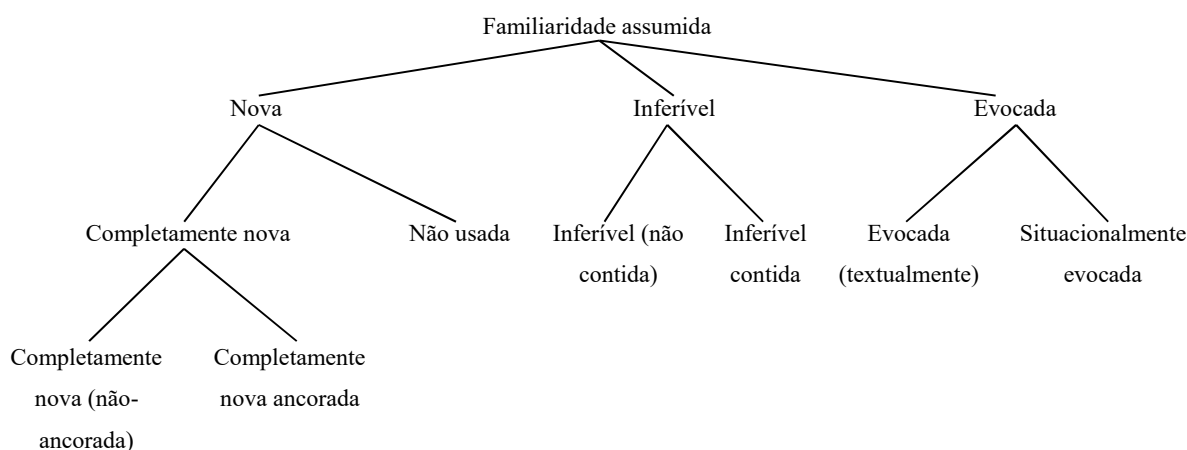
Gabriela Montandon, de 30 anos, acredita piamente nisso. Animada, **a bióloga** mostra uma bela taça com um líquido semelhante a um milk-shake.

No exemplar acima, o subtítulo da notícia traz um SN apositivo (*A bióloga Gabriela Montandon*) que introduz no discurso um referente, categorizando-o. É essa primeira categorização que permite, na sequência textual, retomar o referente unicamente pelo nome próprio (*Gabriela Montandon*) e, na sequência, pelo uso de outra expressão nominal definida (*a bióloga*). Fica claro, portanto, que a escolha por uma aposição não é uma estratégia discursiva aleatória nem que a omissão de um dos constituintes da aposição seja destituída de prejuízos para a transmissão de informação.

Como a referenciação e a progressão referencial tratam da introdução e retomada de referentes, consideramos relevante verificar o modo como o estatuto cognitivo das expressões linguísticas referenciais influenciam a codificação formal.

Nesse sentido, a classificação de Prince (1981), já bastante utilizada na literatura linguística, é um ponto de partida para a análise dos SNs. A figura 2 traz a proposta da autora:

Figura 2. Taxonomia das informações dadas e novas



Fonte: Prince (1981, p. 237, tradução minha)

Vejam os exemplos a seguir, retirados de Prince (1981):

- (73) *I bought **a beautiful dress**.* (PRINCE, 1981, p. 237, grifos da autora)
(Comprei **um vestido lindo**.)
- (74) ***A guy I work with** says he knows your sister.* (PRINCE, 1981, p. 233, grifos da autora)
(**Um cara com quem eu trabalho** diz que ele conhece sua irmã.)
- (75) ***Noam Chomsky** went to Penn.* (PRINCE, 1981, p. 233, grifos da autora)
(**Noam Chomsky** foi a Penn.)
- (76) *I got on **a bus** yesterday and **the driver** was drunk.* (PRINCE, 1981, p. 233, grifos da autora)
(Eu peguei **um ônibus** ontem e **o motorista** estava bêbado.)
- (77) *Hey, **one of these eggs** is broken!* (PRINCE, 1981, p. 233, grifos da autora)
(Ei, **um desses ovos** está quebrado!)
- (78) ***A guy I work with** says he knows your sister.* (PRINCE, 1981, p. 233, grifos da autora)
(**Um cara com quem eu trabalho** diz que **ele** conhece sua irmã.)
- (79) *Pardon, would **you** have change of a quarter?* (PRINCE, 1981, p. 233, grifos da autora)
(Com licença, **você** teria troco de vinte e cinco centavos?)

São entidades completamente novas as que o falante introduz no discurso pela primeira vez. Elas podem ser *não-ancoradas*, como mostra (73), ou *ancoradas*, como mostra (74), em que a entidade *a guy* está ancorada na informação introduzida pelo falante na construção relativa *I work with*. Uma entidade nova pode ser também *não usada*. No caso de (75), a entidade *Noam Chomsky* é suficientemente conhecida e está presente no modelo mental do ouvinte, embora ainda não tenha aparecido previamente no discurso.

Outros tipos de classificação de entidades são identificados como *inferível não contida* e *inferível contida*. O caso de (76) permite inferir com base em um raciocínio plausível que um ônibus contenha necessariamente um motorista, assim, o SN *o driver* é uma entidade inferível (não contida). Já as entidades do segundo tipo estão geralmente em uma relação parte-todo como *one* em *one of these eggs* (77).

Por fim, a autora identifica entidades evocadas que podem ser subclassificadas como

textualmente ou *situacionalmente* evocadas. Em (78), *he* representa uma entidade já mencionada no discurso anterior, por essa razão, classifica-se como textualmente evocada. Já em (79), por referir-se a um participante do discurso, a entidade referenciada por *you* pode ser classificada como situacionalmente evocada.

Gundel et al. (1993), por outro lado, propõem uma hierarquia diferente que chamam de Hierarquia da Dadidade (80), envolvida diretamente com o estatuto cognitivo dos referentes, mediante uma hierarquia implicacional em que os estatutos da esquerda incluem todos os que aparecem à sua direita.

(80) Hierarquia de Dadidade (GUNDEL et al., 1993, p. 275, tradução minha)

Em	>	Ativado	>	Familiar	>	Unicamente	>	Referencial	>	Tipo
foco						identificável				identificável
{ele}		$\left\{ \begin{array}{l} \text{Aquilo} \\ \text{Isso} \\ \text{Esse N} \end{array} \right\}$		{aquele N}		{o N}		{esse N indefinido}		{a N}

Embora possa haver uma relação entre essa hierarquia e a taxonomia proposta por Prince (1981), não há uma correspondência biunívoca entre todos os tipos de entidades. Além disso, a proposta de Prince não inclui uma relação entre o estatuto cognitivo da entidade e sua codificação morfossintática, como fazem Gundel et al. (1993).

De acordo com os autores, quando o estatuto do referente é do tipo *identificável* o ouvinte pode acessar o tipo de objeto a que o SN refere (81). O fato de ser *Referencial* implica que o falante se refere a um objeto específico (82). Já o estatuto *Unicamente identificável* indica que o ouvinte pode identificar o referente apenas com base no item nominal (83). O quarto estatuto cognitivo, *Familiar*, mostra que o ouvinte pode identificar o referente por ele já estar em sua memória (84). Ser *Ativado* identifica um referente na memória de curto prazo e que, como tal, pode ser recuperado no contexto textual imediato ou no contexto situacional (85). Por fim, o último estatuto cognitivo indica que o referente não só está na memória de curto prazo, mas também é o centro da atenção no discurso (86).

(81) *I couldn't sleep last night. A dog (next door) kept me awake.* (GUNDEL et al., 1993, p. 276)

(Não consegui dormir na noite passada. Um cachorro (do vizinho) me manteve acordado.)

- (82) *I couldn't sleep last night. This dog (next door) kept me awake.* (GUNDEL et al., 1993, p. 277)

(Não consegui dormir na noite passada. Esse cachorro (do vizinho) me manteve acordado.)

- (83) *I couldn't sleep last night. The dog (next door) kept me awake.* (GUNDEL et al., 1993, p. 277)

(Não consegui dormir na noite passada. O cachorro (do vizinho) me manteve acordado.)

- (84) *I couldn't sleep last night. That dog (next door) kept me awake.* (GUNDEL et al., 1993, p. 278)

(Não consegui dormir na noite passada. Aquele cachorro (do vizinho) me manteve acordado.)

- (85) *A: Have you seen the neighbor's dog?*

B: Yes, and this dog/that dog kept me awake last night. (GUNDEL et al., 1993, p. 279)

(A: Você viu o cachorro do vizinho?

B: Sim, e aquele cachorro me manteve acordado.)

- (86) *A: My neighbor's bull mastiff bit a girl on a bike.*

B: It's / That's the same dog that bit Mary Ben last summer. (GUNDEL et al., 1993, p. 280)

(A: O bulmastife do meu vizinho mordeu uma menina numa bicicleta.

B: Esse é o mesmo cachorro que mordeu a Mary Ben no verão passado.)

Esses conceitos constituem, portanto, uma ferramenta auxiliar na tarefa de compreender o comportamento das posições restritivas. Como a Gramática Discursivo-Funcional é uma teoria da gramática cujo ponto de partida é o Ato Discursivo, aspectos textuais da referenciação não estão entre suas preocupações, por requerer níveis de análise acima do Movimento. Mesmo assim, buscar outros subsídios teóricos confere a este trabalho um grau maior de amplitude e profundidade na análise e nas generalizações que se pretendem fornecer, sem, contudo, comprometer o aparato teórico discursivo-funcional adotado.

3 Universo de investigação e procedimentos metodológicos

Como estabelecido previamente, nosso objetivo geral é determinar se o comportamento das aposições restritivas sem e com elemento de ligação nos Níveis Interpessoal e Representacional tem reflexos claros no Nível Morfossintático. Já nossos objetivos específicos são i) estabelecer a nuclearidade das aposições restritivas sem e com *de*; ii) verificar as estratégias discursivas que o falante emprega no uso dessas estruturas; iii) determinar como as estratégias discursivas motivam os usos dos subtipos morfossintáticos; iv) identificar se há parâmetros de formulação e de codificação que oponham e/ou aproximem as aposições restritivas sem e com elemento de ligação nos níveis relevantes.

Abaixo, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação. Primeiro apresentamos a amostra da qual o conjunto de ocorrências foi extraída e, na sequência, identificamos as hipóteses que norteiam este trabalho e os critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos que permitem responder às nossas perguntas de pesquisa.

3.1 A amostra

O material de análise consiste em 36 textos retirados de 12 edições impressas do semanário *CartaCapital*,²⁷ em função de a revista ter circulação nacional. Os gêneros selecionados não são em si um critério de análise, mas apenas buscam maior diversidade no domínio das ocorrências. Além disso, os gêneros selecionados diferem dos gêneros utilizados por Lemson (2016) em trabalho anterior sobre as aposições. A amostra da autora consiste em textos do gênero oratória, dramático e técnico, retirados do corpus do Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP. Buscamos, assim, ampliar o universo de textos para verificar a ocorrência desse tipo de construção.

Os textos selecionados estão dispostos nos quadros 4-6.

²⁷ Os mesmos textos foram utilizados para a constituição da amostra analisada no projeto de Iniciação Científica “A nuclearidade de sintagmas-*de* com dois elementos nominais”, que estabeleceu a nuclearidade de oito categorias de sintagmas (aposições com *de*, sintagmas binominais, pseudo-partitivos, construções com sorte/tipo/espécie, construções núcleo-modificador, núcleo-complemento e núcleo-qualificador). Processo Fapesp Nº 2015/25674-0.

Quadro 4: Seleção de reportagens

Nº	Reportagem, Jornalista	Páginas
856	Troque um trem por uma rima, Rodrigo Casarin	10-11
857	Predadores letais, Lorenzo Simoncelli	10-11
858	A dama do botão, Alvaro Machado	10-11
859	A menina que doa livros, Wanezza Soares	14-15
860	De bar em bar, Rodrigo Casarin	14-15
861	Farinha, forró e moda de viola, Matheus Carvalho Resende	10-11
862	Ninão, o gigante adormecido, Dionara Melo	10-11
863	Par ou ímpar, Ivã Gouvêa Bocchini	10-11
864	Por entre as árvores, Cinthia Rodrigues	10-11
865	Sabor da terra, Rodrigo Casarin	12-13
866	Águas sem vida, Dal Marcondes	8-9
867	À flor da pele, Rodrigo Casarin	10-11

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 5: Seleção de editoriais

Nº	Editorial	Página
856	À imitação de Jim Jones, Mino Carta	16-17
857	As agruras do jornalismo honesto, Mino Carta	14-15
858	Sonho de inverno, Mino Carta	16-17
859	O estadista solitário, Mino Carta	28-29
860	E agora, a lista do HSBC, Mino Carta	18
861	Respeite-se a Constituição, Mino Carta	20-21
862	Cadê a esquerda?, Mino Carta	14
863	A fênix nativa, Mino Carta	14
864	Tragicomédia, Mino Carta	14
865	Mas se a política econômica não muda..., Mino Carta	20-22
866	Só mesmo por aqui, Mino Carta	12
867	Ódio? Sim, de classe, Mino Carta	14

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 6: Seleção de textos de opinião

Nº	Opinião, Colunista	Página
856	Tempo nublado, Afonsinho	64
857	A visão moral de mundo, Vladimir Safatle	41
858	Em Brasília, Afonsinho	65
859	Uma questão de poder, Vladimir Safatle	43
860	Enquanto isso..., Afonsinho	72
861	Quem são os proletários?, Vladimir Safatle	35
862	A solução Abílio Diniz, Afonsinho	64
863	O crime perfeito, Vladimir Safatle	27
864	Perda de tempo, Afonsinho	64
865	Depois das utopias, Vladimir Safatle	19
866	O elogio do drible, Afonsinho	72
867	A casta contra o povo, Vladimir Safatle	34

Fonte: elaborado pela autora.

O procedimento empregado para fazer referência às ocorrências é inserir entre parênteses, no final da ocorrência, o número da edição, a inicial do tipo de texto (R para reportagens, E para editoriais e O para textos de opinião) e, por fim, a(s) página(s) em que o texto foi publicado. Uma ocorrência retirada do texto “Sonho de inverno”, de Mino Carta, é referenciada como (858 E 16-17), o que significa estar no número 858, ser um editorial e estar localizado na página 17 da edição impressa da revista.

A amostra é constituída por 102 casos de posições restritivas,²⁸ 90 dos quais de posições sem conector e 12, de posições restritivas com *de*. A esse conjunto de dados aplicou-se um conjunto de 13 critérios representados como grupos de fatores, que é como eles são interpretados no processamento estatístico. O programa empregado para o processamento estatístico, especificamente, a quantificação das ocorrências e o cruzamento de fatores, foi o *software* de regra variável *GoldVarb X* (SANKOFF, D; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E., 2005).

Para ilustrar outras questões que emergiram durante a análise e não foram contempladas pela nossa amostra, recorreremos ao Corpus do Português: *News on the Web*. O *corpus* é criado

²⁸ Ocorrências do tipo “a Operação Lava Jato”, “o Caso Battisti”, “a Baía do Marapatá”, em que tanto N1 quanto N2 são grafados com inicial maiúscula, não foram incluídos na pesquisa pois se aproximam do que Neves (2011) descreve como substantivos próprios compostos.

pelo Prof. Dr. Mark Davies, da Brigham Young University (BYU) e faz parte da coleção de corpora da BYU. Foi escolhido o Corpus do Português: *News on the Web*, criado em agosto de 2018, especialmente porque essa edição é composta de textos retirados de jornais e revistas online que se aproximam da amostra inicial. Como o *cópus* permite a busca por padrões, foi possível consultar a ocorrência de estruturas morfossintáticas específicas que não ocorreram em nossa amostra, mas que existem no português.

3.2 Hipóteses, perguntas de pesquisa e critérios de análise

Neste trabalho, procuramos confirmar ou negar quatro principais hipóteses: i) o primeiro elemento nominal é o núcleo das posições ii) os níveis de formulação determinam a codificação morfossintática das posições; iii) a estratégia discursiva mais comum das posições no português é a descritivamente identificadora e iv) as funções pragmáticas e as categorias semânticas permitem diferenciar as posições restritivas sem e com *de*.

Para confirmar ou não essas hipóteses, critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos operacionalizados em grupos de fatores foram projetados para responder a quatro perguntas cruciais de pesquisa que buscam a compreensão do comportamento das posições:

- (i) Que elemento nominal é candidato a núcleo prototípico das posições restritivas sem e com *de*?
- (ii) O uso de uma estratégia discursiva em detrimento de outra determina o uso dos subtipos morfossintáticos?
- (iii) Qual a estratégia discursiva mais comum que essas posições desempenham no português?
- (iv) Que parâmetros diferenciam as posições restritivas sem e com elemento de ligação no português?

Como é uma tarefa complexa estabelecer a nuclearidade das posições sem e com elemento de ligação no português com base em critérios apenas pragmáticos ou semânticos ou morfossintáticos, conforme foi visto na seção 2.3, a opção mais adequada é aplicar um enfoque funcional-cognitivo que considere a existência de membros mais prototípicos e menos prototípicos da categoria. Assim, mobilizou-se uma série de critérios que abrangem os níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático, na condição de que quanto mais critérios se aplicarem a um elemento nominal, mais candidato a núcleo da posição ele é.

Além da nuclearidade, este trabalho se propõe a estudar as relações entre as estratégias discursivas (KEIZER, 2005a; 2005b) e a codificação morfossintática das aposições, uma vez que parte do pressuposto teórico de ordem discursivo-funcional de que as formulações nos níveis mais altos do modelo se refletem na codificação morfossintática das estruturas.

Discutimos primeiramente os critérios de nuclearidade e, depois, os critérios relacionados às estratégias discursivas. Na sequência, trazemos um quadro que sintetiza os treze critérios utilizados e como eles se relacionam aos níveis da GDF. Por fim, mostramos como eles se relacionam entre si para responder às nossas perguntas de pesquisa.

O primeiro grupo de fatores tem como base o critério pragmático que visa a estabelecer qual dos elementos nominais pode ser tópico no discurso subsequente. Essa possibilidade de topicalização indicaria, portanto, se o primeiro ou o segundo nome é tomado como núcleo pelo falante. Para verificar, então, o elemento ao qual pode ser atribuída a função pragmática Tópico, observa-se se há a retomada ou a possibilidade de retomada de um dos nomes por meio de um pronome pessoal na sequência textual, já que, ao retomar um referente por meio de um pronome, ele assimila o gênero e o número do núcleo do SN.

Embora verificar a possibilidade de topicalização seja essencialmente um critério relacionado ao Nível Interpessoal, também se mobilizam os níveis Representacional e Morfossintático. No Nível Interpessoal atribui-se a função pragmática tópico a algum Subato de Referência e no Nível Representacional as informações sobre gênero e número são atribuídas à entidade designada pelo SN. Cabe ao Nível Morfossintático codificar essas informações: codifica-se a função pragmática Tópico mediante inserção do elemento em questão na posição inicial (P¹) da Expressão Linguística, enquanto as informações de número e gênero aparecem codificadas por meio da flexão nominal.

Fazemos uma ressalva, entretanto, a respeito da funcionalidade deste critério. Sua aplicação só é possível e relevante nos casos em que N1 e N2 diferem em relação às propriedades semânticas, como pode ser visto em (87). Caso os elementos nominais tenham mesmo número e mesmo gênero, o critério torna-se desnecessário.

- (87) a Não consegui ir até **a favela do Salgueiro** (me disseram ser muito perigosa) (856 O 65)
(SERAFIM, 2017)
- b Não consegui ir até a **favela** do Salgueiro, pois **ela** é muito perigosa.
- c *Não consegui ir até a favela do **Salgueiro**, pois **ele** é muito perigoso.

Passando para a atuação do Nível Representacional, a análise se faz em torno da aplicação de critérios semânticos formulados como testes de aceitabilidade, que constituem três grupos de fatores concernentes à obrigatoriedade, distribucionalidade e restrições de seleção dos verbos da predicação.

Se o núcleo é, para alguns autores, um constituinte que caracteriza semanticamente o todo, espera-se que ele esteja presente em todas as ocorrências do SN. O primeiro grupo de fatores foi, então, programado para determinar qual é o nome semanticamente obrigatório no SN, se N1 ou N2, ou se ambos.

O segundo grupo semântico pergunta que elemento, N1 ou N2, é distributivamente equivalente ao todo (HUDDLESTON; PULLUM, 2002; QUIRK et al., 1985; ZWICKY, 1985). A noção de distribucionalidade está presente em muitas definições de núcleo, como a de Givón (2001, p. 59, tradução minha) para quem “dentro do sintagma nominal, o substantivo é geralmente o núcleo sintático e semântico, definindo o tipo de entidade envolvida”.²⁹ Esse teste é especialmente relevante nos casos em que N1 e N2 diferem de categoria semântica, como pode ser observado em (88). Nesses casos, a categoria semântica de um ou outro nome prevalece, sendo também a categoria do SN como um todo. No caso de (88), prevalece a categoria semântica de N1, um Conteúdo Proposicional, em detrimento da N2, um Estado de Coisas.

(88) A ideia de revolução

Já o terceiro grupo foi previsto para identificar que elemento nominal preenche as restrições de seleção do verbo ou se os dois elementos nominais podem submeter-se indiferentemente às restrições de seleção (AKMAJIAN; LEHRER, 1973, apud KEIZER, 2007). Embora as aposições se constituam de nomes que, em princípio, designam o mesmo tipo de entidade e, portanto, compartilham traços semânticos, há casos em que o verbo da predicação só pode selecionar um dos elementos.

- (89) a Tenho **um amigo Rafael** que mora em São Paulo.
- b Tenho **um amigo** que mora em São Paulo.
- c *Tenho **um Rafael** que mora em São Paulo.

²⁹ Cf. Original: “within the noun phrase, a noun is typically the syntactic and semantic head, defining the type of entity involved” (GIVÓN, 2001, p. 59).

Como aplicar apenas critérios pragmáticos e/ou semânticos não é o suficiente para determinar o núcleo dos SNs em diversos casos, a análise também prevê uma série de critérios relacionados exclusivamente ao Nível Morfossintático. Como é de reconhecimento geral que a concordância de número entre um SN e o verbo é comumente determinada pelo núcleo do SN, projetou-se um grupo de fatores, cuja finalidade é estabelecer qual dos dois elementos nominais dispara a concordância verbal. Esse grupo de fatores claramente só é aplicável quando N1 e N2 diferem em número.

Já o segundo grupo de fatores morfossintáticos seleciona o elemento que é considerado o locus morfossintático, definido, por Zwicky (1985), como o elemento que pode veicular a flexão de número e gênero. Assim sendo, para determinar qual elemento é candidato a núcleo, verificam-se as possibilidades de pluralização de cada SN apositivo da amostra.

Por fim, o terceiro grupo de fatores morfossintáticos procura determinar a configuração dos SNs com base na inserção potencial de operadores e modificadores à direita e à esquerda de N1 e de N2, já que em geral, é o núcleo do SN o elemento sobre o qual incide a modificação. A aplicação desse critério aponta não apenas para a identificação da nuclearidade, mas também para um cotejo com as estratégias discursivas com o objetivo de determinar correlações possíveis entre as estratégias e algum subtipo morfossintático.

Os grupos de fatores preveem critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos que se relacionam aos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático, respectivamente. Partimos do pressuposto de Keizer (2007), de que a maneira mais adequada de determinar o núcleo das aposições restritivas sem e com elemento de ligação é assumir uma abordagem cognitiva para essas categorias, o que implica considerar que elas contêm membros contínuos sem limites claros entre si. Desse princípio, deriva-se o postulado de que alguns membros de uma categoria compartilham traços comuns que os definem como prototípicos, e outros que não compartilham todos os traços comuns constituem membros marginais. Conforme afirma Camacho:

se as categorias devem ser postuladas como detentoras de fronteiras nítidas, e se devem ser definidas em termos da conjunção de traços binários, categóricos, com base em critérios ao mesmo tempo suficientes e necessários, é melhor renunciar antes de prosseguir. O resultado sempre frustrante é que somente as entidades que exibirem todos os traços da categoria é que são presumivelmente membros dela, sendo excluídas as que não tiverem a mesma sorte (CAMACHO, 2011, p. 43).

Entendemos, à luz desse princípio, que se define como mais prototipicamente nuclear o membro da categoria que compartilhar o maior número de critérios, ou seja, quanto mais critérios se aplicarem a um dos elementos da aposição, maior grau de nuclearidade ele terá.

Para analisar as estratégias discursivas, preveem-se outros seis grupos de fatores também ligados aos níveis da GDF. O primeiro grupo de fatores tem por objetivo identificar a estratégia discursiva que é utilizada pelo falante. A estratégia funcionalmente identificadora será atribuída ao SN quando o elemento descritivo tiver a função de indicar para o ouvinte que o elemento que denota uma única entidade não está sendo empregado em seu sentido usual. Atribui-se a estratégia descritivamente identificadora à aposição em que o elemento descritivo auxiliar o ouvinte a recuperar, em seu modelo mental, o referente da construção. Já se atribui a estratégia introdutória à construção em que o elemento descritivo introduzir uma informação contextualmente nova, mas relevante na primeira menção de um nome próprio. Por fim, atribui-se a estratégia contrastiva ao SN em que um dos elementos ou a construção como um todo for utilizada para diferenciar dois referentes diferentes.

Como critério pragmático, previu-se também um grupo de fatores com a finalidade mais específica de identificar o estatuto informacional das construções (PRINCE, 1981) para determinar, em termos mais gerais, se o uso de aposições tem a função de construir ou recuperar referentes e de relacionar, mais tarde, esses usos às estratégias discursivas. Essa análise se refere às seguintes categorias: (i) identifica-se como uma entidade nova, caso o falante a introduza no discurso pela primeira vez; (ii) como uma entidade textualmente evocada, caso tenha sido já introduzida no discurso precedente; e por fim (iii) como uma entidade inferível, caso seja acessada cognitivamente mediante inferências lógicas ou plausíveis.

Outro grupo pragmático que se relaciona especificamente ao Nível Interpessoal da GDF é projetado para estabelecer a identificabilidade do referente, selecionando as combinações [+id, +s], [-id, +s] e [-id, -s]. Nesse caso, [id] se refere à identificabilidade e [s] à especificidade do referente: por um lado, um referente é identificável ou não identificável quando o falante assume que o ouvinte é capaz ou não de identificar, no seu modelo mental, a entidade sobre a qual se fala; um referente é específico, por outro lado, se atender aos critérios de identificabilidade na avaliação do próprio falante.

Os últimos grupos de fatores determinam, respectivamente, a função pragmática (Tópico, Foco, Contraste) do SN apositivo, quando houver, e sobre que elemento específico ela incide, N1 ou N2, se for relevante. A importância desse grupo de fatores fica evidente quando nos deparamos com a estratégia contrastiva, já que o falante pode contrastar um elemento descritivo com outro (90) ou nomes próprios de diferentes aposições (91):

(90) Na aula de hoje, a professora explicou sobre **Machado de Assis** [cronista]_{CONTR}, não **Machado de Assis** [romancista]_{CONTR}.

(91) Foi **o meu primo** [João]_{CONTR} que passou no concurso, não **o meu primo** [Pedro]_{CONTR}.

Por fim, os procedimentos de análise incluem ainda um grupo de fatores programado para identificar, no Nível Representacional, que categoria semântica os elementos constituintes denotam. O enfoque das estratégias discursivas das aposições se cruza com essa análise uma vez que, quando se usa uma estratégia funcionalmente descritiva, Keizer (2005b) identifica um mecanismo potencialmente desambiguador de N1, já que o referente da construção como um todo pode não ser do mesmo tipo que o de N2, conforme mostra (92).

(92) A palavra recessão

Além disso, supõe-se que categorias semânticas como Tempo (t) e Lugar (l), por exemplo, devam aparecer com maior frequência nas aposições com *de*. A categoria Indivíduo (x), por outro lado, é presumivelmente mais frequente nas aposições restritivas sem conector. Essas características semânticas podem ser relevantes para a distinção posterior dos dois tipos de aposições.

Os quadros 7 e 8 resumizam os critérios aplicados às ocorrências:

Quadro 7. Critérios de nuclearidade

Nuclearidade	
Nível Interpessoal	1. Seleciona o elemento que pode ser tópico no discurso subsequente por meio de pronominalização;
Nível Representacional	2. Seleciona o elemento nominal obrigatório;
	3. Seleciona o elemento nominal distributivamente equivalente ao todo;
	4. Seleciona o elemento nominal selecionado pelo verbo;
Nível Morfossintático	5. Seleciona o elemento nominal que dispara a concordância verbal;
	6. Seleciona o elemento nominal que constitui o lócus morfossintático;
	7. Estabelece a constituição do SN em termos de operadores e modificadores;

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 8. Critérios para definir usos discursivos

Critérios discursivos	
Nível Interpessoal	8. Estabelece a estratégia discursiva do SN
	9. Estabelece o estatuto informacional da construção;
	10. Estabelece a identificabilidade do referente;
	11. Estabelece a função pragmática da construção;
	12. Seleciona o elemento nominal sobre o qual a função pragmática incide, se for o caso;
Nível Representacional	13. Identifica a categoria semântica das entidades denotadas.

Fonte: elaborado pela autora.

Consideramos que esses fatores compõem um quadro de critérios, ao mesmo tempo suficiente e necessário, para fornecer respostas às perguntas formuladas. Os critérios elencados no Quadro 7 buscam responder especificamente nossa primeira questão: que elemento nominal é candidato a núcleo prototípico das posições restritivas sem e com *de*? Os critérios elencados no quadro 8 permitem responder às duas perguntas seguintes: o uso de uma estratégia discursiva em detrimento de outra determina o uso de dos subtipos morfossintáticos?; qual a estratégia discursiva mais comum que essas posições desempenham no português? Por fim, os critérios de Nível Interpessoal e Representacional sumarizados nos dois quadros possibilitam dar uma resposta convincente à última pergunta de pesquisa, ou seja, que parâmetros diferenciam as posições restritivas sem e com elemento de ligação no português?

4 O comportamento das aposições restritivas na amostra

4.1 Apresentação

Esta seção apresenta os resultados da análise das 102 ocorrências de aposições restritivas, contemplando uma discussão sobre a nuclearidade das aposições e sobre as funções discursivas por elas exercidas. Não faz parte dos objetivos deste trabalho determinar um núcleo pragmático, um núcleo semântico e um núcleo morfossintático para essas estruturas, mas determinar que elemento nominal é o membro prototípico do núcleo com base na proporção de critérios aplicáveis. Além disso, partindo do pressuposto discursivo-funcional de que os níveis pragmático e semântico determinam a codificação morfossintática dos enunciados, apresentam-se as estratégias discursivas propostas por Keizer (2005b) e sua aplicação aos subtipos morfossintáticos no português, destacando como cada estratégia está atrelada a uma determinada codificação.

O percurso de análise está dividido da seguinte maneira: na seção 4.2, faz-se uma primeira apresentação do comportamento das aposições restritivas sem o elemento de ligação *de*, trazendo a aplicação dos critérios de nuclearidade e generalizações sobre sua constituição; na sequência, apresentam-se as estratégias discursivas dessas aposições e como elas determinam diretamente a codificação morfossintática das estruturas; a seção 4.3 trata dos mesmos procedimentos, mas aplicados às aposições restritivas com o elemento de ligação; por fim, a seção 4.4 apresenta parâmetros que permitem identificar os tipos de aposições.

4.2 Aposições restritivas sem preposição

As aposições restritivas são sintagmas nominais compostos por dois elementos nominais, sendo geralmente um nome comum, descritivo, e um nome próprio ou que denote de maneira única uma entidade. Nossa análise dessas aposições confirma os pressupostos de Keizer (2005a, 2005b, 2007) e alguns resultados já alcançados por Lemson (2016) que, com base em Keizer, defende a referencialidade da construção como um todo e não dos itens nominais de maneira independente. Isso significa que nenhum dos elementos nominais é, por si mesmo, no Nível Interpessoal da GDF, um Subato de Referência. Lemson (2016) acrescenta ainda que é justamente a presença de dois Subatos de Atribuição a explicação para a não correferencialidade dos nomes. Concordamos, portanto, com a proposta de configuração das aposições em termos de Subatos com a ressalva, todavia, de que a correferencialidade é uma

propriedade do Nível Representacional e não do Interpessoal, ou seja, ela deve ser entendida não como um fenômeno pragmático, mas como um fenômeno semântico, uma vez que a correferencialidade implica referência a uma mesma entidade no Nível Representacional.

Conforme ilustramos abaixo, a aposição como um todo é que é referencial e seus elementos nominais são, na verdade, Subatos de Atribuição, ou seja, eles evocam cada um uma propriedade, não um referente:

(93) NI: (R_i: (T_i) (T_j) (R_i))

Em (94) fica claro que é o SN todo que faz referência:

(94) Atualmente, são mais de cem apicultores **das etnias kawaiweté, yudjá e kisêdjê**, moradores de 30 aldeias nas porções norte e leste da terra indígena. (863 R 10-11)

O sintagma nominal acima, *as etnias kawaiweté, yudja e kisêdjê*, evoca uma propriedade *etnias* e também as propriedades coordenadas em listagem *kawaiweté, yudja e kisêdjê* que atuam de maneira conjunta na evocação do referente.

Embora nas aposições os nomes não sejam usados referencialmente por si sós, os dois elementos nominais podem, de maneira independente, referir-se a um mesmo indivíduo. Somado a isso, semanticamente, os dois nomes designam uma única entidade, e é justamente essa característica das aposições que faz com que a definição do seu núcleo se torne uma tarefa complexa, uma vez que, em muitas definições, o termo “núcleo” é associado ao elemento mais importante do SN. A aposição em (95) ilustra essa multiplicidade na escolha do primeiro (N1) ou do segundo elemento nominal (N2) se tomarmos como núcleo o elemento semanticamente mais importante:

- (95) a Coisas de um país que, de muitos pontos de vista, vive uma espécie de Idade Média, como acaba de dizer **a presidenta Dilma Rousseff**, a reforçar o vetusto e insubstituível conceito: *in dubio pro reo*. (857 E 14-15)
- b Coisas de um país que, de muitos pontos de vista, vive uma espécie de Idade Média, como acaba de dizer **a presidenta**, a reforçar o vetusto e insubstituível conceito: *in dubio pro reo*.
- c Coisas de um país que, de muitos pontos de vista, vive uma espécie de Idade Média, como acaba de dizer **a Dilma Rousseff**, a reforçar o vetusto e insubstituível conceito: *in dubio pro reo*.

É perfeitamente possível, como mostram (95b) e (95c) utilizar apenas um ou outro nome para substituir a construção como um todo, e isso é possível porque o referente da construção é suficientemente conhecido apenas pelo nome próprio *Dilma Rousseff* e também pelo elemento descritivo *presidenta*, uma vez que o texto fala sobre a política nacional. É exatamente nessas condições que se pode afirmar que N1 e N2 são omissíveis.

Em outras situações, todavia, apenas N1 é omissível (96) e outras, como (97) em que ambos os elementos nominais são obrigatórios sem o que haveria falha na construção ou identificação do referente.

- (96) a Em se tratando de jogadores, **o francês Platini** larga na frente: está militando como dirigente desportivo há muito tempo. (860 O 72)
- b Em se tratando de jogadores, **o francês** larga na frente: está militando como dirigente desportivo há muito tempo.
- c Em se tratando de jogadores, **o Platini** larga na frente: está militando como dirigente desportivo há muito tempo.
- (97) a Tem sido assim desde sua chegada em companhia do marido, **o escultor Hissao Ohara**, morto em 1989. Os dois saíram direto da vanguarda artística de Tóquio para as plantações de café. (858 R 10-11)
- b Tem sido assim desde sua chegada em companhia do marido, **o escultor**, morto em 1989. Os dois saíram direto da vanguarda artística de Tóquio para as plantações de café.
- c Tem sido assim desde sua chegada em companhia do marido, **o Hissao Ohara**, morto em 1989. Os dois saíram direto da vanguarda artística de Tóquio para as plantações de café.

Embora sintaticamente possível, a omissão de um ou de outro elemento nominal não é semanticamente adequada. Como mostra (96), não é possível omitir N2, somente N1. Por se tratar de uma coluna esportiva, não é suficiente para a construção do referente (96b) apenas a presença do elemento nominal que designa a propriedade *francês*, porém é perfeitamente possível referir-se à entidade relevante fazendo menção apenas ao nome próprio (96c), já que o autor espera que seja de conhecimento dos leitores de colunas esportivas que Platini foi jogador e hoje atua em entidades do futebol.

Por outro lado, em (97), é obrigatória a presença dos dois elementos nominais. Embora bastasse apenas a inclusão de N2 *Hissao Ohara*, por já ser a aposição restritiva parte de uma estrutura apositiva não restritiva, a inclusão de N1 *escultor* também é crucial para compreender,

na sequência textual, que o referente participou da vanguarda artística de Tóquio, especialmente por conta do tipo de texto e sua circulação. Como a reportagem circula em uma revista não especializada em artes e, portanto, com um público-alvo diversificado, é preciso tornar o contexto acessível ao leitor comum.

Em função dessa complexidade, selecionar o elemento considerado mais importante da aposição não é um critério seguro para determinar o núcleo dessas construções. Uma abordagem que selecione o núcleo prototípico das aposições é, portanto, mais produtiva, conforme explicitado na seção 2.3.

Trazemos abaixo a aplicação dos critérios de nuclearidade aos casos de aposições restritivas sem *de*. Primeiro, mostramos os resultados dos critérios pragmáticos, depois semânticos e, por fim, morfossintáticos. Na sequência, mostramos a qual dos dois itens nominais se atribuem mais critérios.

A Tabela 1 fornece dados quantitativos relativos aos critérios aplicados na análise das aposições.

Tabela 1. Aplicação dos critérios de nuclearidade às aposições sem *de*

	Apenas N1		Apenas N2		N1 e N2		N1 ou N2		Total
	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Obrigatoriedade	-	-	15	16,66	63	70,0	12	13,33	90
Distribucionalidade	-	-	1	1,11	89	98,88	-	-	90
Restrições de seleção	8	14,28	-	-	48	85,71	-	-	56
Lócus morfossintático	89	98,88	1	1,11	-	-	-	-	90

Fonte: elaborado pela autora.

Esses índices comprovam a dificuldade de estabelecer o elemento nuclear das aposições restritivas, pois os critérios selecionam diferentes elementos nominais, ambos os elementos ou selecionam indiferentemente o primeiro ou o segundo nome. Há ainda critérios que não forneceram resultados conclusivos, como os de pronominalização e de concordância, que serão abordados na sequência.

Como se observa, o elevado índice de SNs em que N1 e N2 preenchem os critérios indica que, de fato, na maior parte dos casos, aplicar critérios apenas semânticos não é suficiente para estabelecer o núcleo das construções. Os resultados semânticos estão diretamente ligados à natureza das aposições, já que os dois nomes designam a mesma entidade no Nível Representacional. É de se esperar, portanto, que os dois nomes satisfaçam os critérios estabelecidos.

Já pelo critério do locus morfossintático, é possível selecionar quase unicamente N1 como núcleo, trazendo, portanto, resultados mais definitivos. O segundo critério morfossintático, a concordância verbal, não se mostra relevante para o estudo das aposições em função da informação de número ser sempre a mesma em N1 e em N2.

O primeiro critério, o de pronominalização, combina aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, já que seleciona o elemento que pode ser Tópico no discurso subsequente por meio da retomada pronominal. Como o pronome conserva os traços de gênero e/ou número do núcleo, esse critério só é relevante quando o primeiro e o segundo nome diferem nesses traços. Embora não haja nenhum caso de retomada pronominal na amostra, é possível refletir sobre as possibilidades de retomada:

- (98) a Com K ou sem K, **a palavra caos** se oferece a diversas interpretações. Em 1964, havia quem acreditasse que o golpe de Estado salvaria a pátria ao sustar o caos no nascedouro. Passados 51 anos, não falta quem entenda que do golpe nasceria o caos. (863 E 14)
- b Com K ou sem K, [**a palavra caos**]_i se oferece a diversas interpretações. [Ela]_i pode qualificar o estado do país antes ou depois de golpes de Estado.
- c Com K ou sem K, **a [palavra]_i caos** se oferece a diversas interpretações. [Ela]_i pode qualificar o estado do país antes ou depois de golpes de Estado.
- d ?Com K ou sem K, **a palavra [caos]_i** se oferece a diversas interpretações. [Ele]_i pode qualificar o estado do país antes ou depois de golpes de Estado.

Como o exemplo contido em (98) dispõe de dois elementos nominais que diferem em gênero, numa retomada anafórica o pronome deve preservar os traços de gênero do núcleo. É possível, nesse caso, perceber retomadas possíveis por um pronome que conserve o gênero feminino que, por sua vez, remete ou ao SN como um todo ou a N1 *palavra*, que são equivalentes nesse contexto. A retomada de N2 *caos* em (98d) não é a escolha preferencial, uma vez que o pronome deixa de remeter a uma palavra e passa a se referir a um Estado de Coisas. Esse é um indício de que o núcleo da aposição é justamente o primeiro nome.

Na sequência, a aplicação do critério semântico de obrigatoriedade mostra que, em 70% (63/90) das ocorrências, tanto o primeiro quanto o segundo elemento nominal são obrigatórios no SN:

- (99) a Um mercado prolífico e em contínua expansão **no eixo África-Ásia**: a matéria-prima está

principalmente na África do Sul, mas a demanda vem da China, Vietnã, Laos e Tailândia. (857 R 10-11)

- b *Um mercado prolífico e em contínua expansão **no eixo**: a matéria-prima está principalmente na África do Sul, mas a demanda vem da China, Vietnã, Laos e Tailândia.
- c *Um mercado prolífico e em contínua expansão **no África-Ásia**: a matéria-prima está principalmente na África do Sul, mas a demanda vem da China, Vietnã, Laos e Tailândia.

Conforme mostram (99b-c), tanto N1 *eixo* quanto N2 *África-Ásia* são elementos obrigatórios no SN. Omitir um ou outro nome faz com que o leitor não consiga acessar, de modo satisfatório, o referente da construção. Se por um lado, na primeira paráfrase, o emprego de *eixo* poderia se referir a qualquer eixo mundial que não o *eixo África-Ásia*, por outro, na segunda paráfrase, não há nada que indique que *África-Ásia* se classifica como um eixo comercial.

Já em 16,7% (15/90) das ocorrências apenas N2 semanticamente é obrigatório (100) e em 13,3% (12/90) N1 e N2 são igualmente omissíveis (101):

- (100) a Foi na Escola Ultramarina, cristã, que se matriculou **o rapagão Issamu Yuba** (1906-1976), filho do prefeito de uma cidade da Baía de Osaka inconformado com a escalada da desigualdade social. (858 R 10-11)
- b *Foi na Escola Ultramarina, cristã, que se matriculou **o rapagão** (1906-1976), filho do prefeito de uma cidade da Baía de Osaka inconformado com a escalada da desigualdade social.
- c Foi na Escola Ultramarina, cristã, que se matriculou **o Issamu Yuba** (1906-1976), filho do prefeito de uma cidade da Baía de Osaka inconformado com a escalada da desigualdade social.

Acima podemos ver que apenas a utilização de *rapagão* em uma primeira menção de um referente é insuficiente, já que não permite uma construção eficaz do referente. Ao contrário, é possível a presença do nome próprio, já que a sequência mostra uma estrutura apositiva não restritiva que caracteriza o referente anterior.

Vejamos, agora, um caso em que os dois nomes são igualmente omissíveis:

- (101) a Com Francisco, ocorre o retorno à ideia da igualdade, contra o neoliberalismo em pleno

vigor e contra a miséria que resulta dele, em proveito da felicidade terrena de banqueiros, especuladores e rentistas, diante da passividade, ou mesmo da resignação de quantos haveriam de se opor. A viagem papal pela América Latina confirma e fortalece a postura do estadista, bem como a contrariedade daqueles que, além dos expoentes da Cúria Vaticana finalmente tirados de cena, a linha papal constrange e ameaça. Um colunista nativo clama contra "a monstruosidade herética" com que Evo Morales, "protoditador da Bolívia", presenteou "**o argentino Bergoglio**": um Cristo "que suja as mãos com sangue de 150 milhões de crucificados". (859 E 28-29)

- b Um colunista nativo clama contra "a monstruosidade herética" com que Evo Morales, "protoditador da Bolívia", presenteou "**o argentino** ": um Cristo "que suja as mãos com sangue de 150 milhões de crucificados".
- c Um colunista nativo clama contra "a monstruosidade herética" com que Evo Morales, "protoditador da Bolívia", presenteou "**o Bergoglio**": um Cristo "que suja as mãos com sangue de 150 milhões de crucificados".

Em (101) tanto o uso de *argentino* quanto de *Bergoglio* é perfeitamente possível no contexto. Como o referente já foi introduzido anteriormente, o texto dispõe de apenas uma retomada por meio da expressão apositiva *o argentino Bergoglio*. Essa retomada seria igualmente eficaz usando-se o N1 *argentino* ou o N2 *Bergoglio*, já que faz parte da memória de longo prazo a nacionalidade e o nome de batismo do referente.

É preciso salientar que um SN com mesma estrutura morfossintática e com os mesmos itens lexicais pode, algumas vezes, se comportar de maneira diferente em relação à omissibilidade/obrigatoriedade dos nomes, como se pode verificar nos exemplos a serem discutidos. Vejamos, inicialmente, a ocorrência contida em (102).

- (102) Delicioso editorial do Estadão de terça 21, a lembrar os melhores textos do senhor Pott, inolvidável diretor da Gazeta de Eatanswill em os Pickwick Papers de Dickens. Lê-se no jornalão que **o ex-presidente Lula** “só pensa em 2018”. (860 E 18)

Como a ocorrência de (102) aparece no primeiro parágrafo de um editorial, o SN *ex-presidente Lula* atua na construção de um referente; sendo assim, é possível omitir apenas N1 *ex-presidente*, uma vez que ele não seria suficiente para designar a mesma entidade que designa todo o sintagma apositivo. Dito em outros termos, construir um referente mediante a menção apenas do termo *ex-presidente* não garante que o leitor identifique o mesmo referente que o

escrevente deseja evocar, uma vez que há várias entidades a que o termo pode se aplicar. Por seu lado, o nome próprio sozinho, nesse contexto, exerce de maneira satisfatória essa função. Vejamos, agora, para efeito de comparação, o mesmo SN apositivo na ocorrência contida em (103).

- (103) É fato inédito que a mídia em bloco atire contra um líder para impedir, ou enfraquecer, sua eventual candidatura 3 anos depois.

Em qual país do mundo civilizado e democrático, a mídia, praticamente em bloco, se uniria para envolver um importante líder político em um escândalo das proporções da Lava Jato? [...] Provoco: e a reportagem de capa da revista Época da semana passada? Diz que **o ex-presidente Lula** intermediou negócios da Odebrecht em Cuba. (866 E 12)

Em (103), podem-se omitir N1 e N2 sem prejuízo de informação, embora se empregue a mesma forma de expressão, *ex-presidente Lula*. Nessa ocorrência, o sintagma faz uma segunda retomada de um referente já introduzido por *um líder* e retomado pela primeira vez por *um importante líder político*. Além disso, as informações do contexto fariam o leitor associar a *ex-presidente* necessariamente a figura de Lula, como “os negócios da Odebrecht em Cuba”. Assim, utilizar apenas *ex-presidente* ou apenas *Lula* seria suficiente para uma correta identificação do referente.

Além do teste semântico de omissão, que mostra um predomínio da obrigatoriedade de N1 e N2, aplicou-se às ocorrências o critério de distribucionalidade. Esse critério, que busca identificar o item nominal distributivamente equivalente ao todo, contudo, não traz resultados relevantes para a maioria das aposições, uma vez que N1 e N2 são substantivos e, portanto, equivalentes a um SN, e N1 e N2 pertencem à mesma categoria semântica na maioria das ocorrências. Essa é mais uma evidência de que a aplicação de critérios de um só nível de análise não é suficiente para determinar o núcleo dessas aposições.

Há casos, como os de (104-106), contudo, em que apenas N1 é distributivamente equivalente ao todo:

- (104) Com K ou sem K, **a palavra caos** se oferece a diversas interpretações. (863 E 14)

- (105) **O slogan “não me representa”** era uma das senhas das manifestações por expressar a consciência de que o Brasil estava travado devido à incapacidade de aproximar a política dos processos populares. (867 O 34)

- (106) Ao contrário do que divulgaram os jornalões de **segunda 17**, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. (864 E 14)

Na ocorrência contida em (104), *palavra* representa um Indivíduo (x) e *caos*, um Estado de Coisas (e). Nesse caso, o sintagma nominal como um todo representa um Indivíduo (x), o que faz com que apenas o N1 *palavra* seja equivalente semanticamente ao todo. O mesmo acontece em (105) com *slogan* e o N2 “*não me representa*”, em que é N1 que classifica a entidade do todo. Já (106) dispõe de uma entidade da categoria Tempo (t) *segunda* e uma Quantidade (q) *17*, e o SN pertence à mesma categoria de N1, ou seja, Tempo. Nesse caso, *17* apenas especifica o número do dia do mês a que o SN se refere.

Em função de os nomes terem geralmente a mesma categoria semântica, o terceiro critério semântico, o de restrições de seleção do verbo e o critério de distribuição também conduzem a resultados pouco eficazes para a análise da maioria dos SNs, já que o verbo pode selecionar tanto N1 quanto N2 em razão de compartilhamento de traços semânticos. Há casos, entretanto, como o de (107), em que o critério se mostra relevante.

- (107) a Da primeira tatuagem nasceu **o projeto A Pele da Flor**. A iniciativa, começada neste ano, rapidamente obteve o apoio da Secretaria Municipal da Mulher de Curitiba e visibilidade depois de ser divulgada na página do Facebook da prefeitura. (867 R 10-11)
- b Da primeira tatuagem nasceu **o projeto**.
- c *Da primeira tatuagem nasceu **A Pele da Flor**.

Nessa ocorrência, o N1 *projeto* é o elemento que tem traços necessários para ser selecionado pelo verbo, por designar a entidade a qual o SN se refere. Nesse caso, em razão de N2 denominar o projeto, o título nele contido não é suficiente para fornecer uma construção adequadamente informacional, como se observa em (107c).

As restrições de seleção também se aplicam a SNs como (89), repetido em (108):

- (108) a Tenho **um amigo Rafael** que mora em São Paulo.
- b Tenho **um amigo** que mora em São Paulo.
- c *Tenho **um Rafael** que mora em São Paulo.

Embora não se tenha detectado esse tipo de ocorrência no *cópus*, ela é perfeitamente possível e mostra que mesmo em casos em que N1 e N2 representam a mesma categoria semântica, no caso *Indivíduo*, o primeiro elemento é o que contém os traços semânticos relevantes.

Até aqui, foi possível identificar que, na maioria dos casos, N1 e N2 são obrigatórios nas aposições, embora haja casos em que a omissão de um ou outro nome seja possível e casos em que a presença de N2 seja obrigatória. A princípio, essa seria uma indicação de que o segundo elemento nominal é o núcleo da aposição. Contudo, por se tratar de um nome que remeta sozinho à denotação da construção, é de se esperar que ele seja o nome mais provável de construir uma referência inequívoca.

Os resultados apresentados até aqui mostram a inadequação da classificação de Quirk et al. (1985) reproduzida no Quadro 1 (seção 2.3.1), principalmente por incluir como um dos critérios classificatórios a omissibilidade de um dos nomes (aposição parcial) ou dos dois nomes (aposição completa). Como se vê, na maioria dos casos, os dois nomes são obrigatórios nas aposições restritivas, o que não parece ter sido previsto pela proposta dos autores.

Os critérios de distribuição e o de restrições de seleção também mostram que N1 e N2 os preenchem igualmente na maior parte dos casos. Nas ocorrências em que apenas um dos nomes preenche os critérios, fica a cargo do primeiro e ser distributivamente equivalente e ser selecionado pelo verbo em função de traços semânticos.

Passemos agora aos critérios de natureza morfossintática. Em função da constituição das aposições restritivas, o critério morfossintático de concordância verbal é improdutivo especialmente porque tanto N1 quando N2 compartilham a mesma informação de número, em geral singular. Todavia, é diferente a maneira como os SNs se configuram no plural, observação que diz respeito principalmente ao critério de *lôcus* morfossintático por esse critério selecionar como candidato a núcleo o elemento que veicula as marcas flexionais de número dentro das aposições.

Sempre que os sintagmas apositivos estão no plural, N1 é o elemento descritivo, cabe a ele a tarefa de veicular a marcação de número, enquanto N2 aparece em uma estrutura coordenada de listagem, como se vê em (109):

- (109) **Os pintores Manabu Mabe, Yoshiya Takaoka e Kazuo Wakabayashi** admiravam a fazenda e colaboraram com os espetáculos. (858 R 10-11)

Por outro lado, há casos, como o de (110), em que, por ser N1 nome próprio, a pluralização é inviável.

- (110) Deixo a Marcos Coimbra a tarefa de confrontar **FHC presidente** com a atual presidenta (864 E 14)

Um sumário da aplicação dos critérios de nuclearidade leva aos seguintes resultados:

Quadro 9. Nuclearidade das aposições restritivas sem *de*

Critério	Elemento nominal selecionado
Topicalização	N1 ³⁰
Obrigatoriedade	N1 e N2
Distribucionalidade	N1 e N2
Restrições de seleção	N1 e N2
Lócus morfossintático	N1

Fonte: elaborado pela autora.

Embora os critérios semânticos selecionem N1 e N2 simultaneamente na maioria das ocorrências, dada a natureza das categorias das aposições, a análise dos casos em que os elementos diferem de categoria semântica indicam N1 como núcleo. Esse é, portanto, um indício de que é N1, na verdade, o núcleo dessas estruturas e resta a N2 a função de modificá-lo restritivamente, ou seja, implica uma relação núcleo-modificador.

Uma posição contrária a esse postulado é a de Lemson (2016). Embora tenha base teórica assentada na Gramática Discursivo-Funcional, a autora, mobiliza conceitos de Halliday (1985), argumentando que a relação semântica que os elementos estabelecem entre si não pode ser a de núcleo-modificador em razão de terem os elementos nominais cada um uma função pragmática diferente, o primeiro a de Tópico e o segundo a de Foco. A autora alega então que é de interdependência a relação estabelecida entre os nomes, uma vez que “os dois elementos que constituem uma aposição restritiva se identificam, pois ambos se referem a um só conteúdo do pensamento designado.” (LEMSON, 2016, p 122).³¹

³⁰ Cf. Serafim (2017).

³¹ Embora assuma a relação de interdependência a princípio, na sequência, Lemson afirma que a relação semântica entre os elementos é a de restrição, o que torna confusa a posição assumida pela autora, ora a favor da relação de interdependência, ora a favor da relação de restrição.

Com a base teórica como a nossa, assentada que é no modelo da GDF, não é metodologicamente possível prever uma relação de interdependência como a que postula Lemson (2016), que mescla duas tendências teóricas funcionalistas. O que parece mais adequado com base no modelo e na análise é tratar essas construções como um SN núcleo-modificador, em que N2 restringe semanticamente a entidade referenciada por N1.

A última consequência da aplicação dos critérios morfossintáticos resulta na expansão do Quadro 2, que passa a contemplar também as possibilidades de modificação dos substantivos dentro da construção apositiva e um novo subtipo, o Tipo 5, que contempla aposições sem nome próprio e sem determinante. Vale a pena ressaltar que, quando um nome comum preencher a posição de N1, é a ele que se atribui a modificação. O fato de o núcleo do SN tender a receber modificação implica que esse é outro traço que aponta para identificar esse constituinte como o núcleo da construção.

Quadro 10. Padrões morfossintáticos de aposições restritivas sem *de* no português

Tipo 1	o ex-presidente Lula	Det + (mod) N (mod) + N _{PRÓPRIO}
Tipo 1a	a palavra caos	Det + (mod) N + N
Tipo 2	FHC presidente	N _{PRÓPRIO} + N
Tipo 3	papa Francisco	N + N _{PRÓPRIO}
Tipo 4	seu solerte ministro Andrezinho Matarazzo	(Det) Poss + (mod) N + N _{PRÓPRIO}
Tipo 5	segunda 17	N + N

Fonte: elaborado pela autora.

Para dar continuidade à análise, destacamos agora as estratégias discursivas das aposições restritivas sem elemento de ligação e traçamos um paralelo com a sua codificação morfossintática. Assim mostramos o modo como cada estratégia está atrelada às formas identificadas no Quadro 10 e especificamos os aspectos da formulação que governam a codificação dessas estruturas.

A Tabela 2 traz um resumo dos resultados obtidos nesta etapa de análise, correlacionando as estratégias discursivas às estruturas morfossintáticas identificadas:

Tabela 2. Distribuição das estratégias discursivas das aposições restritivas sem *de*

Subtipo morfosintático	Estratégia funcionalmente identificadora		Estratégia descritivamente identificadora		Estratégia introdutória		Estratégia contrastiva		Total
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Tipo 1 Det + (mod) N (mod) + N _{PRÓPRIO}	-	-	48	69,56	18	26,08	3	4,34	69
Tipo 1a Det + (mod) N + N	9	90,0	-	-	-	-	1	10,0	10
Tipo 2 N _{PRÓPRIO} + N	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1
Tipo 3 N + N _{PRÓPRIO}	-	-	6	100,0	-	-	-	-	6
Tipo 4 (Det) Poss +(mod) N + N _{PRÓPRIO}	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1
Tipo 5 N + N	3	100,0	-	-	-	-	-	-	3

Fonte: elaborado pela autora.

De modo geral, verificou-se que o Tipo 1 é o único padrão morfossintático que se pode aplicar às quatro estratégias identificadas por Keizer (2005b). Por outro lado, outros padrões morfossintáticos codificam apenas uma das estratégias, como o caso de [N_{PRÓPRIO} + N] que é associada unicamente à estratégia contrastiva.

Além disso, a estratégia descritivamente identificadora é mais mobilizada pelos falantes na emissão de uma aposição, como se verifica na Tabela 3.

Tabela 3. Estratégias discursivas das aposições sem *de*

	n	%
Estratégia funcionalmente identificadora	12	13,33
Estratégia descritivamente identificadora	54	60,0
Estratégia introdutória	19	21,11
Estratégia contrastiva	5	5,55
Total	90	100,0

Fonte: elaborado pela autora.

Como se pode observar, a estratégia preferencial no uso de aposições estratégia é a descritivamente identificadora, o que significa que as aposições são utilizadas pelo falante para fazer referência a uma entidade que já está no modelo mental do ouvinte, ou seja, que não é completamente nova.

Para organizar a análise, trazemos à discussão um procedimento que separa os dados por estratégia discursiva. Primeiramente, fazemos uma análise da estratégia funcionalmente identificadora, suas propriedades discursivas e como elas são codificadas morfossintaticamente. Na sequência, o mesmo procedimento se aplica às estratégias descritivamente identificadora, introdutória e contrastiva. Nessa parte da análise, aplicamos os critérios sumarizados no Quadro 8, em que se mobilizam especificamente questões discursivas relacionadas ao estatuto informacional dos sintagmas (PRINCE, 1981), à identificabilidade dos referentes (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e às funções pragmáticas atribuídas à construção (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), além de questões semânticas que auxiliam a compreensão do uso dessas expressões.

Como teoria auxiliar, recorreremos à Linguística Textual, mais especificamente a questões de referenciação, conforme estabelecido na seção 2.5, para mostrar como se usam as aposições para construir referentes e para retomá-los, e categorizando-os e recategorizando-os

ao longo do discurso. Assim, fornecemos uma análise mais ampla e aprofundada se comparado este procedimento ao que analisa o uso discursivo das posições restritivas unicamente.

A primeira estratégia discursiva elencada por Keizer (2005b) é a funcionalmente identificadora. De acordo com a autora, nessa estratégia o elemento descritivo indica que se emprega o elemento unicamente denotador fora do seu sentido usual. Sabemos, por exemplo, que *azul* é uma cor e que *seis* é um número, porém, no seu uso mais comum, usam-se essas palavras como um adjetivo e um quantificador, como mostram (111a) e (112a) respectivamente. Nos exemplos contidos em (111b) e (112b), todavia, o elemento descritivo (*cor*, *número*) indica que se usa o elemento unicamente denotador (*azul*, *seis*) como um substantivo, ou seja, não em seu valor usual:

- (111) a Comprei um carro **azul**.
 b Eu gosto **da cor azul**.
- (112) a Comi **seis** morangos.
 b **O número seis** é meu número favorito.

Na amostra, foram identificadas 12 ocorrências dessa estratégia, contabilizando 13,33% do total de ocorrências. Verificou-se que são dois os subtipos morfossintáticos responsáveis pela codificação do uso baseado na estratégia funcionalmente identificadora:

- (113) Det + N + N
 a Com K ou sem K, **a palavra caos** se oferece a diversas interpretações. (863 E 14)
 b **Na terça 25**, tivemos ciência de que ninguém se surpreendeu entre os entrevistadores com a pergunta da entrevistada, a qual implica, obviamente, um não peremptório, ao admitir a incumbência de um risco grego a ameaçar o Brasil. (865 E 20-22)

- (114) N + N

Ao contrário do que divulgaram os jornalões de **segunda 17**, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. (864 E 14)

Em todos os casos acima apresentados, emprega-se o item na posição de N1 para desambiguar a interpretação do referente. Não é sobre o caos que se fala em (113a), mas sobre uma palavra. Em (113b) e (114), N1 também designa o referente da construção como um todo,

e, nos dois casos, os dois nomes, que indicam dias da semana, são restringidos por N2, que indica o dia do mês, funcionando como um nome, não como um quantificador, cuja posição é sempre pré-nuclear. Utilizar apenas N2 nessas construções não é suficiente para designar a entidade a que se refere a construção.

Keizer (2005b, p. 452, tradução minha) afirma que “o fato de um elemento ser empregado de maneira não padrão provavelmente aumenta a carga para o ouvinte chegar à interpretação pretendida, algo que participantes cooperativos querem tipicamente evitar em um discurso”.³² Assim, o uso de uma aposição desse tipo é requerido pelo Princípio da Cooperação (GRICE, 1982), mais especificamente pela máxima da quantidade, já que deixar de lado o primeiro elemento faria com que o leitor interpretasse o SN como uma referência a outra entidade.

Nossa análise mostra que os SNs que exercem a estratégia funcionalmente identificadora são sempre expressões de referente único que são introduzidas pela primeira vez no discurso por meio da aposição, como pode ser visto nos exemplos (115-118).

- (115) Novas ligas ou descentalizem-se os investimentos para **as séries B, C...** (864 O 64)
- (116) **Aquele século XVIII** concentra os ideais de três revoluções, a francesa, a inglesa e a americana, é o século de Montesquieu e de Adam Smith, dos Founding Fathers e da Tomada da Bastilha. (865 E 20-22)
- (117) **O slogan “não me representa”** era uma das senhas das manifestações por expressar a consciência de que o Brasil estava travado devido à incapacidade de aproximar a política dos processos populares. (867 O 34)
- (118) Ao contrário do que divulgaram os jornalões de **segunda 17**, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. (864 E 14)

Como a ocorrência em (115) foi retirada de um texto de opinião, cujo tema é o investimento em futebol, a aposição *as séries B, C* só pode se referir a categorias de campeonatos de futebol. Similarmente, os SNs em destaque de (116-118) também só podem ter um único referente. Ainda que se possa argumentar que um ano pode ter mais de uma segunda-feira de número 17, o texto é retirado de um semanário nacional, de forma que a referência

³² Cf. Original: “the fact that an element is employed in a non-default manner is likely to increase the burden for the hearer in arriving at the intended interpretation, something cooperative participants in a discourse typically want to avoid.” (KEIZER, 2005b, p. 452)

temporal, nesses casos de aposto, é sempre única e recuperável pelo leitor.

Por se tratar sempre de uma referência única, essas aposições não permitem um operador que sinalize indefinidade do referente. O que na verdade é possível em (118) é a ausência de qualquer determinante. Assim, além do padrão [Det + N + N], também é possível utilizar o padrão [N + N] para um uso com essa estratégia discursiva. Esse último subtipo morfossintático, contudo, não é previsto em outros estudos sobre as aposições restritivas.

A segunda estratégia discursiva apresentada por Keizer (2005b) é a descritivamente identificadora. Conforme apresentamos anteriormente, é a estratégia mais comum na amostra, com 60% (54/90) de ocorrências. Nesse uso das aposições, o elemento descritivo fornece informação para o ouvinte relacionar o referente da construção a seu conhecimento prévio. Keizer afirma que, ao usar essa estratégia, o falante evita que o ouvinte faça uma pergunta do tipo “Quem é ele/ela?” ou “Diga-me mais sobre ele/ela”. Com a aplicação dessa estratégia, a informação dada pelo elemento descritivo, segundo a autora, pode justificar também as asserções feitas na predicação, mas não serve para introduzir novos referentes no discurso.

Todos os referentes das aposições favorecidas pelo uso dessa estratégia são novos não usados, inferíveis ou evocados, de acordo com a taxonomia proposta por Prince (1981). O primeiro tipo consiste em referentes introduzidos pela primeira vez no discurso, mas que já estão no modelo mental do ouvinte, como *Dilma*, *Lula* e *José Serra*, por exemplo. É desse tipo a maior parte das aposições em que se aplica a estratégia descritivamente identificadora, especialmente porque, como nossa amostra foi extraída de uma revista de circulação nacional que abrange temas políticos, é comum falar de figuras plenamente reconhecidas pelo leitor e pela população em geral. É de se esperar, portanto, que as entidades evocadas sejam novas não usadas, tendo como estratégia discursiva mais prototípica a descritivamente identificadora, situação em que o elemento descritivo fornece informação suficiente para que o leitor seja plenamente capaz de recuperar o referente da construção como um todo no seu modelo mental.

Vejamos o exemplo (119) abaixo:

- (119) E por que **o senador José Serra** reedita o velho projeto tucano de privatização da Petrobras ao visar agora o pré-sal? (856 E 16-17)

Ainda que se reconheça a familiaridade dos nomes próprios, como *José Serra*, a informação do primeiro elemento é necessária para o desenvolvimento do texto, já que a informação dada pelo elemento descritivo *senador* auxilia no processo de categorização do referente. Koch e Elias (2006, p. 132) afirmam que as expressões nominais definidas

“caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades caracterizadoras de um referente [...] daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do locutor”. Em outros termos, a categorização do referente tem a clara função de ressaltar traços ou características dele de acordo com as intenções do falante. Assim, vemos que em (119), emprega-se o nome *senador* na expressão nominal para ressaltar o fato de que o referente é parte do Poder Legislativo e, portanto, tem condições de colocar em prática determinados projetos.

Comportamento similar ocorre em (120), em que se emprega a aposição com a clara estratégia de ressaltar uma característica de um jogador de futebol:

- (120) Na tradicionalíssima Itália, a Juventus, vice-campeã da Champions League, perde o **guerreiro Tevez** e fica sem a batuta do mestre Pirlo. (860 O 72)

O elemento descritivo, nesse caso, auxilia a construção do referente, pois, ao ressaltar uma característica, permite que o leitor note que a perda mencionada na predicação é de grande peso para o time. As escolhas feitas na construção do objeto de discurso auxiliam o leitor na construção de sentido do texto.

Até este estágio da análise, os sintagmas analisados como descritivamente identificadores seguem o padrão [det + N + N_{PRÓPRIO}]. Esse é, de fato, o subtipo morfossintático mais comum para essa estratégia discursiva, contabilizando um total de 88,88% (48/54) das ocorrências. Os casos restantes pertencem ao subtipo [N + N_{PRÓPRIO}]. Alguns exemplos são elencados abaixo:

- (121) Eles se movem em grupos de três, fortemente armados com **metralhadoras AK-47**, dispositivos de visão noturna, silenciadores e o inevitável facão para retirar o chifre. (857 R 10-11)
- (122) a De certa forma, **papa Francisco**, como Paulo de Tarso, emite sua Epístola aos Coríntios (nada a ver com os torcedores coríntianos), sobretudo na passagem que diz respeito à Caridade, a mais importante entre as virtudes teológicas. (859 E 28-29)
- b **Mestre Ziza** dizia que era o tempo dos meio-campistas morrerem tuberculosos, a exemplo dos poetas românticos. (856 O 64)

‘ No caso de (121), temos um SN apositivo, cuja referência, nos termos da GDF, pode ser descrita como não identificável [-id] para o ouvinte e não específico [-s] para o falante, do que resulta a ausência de um determinante no Nível Morfossintático:

- (123) NI: (-id, -sR_I: (T_I) (T_J) (R_I))
 NR: (x_i: (f_i: metralhadora (f_i)) (f_j: AK-47 (f_j)) (x_i))
 NM: (Np_i: (Nw_i: metralhadora (Nw_i)) (Nw_j: AK-47 (Nw_j)) (Np_i))

Embora seja amplamente sabido que o segundo elemento *AK-47* designa o modelo de uma arma de fogo do tipo *metralhadora*, não se sabe a quais metralhadoras o sintagma faz referência. Assim, ainda é possível classificar a estratégia aplicada a esse SN como descritivamente identificadora.

Os casos em (122) são um pouco diferentes, pois os referentes são identificáveis e específicos. Contudo, como são providos de referência única, é perfeitamente possível que o SN apareça sem um artigo definido no Nível Morfossintático. Além disso, sobre os elementos descritivos, quando títulos institucionais, Keizer (2005b) afirma que eles tendem a aparecer sem o artigo definido no inglês. No português, também parece ser possível aparecerem com ou sem o artigo.

Keizer (2005b) afirma que a estratégia descritivamente identificadora também permite o uso de um pronome possessivo. Embora não se tenha encontrado aposições do tipo [Poss + N + N_{PRÓPRIO}] associadas a essa estratégia na amostra, uma rápida inspeção no Corpus do Português (DAVIES, 2018) permitiu encontrar esse tipo de ocorrência, como mostra (124).

- (124) “E pra fechar com chave de ouro o meu carnaval, amigos reunidos na pipoca **da minha cidade Salvador!** Que farra boa.” (<https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/fantasiada-de-palhaco-ivete-sangalo-curte-carnaval-no-chao-na-barra-farra-boa/>)

Retirado de uma notícia, o trecho acima reproduz a legenda de uma foto publicada pela cantora baiana Ivete Sangalo. Considerando esse contexto, é possível afirmar que se emprega a aposição *a minha cidade Salvador* usando a estratégia descritivamente identificadora, não só porque o elemento descritivo auxilia o ouvinte a recuperar, no seu modelo mental, o referente da construção como um todo, mas também porque o pronome possessivo *minha* ajuda a ligar o referente da construção à base de conhecimento do leitor.

É preciso destacar que a utilização do artigo definido e do pronome possessivo tem diferentes motivações, o que pode acarretar a inclusão concomitante dos dois itens gramaticais. Não é impossível ou mesmo estranho, portanto, dizer *o meu filho João*, já que a definitude é uma propriedade pragmática e se a posse é também uma propriedade pragmática, no caso de ligar o possuído a uma das pessoas do discurso, constitui, antes de tudo, uma propriedade semântica, ou seja, enquanto a primeira trata da identificabilidade do referente para o ouvinte, a segunda reflete a relação entre o um referente e alguma outra entidade (KEIZER, 2007).

Essas diferenças ficam bastante claras se considerarmos o modelo estratificado da Gramática Discursivo-Funcional. Vejamos a seguir a formalização do SN *o meu filho João*:

- (125) NI: (+id R_I: (T_I) (T_J) (R_J) (R_I))
 NR: (x_i: [(f_i: filho (f_i)) (x_j: João (x_j))] : (x_j)_{POSS} (x_i))
 NM: (Np_i: (Gw_i: o (Gw_i) (Gw_j: meu (Gw_j)) (Nw_i: filho (Nw_i)) (Nw_j: João (Nw_j)) (Np_i))
 O meu filho João³³

O operador +id, que indica a identificabilidade no Nível Interpessoal, como se observa, é aplicado ao Subato de Referência (R_I), o que permite assumir, portanto, que no Nível Morfossintático o determinante tem escopo sobre o SN todo. Já o pronome possessivo, por sua vez, atua como um modificador do elemento descritivo e do elemento nominal no Nível Representacional. Em consequência disso, o pronome possessivo escopa os dois elementos nominais.

Outra possibilidade de uso das aposições restritivas com a estratégia descritivamente identificadora é o uso metonímico de (126):

- (126) O marido, Wilson Rodrigues, até pensou em levar **o poeta chileno Pablo Neruda**, mas mudou de ideia e escolheu A Cidade dos Bichos, texto infantil de Arlette Piai. (859 R 14-15)

No exemplo (126), o SN *o poeta chileno Pablo Neruda* não designa um indivíduo que tem as propriedades de ser *poeta* e ser *chileno*, identificam *Pablo Neruda*, mas designa, na verdade, alguma obra do autor mencionado, constituindo assim uma relação metonímica do tipo autor por sua obra. Embora não consista num uso literal da expressão referencial, o uso do SN

³³ O pronome possessivo é representado, no Nível Interpessoal, por um Subato de Referência (R_J). Como argumentado, a relação de posse é uma propriedade semântica e, portanto, é expressa no Nível Representacional como um indivíduo (x_j) (na posição de modificador), ao qual é atribuída a função semântica Possessivo (POSS).

está de acordo com a estratégia descritivamente identificadora, pois o falante pressupõe que a entidade não é completamente nova para o ouvinte.

Passemos agora à terceira estratégia discursiva, a introdutória, que ocorreu 19 vezes na amostra. Esse uso está relacionado ao anterior, já que a informação do elemento descritivo é dada para facilitar ou completar o processo de identificação do referente. Para diferenciar as estratégias, Keizer argumenta que

Esse uso, portanto, difere do uso descritivamente identificador no estatuto pragmático do elemento descritivo: enquanto no uso descritivamente identificador esse elemento contém informação dada ou inferível pelo contexto, no uso introdutório ele fornece uma informação contextualmente nova (KEIZER, 2005b, p. 460, tradução minha).³⁴

A autora destaca que para o inglês, os padrões (*templates*) morfossintáticos atrelados a essa estratégia são [det + N + N_{PRÓPRIO}] e [N_{PRÓPRIO} + N]. Contudo, encontramos no português, além desses, o uso introdutório atrelado a outros dois subtipos de padrão morfossintático: [det + N + N_{PRÓPRIO}] e [poss + N + N_{PRÓPRIO}]. Analisaremos agora ocorrências dos dois tipos, buscando explicar as motivações Interpessoais e Representacionais para a codificação dessas aposições.

Primeiro apresentamos a estratégia introdutória com a forma [det + N + N_{PRÓPRIO}], que corresponde a um total de 94,73% (18/19) das ocorrências com esse uso.

- (127) a Algumas fotos foram reunidas no **livro A Sustentabilidade de uma Reserva**, publicado pela Votorantim neste ano. (864 R 10-11)
- b **A bióloga Gabriela Montandon** pesquisa leveduras nativas para criar uma bebida feita com fermento local. (865 R 12-13)
- c Autor da caixa, **o marceneiro Manoel**, o qual, tempo depois da visita de Jango ao Vaticano, procurou Darcy, então chefe do Gabinete Civil da Presidência. (859 E 28-29)

Nas ocorrências de (127a-c), o elemento descritivo *livro*, *bióloga* e *marceneiro* dão informações relevantes na primeira menção de um nome próprio. Assim, o leitor que não está familiarizado com a referência desses nomes pode ver a relevância do comentário que se faz no

³⁴ Cf. Original: “This use therefore differs from the descriptively identifying use in the pragmatic status of the descriptive element: whereas in the descriptively identifying use this element contains information given in or inferable from the context, in the introductory it provides contextually new information.” (KEIZER, 2005b, p. 460)

texto.

O uso dessa estratégia difere do uso da estratégia descritivamente identificadora, cujas entidades referidas são novas não usadas. No uso da estratégia introdutória, as aposições veiculam uma informação completamente nova, ou seja, enquanto no primeiro uso, a entidade já está no modelo mental do leitor e só precisa de uma instrução de busca, nesse segundo uso o leitor deve criar no modelo mental do leitor a entidade a que o sintagma se refere.

Embora nossa amostra não traga exemplares de sintagmas usados para introduzir referentes marcados por indefinitude, não deixa de ser esse uso perfeitamente plausível, justamente em razão do estatuto informacional dos referentes usados no uso dessa estratégia. Em (128), trazemos uma ocorrência retirada da internet, especificamente dos textos que compõem o Corpus do Português:

- (128) “Eu estava ensaiando uma peça, a gente começou a fazer a primeira leitura e o ator que ia fazer não pôde vir. A direção era do meu filho João Velho, que falou de **um amigo Mateus Solano**”.
http://www.purepeople.com.br/noticia/mateus-solano-e-cissa-guimaraes-imitam-danca-de-michael-jackson-na-tv_a53576/1

A ocorrência (128) envolve a narração de um pequeno evento, em que o falante reporta a fala de outro; nesse evento, introduz-se pela primeira vez, o referente de *um amigo Mateus Solano*. A marcação de indefinitude no Nível Interpessoal, mediante o uso do artigo indefinido na codificação morfológica, é clara evidência de que se trata aqui da introdução de um referente no discurso, como se acha representado em (129).

- (129) (-id R_I: (T_I) (T_J) (R_I))

Um amigo Mateus Solano

Uma possibilidade não prevista por Keizer (2005b) é a de um SN constituído também por pronome possessivo que envolve o uso da estratégia introdutória. Vejamos (130):

- (130) Falamos também da publicidade dita governista, assunto significativo para quem fora praticamente ignorado pelo governo de Fernando Henrique e **seu solerte ministro Andrezinho Matarazzo**. (857 E 14-15)

A aposição em (130), contudo, introduz uma nova entidade no discurso, ancorada, pelo

uso do pronome possessivo, na entidade anteriormente mencionada, *governo de Fernando Henrique*. Nesse caso específico, o elemento descritivo, *ministro*, fornece uma informação contextualmente nova e relevante para a primeira menção de um nome próprio, que pode ser não familiar ao leitor.

Se considerarmos que o semanário *CartaCapital* trata de temas atuais, é de se esperar que as entidades políticas evocadas estejam disponíveis na mente dos leitores. Contudo, Andrea Matarazzo foi ministro entre os anos de 1999 e 2001 e a edição da revista da qual o texto foi retirado é de 2015. Essa defasagem cronológica não possibilita uma familiaridade do leitor com o referente. Embora Keizer (2005b) afirme que aposições com pronomes possessivos não possam fazer parte da estratégia introdutória, uma vez que estão ancoradas em outras entidades, certamente em função do centro dêitico da enunciação, é perfeitamente possível assumir que a enunciação dessa entidade está vinculada ao uso da estratégia introdutória, levando-se seriamente em consideração o contexto da interação verbal, especialmente porque a GDF entende que o componente gramatical é alimentado e alimenta o componente contextual, apresentando, assim, uma relação entre linguagem e contexto.

A quarta estratégia levantada por Keizer (2005b) é a contrastiva, que contabilizou 5,55% (5/90) das ocorrências. Codifica-se o uso dessa estratégia não apenas mediante o subtipo de padrão morfossintático escolhido, mas também mediante a codificação da oração em que o sintagma é introduzido. Para explicar esse uso, retomaremos o conceito de função pragmática, tal como postulada pela Gramática Discursivo-Funcional. Antes, porém, abriremos um parêntese para considerarmos o modo como Lemson (2016) vê as aposições em relação às funções pragmáticas.

Essa autora afirma que, em todas as aposições, o primeiro elemento veicula a função pragmática Tópico e o segundo, a função Foco. É difícil concordarmos com essa posição de Lemson (2016), se levarmos em conta a base sobre a qual se assenta o arcabouço teórico deste trabalho, o da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Para a GDF, atribuem-se as funções pragmáticas a camadas relevantes do Conteúdo Comunicado, que tem em sua constituição hierárquica os Subatos de Referência e de Atribuição e é somente a essas camadas que se podem atribuir funções pragmáticas. Considerando, todavia, que as aposições restritivas consistem geralmente em Subatos de Referência, não é lícito, em termos discursivo-funcionais, creditar a atribuição de uma função pragmática de Tópico a N1 e outra de Foco a N2, indistintamente. Como esses aspectos pragmáticos da formulação recebem algum tipo de codificação no Nível Morfossintático, como a atribuição de contraste expansivo, por exemplo, no caso de um exemplar, como *também o poeta Drummond*, é difícil não

considerar que o operador *também* escope o SN todo. Não é possível postular, portanto, que as funções Tópico e Foco sejam atribuídas indistintamente a membros das aposições, tal como propõe Lemson (2016), uma vez que não há nenhuma evidência de marcação morfossintática ou fonológica dessa atribuição na codificação.

No português, atribui-se a função Tópico aos constituintes em posição inicial de uma expressão linguística, enquanto a função Foco é atribuída aos constituintes em posição final, como mostra o estudo de Pezatti (2014) sobre a ordenação de constituintes. É possível, então, que se atribua a função Tópico a um SN como um todo, representando uma aposição, estrategicamente colocado em posição inicial, o que corresponderia, no Nível Interpessoal, ao Subato de Referência também como um todo, não a um de seus constituintes. O mesmo acontece com SNs em posição final, aos quais se atribui a função Foco. Fechando o parêntese, voltemos nossa atenção para as categorias pragmáticas da GDF e para nossa análise.

A função Contraste assinala o desejo do falante de ressaltar diferenças entre Subatos ou Conteúdos Comunicados ou mesmo entre um Subato ou um Conteúdo Comunicado e uma informação contextualmente dada. Como toda função pragmática, só se atribui a função Contraste no Nível Interpessoal com alguma marca correspondente na codificação morfossintática ou fonológica. São marcadores de Contraste os operadores *também* (Contraste Expansivo), *apenas*, *só* (Contraste Restritivo), *sobretudo* (Contraste Seletivo) e a construção clivada (Contraste Substitutivo).

Para a análise da estratégia contrastiva, a atribuição dessa função pragmática é especialmente relevante. Vejamos, inicialmente, o exemplo (131), que traz um sintagma apositivo que é um constituinte de uma estrutura clivada.

- (131) Foi, no entanto, **um simples lagarto teiú** que o levou a se reencontrar com seu projeto de infância. (864 R 10-11)

Embora esteja envolvida com essa ocorrência a introdução de um referente, dedutível especialmente pela presença de um marcador de indefinitude, a aposição restritiva está inserida dentro de uma estrutura clivada. Pezatti (2014) entende que, ainda que a clivagem seja geralmente tratada como uma estratégia de marcação de Foco, ela é, no português, um procedimento de marcação de Contraste. Em (131) é possível pressupor um realce entre *um simples lagarto teiú* e qualquer outra entidade que poderia ser evocada pelo Subato, o que se limita ao uso contrastivo previsto por Keizer (2005a; 2005b).

Ainda no âmbito das propriedades pragmáticas, o modo de configuração dessa ocorrência permite deduzir a possibilidade de ser a aposição restritiva marcada ou não por definitude [+/- identificado; +/- específico], conforme mostre o exemplo (132).

(132) NI: (-id, -s R_I: (T_I) (T_J) (R_I))_{CONTR}

Um simples lagarto teiú

Ao referente ilustrado em (132), aplicam-se ao Subato de Referência os operadores [-id, -s] que se traduzem, no Nível Morfossintático, pela inclusão do artigo indefinido. Novamente, atribuem-se os operadores ao Subato de Referência como um todo e não aos Subatos de Atribuição que o compõem, o que reforça a ideia de que é a aposição como um todo que estabelece a referência e não seus elementos nominais separadamente.

É preciso salientar ainda que, no caso discutido, atribui-se a função ao Subato de Referência, já que o contraste é feito entre ele e outra entidade que poderia ser evocada. Essa, todavia, não é a única possibilidade de atribuição da função, já que a abordagem proposta pela GDF permite a atribuição de funções pragmáticas também aos Subatos de Atribuição que compõem o Subato de Referência, como mostra (133-134).

(133) Ora, ora, intervêm os botões, **o problema Dilma** não é **o problema Lula**, e este, na perspectiva, é muito mais inquietante. (866 E 12)

(134)	NI:	(+id, +s R _I : (T _I) (T _J) _{CONTR} (R _I))	(+id, +s R _J : (T _K) (T _L) _{CONTR} (R _J))
		o problema Dilma	o problema Lula

Em estruturas como essa, o contraste pode ser feito entre nomes próprios, como (134), ou entre nomes descritivos, como em (136), caso em que também se atribui a função pragmática ao Subato de Atribuição que corresponde ao elemento descritivo:

(135) Falo sobre **o filósofo Sócrates**, não sobre **o jogador Sócrates**.

(136)	NI:	(+id, +s R _I : (T _I) _{CONTR} (T _J) (R _I))	(+id, +s R _J : (T _K) _{CONTR} (T _L) (R _J))
		o filósofo Sócrates	o jogador Sócrates

A última possibilidade de atribuição de Contraste tem como estrutura formal o subtipo

morfossintático específico [N_{PRÓPRIO} + N]:

- (137) Deixo a Marcos Coimbra a tarefa de confrontar **FHC presidente** com a atual presidenta.
(864 E 14)

É possível correlacionar o SN apositivo *FHC presidente* à estratégia contrastiva, o que se dá mediante o uso da função pragmática Contraste que, nesse caso, teria como procedimento morfossintático a ordenação dos constituintes no SN. Assim, N1, *FHC*, é o item que determina o referente, e N2, *presidente*, o que, ao restringir sua designação, permite inferir que é ao indivíduo na função de presidente, e não na de sociólogo ou na de professor universitário, por exemplo, que se refere o SN apositivo. Similarmente ao caso de (138), atribui-se a função pragmática apenas a um dos Subatos de Atribuição, mas, nesse caso específico, ao Subato que corresponde ao item descritivo:

- (138) NI: (R_I: (T_I) (T_J)_{CONTR} (R_i))
FHC presidente

Embora haja apenas uma única ocorrência na amostra analisada, esse subtipo parece ser restrito à estratégia contrastiva. Estruturas como *Machado de Assis cronista*, *Da Vinci pintor*, *Angelina Jolie ativista* são construções do padrão [N_{PRÓPRIO} + N], cujo elemento descritivo realça determinada função entre outras tantas exercidas pelo indivíduo representado pelo nome próprio. Como segundo Koch (2008), o nome próprio sozinho não (re)categoriza referentes, o item descritivo acaba sendo crucial para que o SN possa exercer sua função referencial no texto. Por conseguinte, a escolha de uma aposição e não de um nome individual é o procedimento mais adequado para que alguns processos de referenciação sejam contemplados.

A ocorrência (139) abaixo, retirada do Corpus do Português, é outro exemplo do tipo [N_{PRÓPRIO} + N] utilizado para destacar uma propriedade do referente.

- (139) “O livro ‘**Machado de Assis Historiador**’, de Sidney Chalhoub, revela que o escritor tinha uma compreensão poderosa de seu tempo — inclusive (talvez sobretudo) da escravidão. Roberto Schwarz e Raymundo Faoro, nos seus clássicos, mostraram o tanto que Machado de Assis era atento ao seu tempo e o registrou com a finura do escritor, não com o registro às vezes seco e frio do historiador.” (<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/machado-de->

assis-aparece-em-foto-ao-lado-de-princesa-isabel-numa-missa-que-homenageou-o-fim-da-escravidao-35978/)

A sequência textual mostra que é justamente o valor de contraste que se deseja transmitir mediante o uso de uma estrutura como *Machado de Assis Historiador*. A pressuposição é de que o referente tem outras propriedades a ele associadas ao referente e dentre elas é a de historiador a selecionada.

Os resultados da análise até aqui discutidos confirmam plenamente a primeira hipótese de pesquisa de que é o primeiro nome o elemento nuclear das aposições restritivas sem a preposição *de*, com base na aplicação de uma série de critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos.

Além disso, os resultados confirmaram que a estratégia descritivamente identificadora é a mais frequente entre as aposições restritivas sem o elemento de ligação, totalizando 60% (54/90) de casos. Nessas ocorrências, o subtipo de padrão morfossintático mais comum é [Det + (mod) N (mod) + N_{PRÓPRIO}]. O fato de serem nessas aposições os referentes sempre únicos e identificáveis para o ouvinte permitiu-nos constatar o uso de um determinante em 88,88% (48/54) das ocorrências; como o restante dos casos é destituído de determinantes, o traço mais comum é o de que o nome descritivo seja uma espécie de título institucional, como *papa*, *mestre*, como mostra (140):

- (140) a De certa forma, **Papa Francisco**, como Paulo de Tarso, emite sua Epístola aos Coríntios (nada a ver com os torcedores corintianos), sobretudo na passagem que diz respeito à Caridade, a mais importante entre as virtudes teológicas. (859 E 28-29)
- b **Mestre Ziza** dizia que era o tempo dos meio-campistas morrerem tuberculosos, a exemplo dos poetas românticos. (856 O 64)

Não se descarta, ainda, a possibilidade de que a ausência de operador de definitude nesses casos aponte para o fato de que *Papa Francisco* e *Mestre Ziza* devam ser descritos como nomes próprios compostos. O elemento descritivo, nesse caso, é tão fortemente vinculado ao nome próprio propriamente dito, que acaba se tornando parte dele, como uma lexia complexa.

O uso da estratégia funcionalmente identificadora é a mais frequente quando se pretende indicar que não se emprega o segundo nome no seu sentido usual. Dada a natureza dessa estratégia, a única possibilidade de uso ocorre com o subtipo de padrão que contém, na segunda posição nominal, um nome comum, que identifica os subtipos de padrão [Det + (mod) N + N]

e o [N + N]. A estratégia introdutória, por seu lado, caracteriza-se pelo uso dos padrões [Det + (mod) N (mod) + N_{PRÓPRIO}] e [(Det) POSS +(mod) N + N_{PRÓPRIO}]; nesses casos, porém, é mais provável que o determinante seja um artigo indefinido, o que é um reflexo do operador [-id] próprio do Nível Interpessoal, como mostra o exemplo (141).

- (141) Foi, no entanto, **um simples lagarto teiú** que o levou a se reencontrar com seu projeto de infância. (864 R 10-11)

Por fim, detectou-se a estratégia contrastiva com três subtipos de padrão morfossintático: [Det + (mod) N (mod) + N_{PRÓPRIO}], [Det + (mod) N + N] e [N_{PRÓPRIO} + N], ainda que esse último subtipo tenha-se confinado a apenas esse uso. É possível concluir que o emprego da ordenação [N_{PRÓPRIO} + N] é provavelmente o efeito de uma marcação de contraste, quando não haja qualquer outro elemento sintático na oração que faça a marcação de contraste, como seria o caso de uma construção clivada, por exemplo.

A observação do grau de abrangência dos subtipos morfossintáticos permite ver que exerce todas as estratégias discursivas o subtipo 1 (e sua subdivisão 1a); ou seja, os padrões de ordenação [Det + (mod) N (mod) + N_{PRÓPRIO}] e [Det + (mod) N + N] constituem, portanto, as estruturas resultantes do uso das estratégias funcionalmente identificadora, descritivamente identificadora, introdutória e contrastiva.

4.3 Aposições restritivas com preposição

Como procedemos na seção anterior, apresentaremos primeiro uma caracterização geral das aposições restritivas com o elemento de ligação *de* que contemple questões de nuclearidade e, na sequência, apresentaremos a análise das funções discursivas exercidas por essas aposições e suas consequências morfossintáticas.

As aposições restritivas com *de* são sintagmas nominais compostos de dois elementos nominais ligados por um elemento gramatical. As aposições restritivas com *de* são também constituídas por um Subato de Referência composto por dois Subatos de Atribuição, ou seja, é o sintagma todo que se refere a alguma entidade, não seus itens nominais individualmente.

- (142) "Não existe pecado abaixo da **linha do Equador**" (860 O 72)

Isso significa que o SN é constituído, no Nível Interpessoal, de um Subato de Referência

composto de dois Subatos de Atribuição:

(143) (+id R_I: (T_I) (T_J) (R_I))

"Não existe pecado abaixo da linha do Equador" (860 O 72)

Os resultados da aplicação dos critérios de nuclearidade estão expostos na Tabela 4, que reúne os percentuais por critério:

Tabela 4. Aplicação dos critérios de nuclearidade às aposições com *de*

	Apenas N1		Apenas N2		N1 e N2		N1 ou N2		Total
	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Obrigatoriedade	-	-	3	25,0	9	75,0	-	-	12
Distribucionalidade	4	33,32	-	-	8	66,66	-	-	12
Restrições de seleção	2	66,66	-	-	1	33,33	-	-	3 ³⁵
Lócus morfosintático	12	100,0	-	-	-	-	-	-	12

Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro critério aplicado às ocorrências seleciona o elemento nominal que pode, por meio de pronominalização, ser Tópico no discurso subsequente. Conforme explicitado anteriormente, N1 e N2 tendem a ter mesmo número e gênero nos dois tipos de aposições restritivas. Em função da predominância dessa característica, em nossa amostra, não houve nenhuma ocorrência que apresentou diferença em relação a esses traços; contudo Serafim (2017) ilustra um caso em que os nomes diferem em gênero. A ocorrência (87), repetida em (144) por conveniência, mostra que a retomada é feita por um pronome que conserva os traços de N1, ou seja, do elemento descritivo, com a ressalva, no entanto, de que *Salgueiro* é aqui um nome próprio e não um nome comum designando uma árvore³⁶:

(144) a Não consegui ir até **a favela do Salgueiro** (me disseram ser muito perigosa) (856 O 65) (SERAFIM, 2017)

b Não consegui ir até a **favela** do Salgueiro, pois **ela** é muito perigosa.

³⁵ Apenas 3 ocorrências fazem parte da estrutura argumental do verbo.

³⁶ Borba (1965) considera que, nesses casos, o nome próprio deriva diacronicamente de um nome comum e a relação semântica é o resultado cognitivo de uma metáfora do conceito semântico de posse, em que a preposição *de* marca o antigo latino. Ver mais adiante, p. 103.

- c *Não consegui ir até a favela do **Salgueiro**, pois **ele** é muito perigoso.

A aplicação do critério semântico de obrigatoriedade mostra que, assim como o subtipo anterior, tanto o primeiro (N1) quanto o segundo (N2) nome são elementos obrigatórios em 75% (9/12) das ocorrências, ou seja, se um ou outro nome for retirado, a construção da referência pode não ser eficaz, como pode ser observado na ocorrência (145).

- (145) a O passo agora é conhecer as diversas experiências **no estado de São Paulo**. (860 R 14-15)
- b O passo agora é conhecer as diversas experiências em **São Paulo**.
- c O passo agora é conhecer as diversas experiências **no estado**.

Retirar um ou outro nome não ativa uma interpretação inequívoca para (145a), como pode ser constatado nas paráfrases em (145b-c), já que o nome próprio *São Paulo* sozinho pode designar o estado ou a cidade e apenas o nome *estado* não é suficiente para uma primeira menção de um referente. Um caso ligeiramente distinto é o de (146).

- (146) a Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)
- b Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”.
- c Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”.

Em (146), o substantivo *conceito* não é suficiente sozinho para que o falante consiga identificar o tema do discurso: é necessário especificar o conceito que pretende mencionar, que no caso é o de *proletariado*. Além disso, as entidades designadas por N1 e N2, em (146), são

de categorias semânticas diferentes, pois o SN dispõe de um Conteúdo Proposicional (p), *conceito*, e uma propriedade lexical não denotada (f), *proletariado*, enquanto o todo assume a categoria de N1:

(147) NR: (p_i: (p_f: (f_i: conceito (f_i)) (p_f)) (f_j: proletariado (f_j)) (p_i))

Há três ocorrências (25%), contudo, contidas em (148-150), em que N2 é o elemento obrigatório e N1 pode ser omitido.

- (148) a Quando cheguei à casa de dona Nilza na zona rural da **cidade de Montes Claros**, norte de Minas Gerais, não aconteceu nada do que esperava nem senti o que imaginava sentir. (861 R 10-11)
- b Quando cheguei à casa de dona Nilza na zona rural de **Montes Claros**, norte de Minas Gerais, não aconteceu nada do que esperava nem senti o que imaginava sentir.
- c *Quando cheguei à casa de dona Nilza na zona rural da **cidade**, norte de Minas Gerais, não aconteceu nada do que esperava nem senti o que imaginava sentir.
- (149) a A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive no **município de Suzano**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)
- b A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive em **Suzano**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)
- c *A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive no **município**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)
- (150) a A área é maior que **a cidade de Santos**, com terras espalhadas por Miracatu e Tapiraí, além de Juquiá. (864 R 10-11)
- b A área é maior que **Santos**, com terras espalhadas por Miracatu e Tapiraí, além de Juquiá. (864 R 10-11)
- c *A área é maior que **a cidade**, com terras espalhadas por Miracatu e Tapiraí, além de Juquiá. (864 R 10-11)

Nos casos de (148-150), o segundo elemento nominal, o nome próprio, é suficiente para designar a entidade a que se quer referir. O modo de referência nesses casos difere do modo como o SN como *a cidade de São Paulo*, por exemplo, se refere à entidade denotada, já que

apenas o nome próprio causaria ambiguidade para o leitor, que não poderia identificar se o referente é a cidade ou o estado de São Paulo. Como, nas ocorrências de (148-150), o uso do nome próprio não tem ambiguidade referencial, é suficiente sua presença no SN para construir a referência. Utilizar apenas N1, nesses casos, não é informativamente plausível em virtude de *cidade* designar diversos referentes.

O critério de distribuição conduz a um resultado um pouco diferente. Embora 66,66% (8/12) das ocorrências selecionem N1 e N2 como elemento distributivamente equivalente, o restante seleciona o primeiro elemento nominal. Autores como Keizer (2007) e Zwicky (1985) afirmam que o critério de distribuição apresenta os resultados similares aos do teste de obrigatoriedade. É verdade que, para a maioria das ocorrências esse é o caso; há, porém, ocorrências, como as de (151-152), em que o elemento obrigatório nem sempre é também o elemento distributivamente equivalente ao todo:

- (151) A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive no **município de Suzano**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)
- (152) Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)

Em (151), o segundo elemento é o obrigatório, pois dizer apenas *ela vive no município* não é suficiente para designar o referente da construção, entretanto, *município* e *Suzano* são nomes que se referem ao mesmo tipo de entidade, o que significa que os dois nomes são distributivamente equivalentes ao SN como um todo. Já em (152) os dois nomes são obrigatórios para designar a entidade a que o SN se refere; contudo apenas o primeiro constitui um conteúdo proposicional, que é equivalente ao SN como um todo.

Apesar desses casos em que há divergência, os dois critérios mostram um percentual mais alto de aplicação ao N1 e N2 ao mesmo tempo. Isso quer dizer que os dois elementos são obrigatórios e distributivamente equivalentes à aposição. Todavia esse resultado não é suficiente para determinar o núcleo das aposições.

O terceiro critério de nuclearidade, proposto por Akmajian e Lehrer (1973 apud KEIZER, 2007), identifica o elemento nominal cujos traços semânticos são selecionados como argumentos dos verbos. Dada a natureza do critério, analisam-se apenas os elementos que fazem

parte da estrutura argumental da predicação. Das três ocorrências, em duas, as de (153a-b), é N1 o elemento selecionado, e em uma, a de (154) são os dois elementos:

- (153) a Somos também o país onde os torturadores não são punidos, os ditadores tornam-se nome de ponte e rodovia, e **uma comissão dita da Verdade**, com V pateticamente grande, cuida de preservar uma Lei da Anistia imposta pela ditadura. (860 E 18)
- b Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)
- (154) A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive no **município de Suzano**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)

O exemplo em (153a) contém um Indivíduo, *comissão*, e um Conteúdo Proposicional, *verdade*. Nesse caso, é o Indivíduo que corresponde ao todo do SN, portanto é ele o elemento distributivamente equivalente. Além disso, só uma comissão pode cuidar de preservar uma lei, o que faz com que esse seja o elemento selecionado pela semântica do verbo. Já no caso em (153b), como foi explicitado anteriormente, é o primeiro elemento *conceito* que designa um Conteúdo Proposicional. Pelo fato de ser N1 da mesma categoria semântica que o SN todo, é ele o objeto de seleção do verbo: à *teoria*, um Conteúdo Proposicional, vincula-se outro Conteúdo Proposicional, *conceito*. Já (154) contém uma aposição em que ambos os elementos designam o mesmo tipo de entidade, um Lugar, e, portanto, é perfeitamente possível que os dois sejam o argumento Locativo do verbo *viver*.

Da aplicação dos critérios semânticos, concluímos que os dois elementos são obrigatórios e distributivamente equivalentes ao todo na maioria das ocorrências. O último critério semântico também mostra que ambos os elementos são selecionáveis pelo verbo da predicação, mas, nos casos em que N1 e N2 diferem de categoria semântica, é N1 o elemento que preenche o critério. Nesses casos, N1 é também o elemento equivalente ao todo. Novamente, fica clara a necessidade de aplicar um número mais significativo de critérios às ocorrências, uma vez que apenas um ou outro não é suficiente, já que mostram diferentes resultados.

Conforme explicitado anteriormente, as aposições restritivas tendem a ter os dois elementos nominais no singular. Quando o SN está no plural, o elemento descritivo está

flexionado e os nomes próprios estão geralmente coordenados entre si, já que não é possível pluralizá-los. Assim, o critério de concordância verbal não fornece resultados satisfatórios.

A possibilidade de marcação de plural no elemento descritivo na posição de N1 é relevante para o critério que seleciona o lócus morfossintático:

- (155) a A cidade de Santos
b As **idades** de Santos e Guarujá
- (156) a A cidade de Paris (França) e a cidade de Paris (EUA)
b As cidades de Paris
- (157) a O conceito de proletariado
b Os **conceitos** de proletariado e burguesia

É preciso destacar que, nas aposições restritivas com *de*, N1 é sempre o elemento flexionável sem possibilidade de exceções. Ainda que N2 também seja um nome comum, como se verifica em (157) acima, ele não se flexiona, pois denota uma única entidade, funcionando de maneira similar a um nome próprio.

O Quadro 11 abaixo mostra que, embora haja alguma variação na constituição morfossintática desses SNs, N1 é sempre um nome comum, descritivo, enquanto N2 é nome próprio ou um nome que denota unicamente:

Quadro 11. Padrões morfossintáticos de aposições restritivas com *de* no português

Tipo 1	A cidade de Santos	Det + N (mod) de + N _{PRÓPRIO}
Tipo 2	O conceito de proletariado	Det + N + de + N
Tipo 3	Dogmas econômicos de defesa da acumulação primitiva	N (mod) + de + N
Tipo 4 ³⁷	A nossa mui leal e heroica cidade de São Sebastião. (865 O 72)	Det + Poss + (mod) N + de + N _{PRÓPRIO}

Fonte: elaborado pela autora.

³⁷ Não se detectou exemplar do padrão 4 na amostra deste trabalho; contudo, em trabalho anterior (SERAFFIM, 2017), identificamos a possibilidade de a aposição restritiva com *de* ser acompanhada de pronome possessivo:

De repente, não mais que um "de repente" meio fajuto, as carrocinhas de comida viraram moda na **nossa mui leal e heroica cidade de São Sebastião**. (865 O 72)

A aplicação de todos os critérios de nuclearidade conduz aos resultados sumarizados no Quadro 12:

Quadro 12. Nuclearidade das posições restritivas com *de*

Critério	Elemento nominal selecionado
Topicalização	N1
Obrigatoriedade	N1 e N2
Distribucionalidade	N1 e N2
Restrições de seleção	N1 e N2
Lócus morfossintático	N1

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com esses resultados, é N1 o elemento que preenche mais satisfatoriamente um número considerável de critérios, constituindo, portanto, o candidato a núcleo prototípico das posições restritivas com *de*. Esse traço é compartilhado também pelas posições restritivas sem *de*, conforme discutimos na seção 4.1.

Um fato representacional que diferencia os dois tipos de posições restritivas é a extensão de categorias semânticas que podem ser abrangidas por esse tipo de padrão morfossintático. A análise das posições restritivas sem conector mostrou que elas podem designar entidades como, Indivíduos (x), Estados de Coisas (e), Lugares (l), Tempos (t) e Conteúdos Proposicionais (p); e a categoria mais frequente é a de Indivíduo, conforme o índice percentual de 77,77% (70/90) das ocorrências. As posições com *de* são mais restritas semanticamente, designando, portanto, Indivíduos (x) (158), Lugares (l) (159), Tempos (t) (160), Conteúdos Proposicionais (p) (161), Quantidades (q) (162), sendo mais frequente a categoria Lugar, que atinge um índice percentual de 58,33% (7/12) do total de ocorrências.

- (158) Somos também o país onde os torturadores não são punidos, os ditadores tornam-se nome de ponte e rodovia, e **uma comissão dita da Verdade**, com V pateticamente grande, cuida de preservar uma Lei da Anistia imposta pela ditadura. (860 E 18)
- (159) Quando cheguei à casa de dona Nilza na zona rural da **cidade de Montes Claros**, norte de Minas Gerais, não aconteceu nada do que esperava nem senti o que imaginava sentir. (861 R 10-11)

- (160) Estado registra 684 tiroteios **no mês de setembro**; aumento de 109,18% em relação ao mesmo mês em 2017. (<https://oglobo.globo.com/rio/estado-registra-684-tiroteios-no-mes-de-setembro-aumento-de-10918-em-relacao-ao-mesmo-mes-em-2017-23114965>)³⁸
- (161) Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)
- (162) Extremamente caseiro, considera **a distância de 48 quilômetros** da comunidade agrícola até a cidade suficiente para fazê-lo sentir saudade de casa, e até ri da ideia de viajar. (861 R 10-11)

De modo geral, podemos formalizar as aposições restritivas com *de*, na GDF, da seguinte maneira:

- (163) NI: (+id R_i: (T_i (T_j (R_i)))
- NR: (l_i: (f_i: cidade (f_j)) (l_j: Santos (l_j)) (l_i))
- NM: (Np_i: [Np_j (Gw_i: a (Gw_j)) (Nw_i: cidade (Nw_j)) (Np_j))] [(Adpp_i: (Gw_j: de (Gw_j)) (Nw_j: Santos (Nw_j)) (Adpp_i))] (Np_i))
- A área é maior que **a cidade de Santos**, com terras espalhadas por Miracatu e Tapiraí, além de Juquiá. (864 R 10-11)

No Nível Interpessoal (NI), temos um Subato de Referência (R) composto de dois Subatos de Atribuição (T) e no Nível Representacional uma variável relevante representada por dois elementos: uma Propriedade (f) e um nome próprio que apenas restringe a entidade. No Nível Interpessoal, atribui-se ao Subato de Referência um operador de identificabilidade, e, no Representacional, há uma possibilidade de conter ou não uma variável equivalente a um pronome possessivo. No Nível Morfossintático, a aposição é composta por um Sintagma Nominal (Np_i), que, por sua vez, é constituído de outro Sintagma Nominal (Np_j) e de um Sintagma Adposicional (Adpp_i).

³⁸ Não foi encontrada na amostra nenhuma ocorrência da categoria Tempo. Como na literatura essa é uma categoria citada, buscamos no Corpus do Português: *Now* (DAVIES, 2018) para ilustração.

A relação semântica que se estabelece entre os elementos nominais é a de modificação; nesse aspecto, nossa análise também difere da de Lemson (2016), para a qual a relação que se estabelece entre N1 e N2 é a de interdependência:

Concluimos que essa relação é a mesma que ocorre entre os elementos (N1 e N2) que constituem a aposição restritiva sem preposição, ou seja, a relação de interdependência, pois há uma relação de equivalência semântica entre os elementos que constituem a aposição restritiva com preposição no português brasileiro. (LEMSON, 2016, p. 149)

Defendemos, ao contrário, que o segundo elemento restringe o primeiro, em uma relação de modificação:

- (164) Dificil achar 1 metro de concreto que não tenha a alcunha de algum grande brasileiro a ornar sua existência. Se você começa a se perguntar, porém, sobre quem são esses que os brasileiros celebram em suas construções, ficará claro não se tratar, em sua esmagadora maioria, de escritores, músicos, professores, cidadãos de grande bravura. São em geral políticos. Antigos deputados, prefeitos, vice-prefeitos, secretários, presidentes, ministros, mulher de ministro, correligionário, governador, filho de governador, mãe de prefeito (esta é uma contribuição da cidade de São Paulo). (867 O 34)

NR: (l_i: (f_i: cidade (f_i)): (l_j: São Paulo (l_j)) (l_i))

Essas aposições diferem das anteriores por conterem na sua estrutura morfossintática a preposição *de*, que se configura, na GDF, como uma palavra gramatical (Gw), que não dispõe, no Nível Interpessoal, uma variável correspondente.

A respeito dessas construções, Maurer Jr. (1959, p.203, grifos do autor) afirma que a aposição “Era usual na língua literária com nomes de cidades, montes, rios, etc., ligados ao nome genérico, e.g., *urbs Roma*, *mons Iura*”; todavia, o latim vulgar

usa o caso genitivo ou as construções que acabam por substituir este caso, particularmente com nomes de cidade, como evidenciam as línguas neolatinas, e.g., rum. *Cetatea Jerosalimului*, it. *città di Milano*, fr. *la ville de Paris*, port. *A cidade de Campinas*, etc. (MAURER JR, 1959, p. 203)

O autor também afirma que, além de nomes de cidades, os nomes de meses também recebiam, como caso genitivo, o uso de *de* na língua vulgar. Em nota de rodapé, Maurer Jr (1959) afirma ainda que a variante direta (*a cidade Lisboa*) pode refletir influência erudita ou mesmo ser uma variante conservada no latim vulgar, como um resíduo diacrônico do latim

clássico. Embora não haja casos desse tipo em nossa amostra, uma consulta no *Cópus do Português* permite constatar a ocorrência desse tipo de SN:

- (165) a A festa, que teve como tema unicórnio, aconteceu no sítio do pai, localizado **na cidade Porto Feliz**, no interior do estado de São Paulo. (<https://www.otvfoco.com.br/roberto-justus-e-ticiane-pinhoiro-celebram-aniversario-de-nove-anos-da-filha/>)
- b **A cidade Rio das Ostras**, no interior do Rio, completa 26 anos nesta terça-feira (10) e para comemorar a data a Casa de Cultura montou uma exposição com fotos, documentos e registros que contam a história do município. (<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/exposicao-comemora-aniversario-de-26-anos-de-rio-das-ostras-no-rj.ghml>)
- c O atraso é referente a uma parcela vencida **no mês janeiro**, no valor de US\$ 275 milhões, devidos ao BNDES e a bancos privados. (<https://g1.globo.com/economia/noticia/bndes-estuda-alongar-prazos-de-emprestimos-para-incentivar-investimentos.ghml>)

Borba (1965), por seu lado, afirma que, além da estrutura de genitivo, o latim vulgar fez uso, mais tardiamente, do padrão formal *de* + ablativo, que acabou se popularizando entre os povos ibéricos. Segundo o autor, desde o período arcaico, o português usa ora a aposição sem preposição, ora a aposição com *de*, diversidade no uso que persiste na língua moderna. Para explicar essa variação, Borba discute a origem do nome próprio constituinte da aposição:

Na primeira série de exemplos modernos, a presença da preposição se explica por serem os nomes próprios originários de nomes comuns, onde se sentia o segundo substantivo como simples restritivo do primeiro, equivalente a adjetivo e onde a relação de posse era evidente. — *rua do Comércio* = rua comercial, *rua das Palmeiras* = rua que tem palmeiras, etc. Quando o nome da rua, avenida ou praça, já é um nome próprio passa a prescindir da preposição, pois a relação de posse se oblitera. No uso atual da língua os dois casos se confundem — rua Consolação, rua de São Luís e assim por diante. (BORBA, 1965, p. 180-181)

Como discutido até aqui, as aposições restritivas sem e com *de* se configuram similarmente nos níveis Interpessoal e Representacional. O que as diferencia, de acordo com a GDF, são as categorias semânticas que podem aparecer com um ou outro padrão morfossintático, conforme apresentamos anteriormente. No entanto, na direção do que afirma Borba (1965), os usos das aposições não estão ainda completamente definidos, o que pode levar à seleção de dois diferentes padrões morfossintáticos para o mesmo tipo.

Definidas as propriedades gerais das aposições, enfocaremos, na sequência, suas propriedades discursivas. Apresentaremos as quatro estratégias discursivas definidas por Keizer (2005b) e correlacionaremos sempre essas estratégias à codificação morfossintática das aposições com *de*. Na tabela 5, apresentamos a distribuição das estratégias discursivas para cada tipo de aposição com *de*.

Tabela 5. Distribuição das estratégias discursivas das aposições restritivas com *de*

Subtipo morfossintático	Estratégia funcionalmente identificadora		Estratégia descritivamente identificadora		Estratégia introdutória		Total
	n	%	n	%	n	%	n
Det + N (mod) de + N _{PRÓPRIO}	-	-	10	83,33	-	-	10
Det + N + de + N	1	8,33	-	-	-	-	1
N (mod) + de + N	-	-	-	-	1	8,33	1

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 5 mostra que a estratégia discursiva mais comum é a funcionalmente discursiva, contabilizando um total de 83,33% (10/12) das ocorrências, resultado similar ao apresentado na Tabela 2, que sintetiza os usos das aposições restritivas sem *de*. Não há uma diferença significativa entre as aposições restritivas no que diz respeito ao uso no discurso. Esse fato indica um padrão no uso das aposições restritivas, como apontado anteriormente, que é o de fazer referência a entidades já conhecidas pelo ouvinte, mas que precisam apenas de uma instrução, por meio do elemento descritivo (em geral N1), para ativar o referente no estoque mental do interlocutor.

Na sequência, apresentamos os quatro tipos de estratégias discursivas e correlacionamos seus usos com os padrões morfossintáticos identificados na amostra, com o objetivo de identificar as motivações pragmáticas e semânticas que regem a codificação formal das aposições.

A primeira estratégia enfocada é a funcionalmente discursiva. A escolha dessa estratégia significa que o nome em N2, que denota unicamente uma entidade, não identifica seu sentido usual. No caso das aposições restritivas sem *de*, essa estratégia é atribuída a SNs do tipo *a cor azul, o número sete, a palavra caos*. É possível verificar a mesma estratégia aplicável a aposições com *de*:

- (166) Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)

Como explicitado anteriormente, o falante não deseja fazer referência a um indivíduo *proletariado*, mas a um conteúdo proposicional *conceito*. Por conta da natureza discursiva dessas aposições, não é possível utilizar um padrão morfossintático que contenha, na posição de N2, um nome próprio, apenas um nome comum, como [Det + N + de + N].

Essa estratégia, contudo, parece não ser a mais comum no uso dessas aposições, pois a amostra contém apenas uma ocorrência desse tipo. O subtipo [Det + N + de + N] também não é o prototípico, já que em geral as aposições restritivas se caracterizam por conter um nome comum e um nome próprio.

Já a segunda estratégia discursiva, a descritivamente identificadora, foi detectada na amostra apenas com o padrão [Det + N (mod) + de + N_{PRÓPRIO}]. Similarmente não se verificou na análise das aposições sem preposição, é esse o uso mais comum nas aposições restritivas com *de*, chegando a totalizar 83,33% (10/12) das ocorrências.

Informacionalmente, as entidades que contemplam esse uso são, em geral, Novas Não Usadas (167), Inferíveis (168), ou Textualmente Evocadas (169) sendo mais comum as do primeiro tipo:

- (167) "Não existe pecado abaixo da **linha do Equador**" (860 O 72)
- (168) A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive **no município de Suzano**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)
- (169) Águas sem vida
A pesca predatória dizima os rios da Ilha de Marajó
Na ilha de Marajó, os rios parecem não ter fim. O barco sai de Belém e aproxima-se da maior ilha fluvial do mundo. De um lado, deságua o Amazonas, que atravessa a maior floresta tropical do planeta e com força empurra a água do mar por quilômetros afora. (866 R 8-9)

A justificativa para o exemplo contido em (167) evocar uma entidade Nova Não-Usada se assenta no fato de *a linha do Equador* fazer referência a uma entidade já presente no modelo

mental do ouvinte: é do conhecimento geral que a linha do Equador é uma linha imaginária, razão de não ter sido evocada nas porções textuais anteriores. Já o exemplo contido em (168) identifica uma entidade inferível em virtude de o referente não fazer parte do referente da região da *Grande São Paulo*, mencionada no discurso imediatamente anterior. Por fim, a ocorrência contida em (169) ilustra o caso de uma entidade Textualmente Evocada, por já ter sido mencionada na porção anterior do texto pelo mesmo SN *ilha de Marajó*.

As entidades referenciadas pelas aposições não são, em suma, completamente novas, além de designarem entidades únicas, o que justifica plenamente a presença de um operador de definitude no Nível Interpessoal. Conforme declaram Gundel, Hedberg e Zacharski (1993), o fato de o ouvinte ter na memória a entidade a que o falante se refere é uma condição necessária para o uso do artigo definido.

O uso de aposições com a aplicação da estratégia introdutória, que ficou restrito apenas uma ocorrência na amostra, contida em (170), está codificado no padrão morfossintático [N (mod) + de + N].

- (170) Ela é hoje apenas um aparato tecnocrata para a aplicação de **dogmas econômicos de defesa da acumulação primitiva e da desigualdade, de destruição da coesão social** em uma zona de protoimperialismo alemão. (859 O 43)

Diferentemente dos outros dois casos, o SN codifica uma entidade completamente nova, introduzida no discurso pela primeira vez por meio de uma aposição em que N1 *dogmas econômicos* é especificado por *defesa da acumulação primitiva e da desigualdade* e por *destruição da coesão social*, dois sintagmas preposicionados e coordenados por justaposição. É em virtude de introduzir uma entidade completamente nova, e não uma entidade nova não usada por exemplo, que o SN aparece destituído de um artigo definido.

Ao contrário das aposições restritivas sem o elemento de ligação, não é possível, nos dados da amostra, o uso de um artigo indefinido com as aposições com *de*, como mostram os exemplos (171-172), o que significa que no Nível Interpessoal, as aposições com *de* devem ser identificáveis e específicas:

- (171) Um amigo João

- (172) a *Uma cidade de São Paulo

- b *Um mês de janeiro

c *Uma teoria da otimalidade

Lemson (2016), contudo, argumenta que não é possível serem as aposições restritivas marcadas por definitude, situação que a autora exemplifica com a ocorrência reproduzida em (173).

- (173) Apesar da chuva, choro e todo o frio. Eu me lembro como foi **aquele mês de abril**. Teus olhos negros toda vez que chora. Aquele amor que por rotina implora. (LEMSON, 2016, p. 148)

A autora justifica seu postulado no fato de que, como o pronome demonstrativo é uma consequência morfossintática de uma estratégia semântica, ele não pode ser visto como marca de definitude, o que tornaria indefinida a aposição *aquele mês de abril*. Temos uma ressalva a fazer a esse argumento a respeito da questão da identificabilidade dos SNs.

Embora *aquele mês de abril* de fato não apareça com nenhum artigo em sua codificação morfossintática, o referente é perfeitamente identificável para o falante e para o ouvinte, mas distante, em termos do centro dêitico, do momento de enunciação, única razão, a nosso ver, de ser o demonstrativo *aquele* mobilizado pelo falante na codificação do SN apositivo. O fato de o português não admitir coocorrência de operadores de definitude e de proximidade/distância justifica a ausência do artigo definido na codificação morfossintática, ausência essa que não pressupõe não identificabilidade do ponto do tempo para os participantes da interação.

Por fim, os dados da amostra não identificaram nenhum exemplar do último tipo de estratégia discursiva, a contrastiva, que, no entanto, é perfeitamente possível no português, como mostra (174).

- (174) Paulistano é quem mora **na cidade de São Paulo** e não **no estado de São Paulo**.

NI: $(+id R_I: (T_I)_{Contr} (T_J) (R_I)) \quad (+id R_J: (T_K)_{Contr} (T_L) (R_J))$

O exemplo de (174) mostra um caso de função Contraste incide sobre os itens descritivos, *cidade* e *estado*, mas que pode também incidir sobre o SN todo, como em (175), ou apenas sobre o nome próprio, como em (176). Embora o contraste possa incidir sobre diferentes Subatos de Atribuição ou sobre o Subato de Referência, o referente da construção como um todo é sempre diferente.

- (175) Foi **no mês de janeiro** que ela nasceu.

NI: (+id R_I: (T_I) (T_J) (R_I)_{Contr})

- (176) O professor falou sobre a urbanização da **cidade do Rio de Janeiro**,

NI: (+id R_I: (T_I) (T_J)_{Contr} (R_I))

não da **cidade de São Paulo**.

(+id R_J: (T_K) (T_L)_{Contr} (R_J))

Diferentemente dos usos das aposições, anteriormente discutidos, em que N1 contribui para a direção argumentativa do texto, nos usos de aposições com *de*, o primeiro elemento nominal não parece atuar dessa maneira. Por um lado, nos usos de aposições restritivas sem preposição, a presença de N1 pode ser argumentativamente relevante pelo fato de o elemento descritivo ressaltar características do referente relevantes para a construção textual, como mostra (177).

- (177) E, de resto, o Demônio hoje em dia não é o comunista. Além disso, as Forças Armadas, conquanto incutam um inextinguível temor como número, deixaram de ser, como fenômeno, um exército de ocupação pronto ao papel de jagunço da casa-grande.

É o pano de fundo. Na ribalta, a **“guerrilheira” Dilma** não é Jango, e seu governo oferta à casa-grande garantias suficientes para pôr em sossego seus inquilinos. (863 E 14)

No caso de (177), não é aleatória a escolha do item *guerrilheira*. Substituir esse substantivo por *presidenta*, por exemplo, não tem a mesma carga argumentativa para o texto, que faz um paralelo com o cenário político de 1964, ano em que se instaurou a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Por outro lado, o SN destacado em (178), não tem o mesmo peso argumentativo que tem o SN de (177): ele categoriza o referente com a propriedade *cidade*, e potencialmente desambigua a aposição, já que o nome próprio *São Paulo* tanto pode fazer referência a um estado brasileiro quanto à cidade que é a capital desse estado.

- (178) Dificil achar 1 metro de concreto que não tenha a alcunha de algum grande brasileiro a ornar sua existência. Se você começa a se perguntar, porém, sobre quem são esses que os brasileiros celebram em suas construções, ficará claro não se tratar, em sua esmagadora maioria, de escritores, músicos, professores, cidadãos de grande bravura. São em geral políticos. Antigos deputados, prefeitos, vice-prefeitos, secretários, presidentes, ministros, mulher de ministro, correligionário, governador, filho de governador, mãe de prefeito (esta é uma contribuição da cidade de São Paulo). (867 O 34)

Além das diferenças semânticas e morfossintáticas já detectadas, o potencial argumentativo das aposições para a construção do texto é outro parâmetro que distingue os dois tipos de aposições restritivas na amostra de português falado aqui examinada.

Em suma, os resultados da análise das aposições restritivas com a preposição *de* mostram que o núcleo é o primeiro elemento nominal. Similarmente ao que foi observado nas aposições restritivas sem preposição, é N1 o nome ao qual se aplicam prototipicamente os critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos.

Voltando o foco agora para o tipo de estratégias discursivas usado nas aposições restritivas com *de*, é a mais frequente a construção descritivamente introdutória, similarmente ao que se dá com as aposições desprovidas de conector. Essa estratégia compreende quase a totalidade dos casos da amostra, havendo apenas duas ocorrências que se afastam do padrão mediante o exercício da estratégia funcionalmente identificadora e da estratégia introdutória. A amostra não contempla nenhum caso de uso da estratégia contrastiva, embora ela seja perfeitamente possível. Esse resultado sinaliza, pelo menos, que é baixa a frequência de uso no português escrito de aposições restritivas conectadas pela preposição *de*.

4.4 Distinção entre os tipos de aposição com base em correlações pragmáticas e semânticas

Como visto, a aposição restritiva é uma estrutura de sintagma nominal que, no Nível Interpessoal, corresponde a um único Subato de Referência e que, no Nível Representacional, tem o primeiro constituinte, geralmente um nome comum, que é modificado de maneira restritiva pelo segundo nome, que é, na maioria dos casos, expresso por um nome próprio, conforme formalizado em (179).

(179) NI: (+id R_i: (T_i) (T_j) (R_i))

NR: (x_i: (f_i: presidente (f_i)) : (x_j: Lula (x_j)) (x_i))

O ex-presidente Lula

No caso de aposições restritivas com *de*, como *a cidade de São Paulo*, a relação de modificação no Nível Representacional segue a mesma direção, em que a *cidade* é o núcleo e *de São Paulo* é um modificador que dá uma especificação semanticamente necessária (180).

(180) NI: (+id R_i: (T_i) (T_j) (R_i))

NR: (l_i: (f_i: cidade (f_i)) : (l_j: São Paulo (l_j)) (l_i))

A cidade de São Paulo

Diferentemente desse tipo de estrutura, as aposições não restritivas são constituídas por dois SNs, cada um correspondendo a um Subato de Referência no Nível Interpessoal. Esses dois SNs são semanticamente correferenciais, o que significa que, no Nível Representacional, referem-se a apenas uma entidade (x_i) em (181).

(181) NI: (R_i: Lula) (R_j: ex-presidente do Brasil)

NR: (x_i)

Lula, ex-presidente do Brasil,

É possível associar as aposições restritivas a sentenças copulares, de modo tal que, um exemplo como (179) poderia ter como correspondente oracional *Lula é ex-presidente* e a aposição em (180) o correspondente *A cidade é São Paulo*.

Raposo e Nascimento (2013) afirmam que, nas construções do padrão *substantivo + (de) + nome próprio*, o substantivo, denominado pelos autores como classificador, pode ocorrer como sujeito de uma oração tendo o verbo *chamar-se* (ou equivalente) como predicator, como se vê nos exemplos contidos em (182-183).

(182) a Livraria Bertrand

b Essa livraria se chama Bertrand

- (183) a O mês de janeiro
 b Esse mês se chama janeiro

A possibilidade de paráfrases do tipo *N2 é N1* (*Lula é ex-presidente*) e *N1 chama-se N2* (*o ex-presidente chama-se Lula*) ativaria duas características das aposições restritivas: a atribuição de um título, função ou descrição para definir uma entidade, no caso das sentenças copulares, e a atribuição de um nome para essa mesma entidade, no caso da paráfrase com o verbo *chamar*. Essas propriedades garantem que a aposição restritiva tenha uma referência inequívoca.

No entanto, em termos discursivo-funcionais, não seria possível atribuir a uma construção com o predicado *chamar-se* um padrão de predicado do tipo classificacional, como em *Lula é ex-presidente*, e identificacional, como *Lula é o ex-presidente*.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), na classificação, o Nível Interpessoal contém uma relação entre um Subato de Atribuição e um Subato de Referência, enquanto, no Nível Representacional, o padrão do predicado consiste em duas unidades semânticas ontologicamente idênticas, pela simples razão de que um Indivíduo (x) pode classificar-se somente como outro Indivíduo (x), e não – a não ser metaforicamente – como um estado de coisas (e) (*João é explosão*) ou uma Propriedade (f) (*João é alta temperatura*).

Como a entidade classificada submete-se a uma classificação, ela assume a função semântica de Inativo (*Undergoer*). O padrão que especifica as funções semânticas no predicado classificacional básico está contido em (184) em que ‘v’ é uma variável sobre variáveis, para representar a possibilidade de conter um Indivíduo (x), um Estado de Coisas (e) ou uma Propriedade (f). Insere-se a cópula no Nível Morfossintático.

- (184) T R
 (f₁: [(v₁) (v₂)_U] (f₁)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204)

Considerado, portanto, o valor relevante do SN *O ex-Presidente Lula*, a paráfrase que permite uma leitura mais adequada dele é a que corresponde ao predicado não referencial *Lula é ex-presidente*, uma vez que, na aposição restritiva *O ex-presidente Lula, é ex-presidente* que evoca a atribuição de uma propriedade ao referente pretendido, *Lula*, de modo a reafirmar o título, a função institucional ou a descrição que define o indivíduo a que a aposição *o presidente Lula* se refere.

Se produzirmos a outra paráfrase possível, *O ex-presidente é Lula*, surgem duas sérias inadequações: em primeiro lugar, a expressão atributiva *ex-presidente* da formulação original deixa de ter valor atributivo para adquirir valor referencial, o que como consequência requer a introdução de identificabilidade codificada pelo artigo definido no Nível Representacional. Em segundo lugar, a relação de identificação indicaria equivocadamente que há dois Subatos de Referência em *O ex-presidente Lula*, o que absolutamente não corresponde à verdadeira intenção comunicativa da formulação de uma aposição restritiva. O mesmo vale para a paráfrase sugerida por Raposo e Nascimento (2013) com o verbo *chamar-se*, mas que é aceitável somente numa leitura identificacional, e não classificacional, que é própria da aposição restritiva. É por essa razão que só admitimos a paráfrase *Lula é ex-presidente*, mas não seu reverso *O ex-presidente é Lula*, e, na versão daqueles autores, *O ex-presidente se chama Lula*.

Com efeito, a relação equativa se dá entre duas entidades referenciais, codificada numa construção identificacional, como em (185)

- (185) R R
 $(f_1: [(x_1) \quad (x_1)] (f_1))$ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 205)

Numa construção identificacional, duas unidades semânticas representam meios alternativos de ver a mesma entidade. Não há relação de atribuição de propriedade e, por isso, nenhuma das duas unidades semânticas contrai uma função semântica, como ocorre com a atribuição de Inativo à construção classificacional. Na realidade, o teste da formulação copular, com construção de identificação, seria mais adequadamente aplicável a uma aposição não restritiva, como a expressa em (186).

- (186) a Lula, o presidente dos pobres
 b Lula é o presidente dos pobres.
 c O presidente dos pobres é Lula.

As aposições restritivas sem operador de definitude não licenciam também construções equativas, como as aposições não restritivas, deixando ainda mais direta a relação entre os constituintes e, por isso, não admite a construção identificacional com dois Subatos de Referência referenciais, como mostram os exemplos contidos em (187-188).

- (187) a Papa Francisco
 b Francisco é (um) papa.
 c *Papa é Francisco
- (188) a Mestre Ziza
 b Ziza é (um) mestre
 c *Mestre é Ziza

Nos casos acima, o não licenciamento de paráfrases com construção identificacional em (187c) e (188) mostra ser obrigatória a leitura de evocação de uma propriedade, ou seja, o SN representando aposições restritivas evoca um Subato de Referência (*Ziza*) e um Subato de Atribuição, justamente o classificador (*mestre*).

Esse tipo se aproxima do padrão em que núcleo e modificador são conectados por preposição, como *a cidade de Santos*. Para Raposo e Nascimento (2013), a relação, que é identificacional, responderia pela paráfrase *A cidade se chama Santos*, o que, nesse caso, seria um equivalente perfeito de *A cidade é Santos*, que, similarmente a *Mestre Ziza*, é uma construção classificacional, tendo como a paráfrase mais provável uma relação sujeito/predicado invertida, que, se comparada a *Mestre Ziza* (*Ziza é mestre*), seria *a cidade é Santos*.

Comporta-se similarmente a essa a essa aposição outros padrões como *o conceito de proletariado*, a que se aplica como paráfrase mais provável, *o conceito é proletariado* em face da leitura metalinguística de *proletariado*. Nesses dois padrões específicos, além da diferença semântica, a distinção se dá na codificação morfossintática. A similaridade semântica entre *a cidade de Santos* e *o conceito de proletariado*, que leva a uma construção classificacional, mas de paráfrase invertida a *Mestre Ziza*, se aplicado o teste da predicação copular, tem fundamento na diacronia do português em que se veem resíduos de outras etapas da mudança em que *mês janeiro* pode emergir lado a lado com *mês de janeiro* e tem em *a letra 'e'*, *o número cinco* etc suas construções prototípicas, cuja paráfrase é motivação, uma vez mais, para uma construção classificacional: *a letra é 'e'*, *o número é "cinco"* etc.

Vejamos, com base numa análise qualitativa, como explicar a diversidade funcional das construções apositivas na construção do texto. Considere-se inicialmente o exemplo (189).

- (189) Tem sido assim desde sua chegada em companhia do **marido, o escultor Hissao Ohara**, morto em 1989. (858 R 10-11)

A ocorrência acima traz uma aposição restritiva e outra não restritiva em diferentes linearizações. No exemplo (189), uma aposição não restritiva (*o escultor Hissao Ohara*) é apostro de *marido*, imediatamente anterior. É curioso que uma aposição não restritiva seja constituída em si mesma por uma aposição restritiva sem preposição, o que caracteriza a liberdade de criação do sujeito no processo de interação. É o segundo membro da aposição não restritiva que fornece uma informação relevante sobre o referente do primeiro membro, elaborando a referência, o que não acontece nas restritivas. No caso de (189), *marido* e *o escultor Hissao Ohara* constituem dois Subatos de Referência, sendo o segundo Subato um desenvolvimento do primeiro. Ao mesmo tempo, na aposição restritiva *o escultor Hissao Ohara*, vê-se a relevância no Nível Representacional em inserir um predicado modificador para o nome próprio que o identifica como um tipo de artista, outra informação relevante no contexto da enunciação.

Vejamos agora o exemplo (190).

- (190) Foi na Escola Ultramarina, cristã, que se matriculou ***o rapagão Issamu Yuba (1906-1976)***, **filho do prefeito de uma cidade da Baía de Osaka inconformado com a escalada da desigualdade social**. (858 R 10-11)

Nesse caso, a linearização no Nível Morfossintático reproduz outra estratégia do falante em que uma aposição restritiva (*o rapagão Issamu Yuba (1906-1976)*) inicia a referência a uma entidade, que acaba recebendo mais especificação pela aposição não restritiva imediatamente seguinte. No caso de *o rapagão Issamu Yuba*, o falante atribui uma propriedade, *rapagão*, que é uma avaliação de si próprio sobre o referente. É um uso mais periférico de uma aposição restritiva que não veicula uma modificação informacionalmente relevante, mas uma avaliação subjetiva vinculada ao polo da enunciação. Veja agora o exemplo (191).

- (191) Sobram casos de perseguição da farda à batina. **Dom Helder Câmara, um dos fundadores da CNBB em 1952, arcebispo emérito de Olinda e Recife**, era proibido de ser citado na mídia. Padre Antonio Henrique Pereira Neto, seu amigo e assessor, foi sequestrado, torturado e morto em 1969 por agentes da ditadura, como forma de intimidar dom Helder (1042 R 20).

Em (191), retoma-se o referente de *Dom Helder Câmara*, um subtópico do supertópico *Farda e Batina*, em duas aposições sucessivas antes de emergir a informação focal (*era proibido de ser citado na mídia*). Na sequência, o subtópico passa a ser o referente de *Padre Antonio Henrique Pereira Neto*, uma aposição restritiva, retomada por uma terceira aposição não restritiva (*seu amigo e assessor*), que o vincula anaforicamente ao subtópico disparado no início do fragmento de texto em análise e explica como os agentes da ditadura intimidavam o aparecimento de Dom Helder Câmara na mídia. O que vai tornar *Padre Antonio Henrique Pereira Neto* um subtópico evocado não é o elemento descritivo *Padre*, mas a aposição não restritiva seguinte que o vincula ao subtópico principal Dom Helder Câmara por meio de *seu amigo e assessor*.

Observadas as diferenças na utilização das aposições restritivas e não restritivas, voltamo-nos agora para a diferença entre as restritivas sem e com o elemento de ligação *de* em sua constituição.

Em suma, as aposições restritivas dispõem de dois tipos de padrão, um codificado com a preposição *de* e o outro codificado sem conector. A comparação aplicada aos dois tipos de aposição restritiva para determinar a possibilidade de parâmetros de formulação e de codificação que as oponham ou as aproximem permitiu deduzir similaridades e dissimilaridades em diferentes níveis da GDF, com base nos critérios definidos na Seção 3.

No Nível Interpessoal, os dois tipos constituem um único Subato de Referência e que, por sua vez, contém dois Subatos de Atribuição. As aposições sem preposição podem ser marcadas ou não por definitude, enquanto as com *de* são necessariamente definidas. O que mais adequadamente identifica as aposições restritivas sem *de* é uma paráfrase com uma atribuição de propriedade, diferentemente das oposições não restritivas, que podem ser parafraseadas semanticamente como uma construção identificacional. Algumas construções sem artigo como *Mestre Ziza* são mais adequadamente identificadas com uma construção classificacional.

Ainda considerando o Nível Representacional, os dois tipos de aposição são representados por uma única entidade, a que se aplicam diferentes categorias semânticas. A Tabela 6 reúne as categorias semânticas que apareceram com cada aposição:

Tabela 6: Categorias semânticas das aposições restritivas

<u>Aposição sem <i>de</i></u>			<u>Aposição com <i>de</i></u>		
Categoria semântica	n	%	Categoria semântica	n	%
Conteúdo Proposicional	2/90	2,22	Conteúdo Proposicional	2/12	16,66
Estado de Coisas	10/90	11,11	- ³⁹	-	-
Indivíduo	70/90	77,77	Indivíduo	2/12	16,66
Lugar	1/90	1,11	Lugar	7/12	58,33
Tempo	4/90	4,44	- ⁴⁰	-	-
-	-	-	Quantidade	1/12	8,33

Fonte: elaborado pela autora

Além da extensão de categorias semânticas abrangidas por cada tipo, é relevante a frequência com que são empregadas. As aposições sem *de* designam mais frequentemente indivíduos, enquanto as aposições com *de* designam lugares. Ainda no âmbito das relações semânticas, identificamos como de modificação restritiva a relação que se estabelece entre os elementos. Esses parâmetros semânticos apontam para diferenças relevantes entre os dois tipos morfossintáticos de aposição restritiva.

Por fim, no Nível Morfossintático, a diferença entre as aposições reside na ocorrência ou não da preposição *de*. Enquanto um subtipo é composto de um único SN com dois elementos nominais, o segundo é composto por um SN que por sua vez contém um nome e um sintagma preposicionado. A motivação para diferentes padrões morfossintáticos encontra-se provavelmente nas mudanças sofridas na passagem do latim clássico para o vulgar e, posteriormente, para as línguas românicas, tendo afetado de maneira diferente os SNs de diferentes categorias semânticas, conforme especificado na seção 4.3.

³⁹ Os sintagmas nominais com *de* que designam Estados de Coisas são sintagmas do tipo núcleo-complemento, uma vez que os nomes na posição de N1 precisam de um complemento, realizado pelo sintagma preposicionado encabeçado por *de*. É o caso de sintagmas como *a criação de galinhas*, *a produção de café*, etc.

⁴⁰ Conforme explicitado anteriormente, não encontramos nenhuma aposição que indicasse tempo (o mês de janeiro; o ano de 2018) em nossa amostra, contudo esse tipo de aposição é amplamente reconhecido pela literatura.

5 Considerações finais

Ao analisar e descrever as aposições restritivas sem e com a preposição *de* no português escrito, levantamos como relevantes os objetivos de i) estabelecer a nuclearidade das aposições restritivas sem e com *de*; ii) verificar as estratégias discursivas que o falante emprega no uso dessas estruturas; iii) determinar como as estratégias discursivas motivam os usos dos subtipos morfossintáticos; e v) identificar se há parâmetros de formulação e de codificação que oponham e/ou aproximem as aposições restritivas sem e com elemento de ligação nos níveis relevantes.

Esses objetivos desaguaram na formulação de quatro hipóteses, aqui repetidas por conveniência: i) o primeiro elemento nominal é o núcleo das aposições; ii) os níveis de formulação determinam a codificação morfossintática das aposições; iii) a estratégia discursiva mais comum das aposições no português é a descritivamente identificadora e iv) as funções pragmáticas e as categorias semânticas permitem diferenciar as aposições restritivas sem e com *de*.

Para confirmar ou não essas hipóteses, projetamos critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, operacionalizados em grupos de fatores com a finalidade de responder a quatro perguntas cruciais: i) que elemento nominal é candidato a núcleo prototípico das aposições restritivas sem e com *de*?; ii) o uso de uma estratégia discursiva em detrimento de outra determina o uso de dos subtipos morfossintáticos?; iii) qual é a estratégia discursiva mais comum que essas aposições desempenham no português?; iv) que parâmetros diferenciam as aposições restritivas sem e com elemento de ligação no português?

Adotou-se como aparato teórico fundamental a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), um modelo que postula uma orientação descendente para a gramática que, tomando como ponto de partida a intenção comunicativa, desenvolve-se em níveis de formulação e de codificação para chegar, enfim, à articulação. Esse modelo parte do pressuposto de que uma teoria da gramática é mais adequada quando se espelha no modelo de processamento linguístico do falante. Admitir uma arquitetura descendente significa assumir que os níveis de formulação, ou seja, o Interpessoal e o Representacional motivam a codificação morfossintática e fonológica de uma expressão linguística.

A respeito da nuclearidade das aposições, nossa primeira pergunta de pesquisa, os dados aqui discutidos mostraram que o núcleo prototípico dos dois tipos de construção é o primeiro nome do SN. Isso significa que é N1 o elemento que mais preenche os critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos previamente determinados. A análise mostrou também que não é a mais relevante em termos de adequação entre dados e teoria, uma abordagem que selecione

apenas o núcleo pragmático ou semântico ou morfossintático, uma vez que os critérios de cada nível podem selecionar ora N1, ora N2 como núcleo da aposição no português.

Além de ter definido o elemento nuclear prototípico das aposições restritivas no português escrito, este trabalho se voltou para a identificação das estratégias discursivas usadas para a enunciação de uma aposição e para o modo como elas determinam a codificação morfossintática dessa categoria de SNs. Foi possível deduzir que o uso de artigo definido é típico da estratégia descritivamente identificadora, a mais comum entre as aposições, uma vez que os referentes já estão presentes na memória do leitor e dependem apenas de uma instrução para serem recuperados. Diferentemente das aposições sem a preposição *de*, que permitem o uso do artigo indefinido no uso introdutório, as aposições com *de* parecem não admitir indefinidade.

Este estudo ainda permitiu verificar o uso das aposições no português escrito e estabelecer um profícuo diálogo com outros trabalhos anteriores. Mostra-se insuficiente uma abordagem como a de Quirk et al. (1985), por exemplo, que classifica as aposições de acordo com a obrigatoriedade dos elementos nominais, a classe sintática a que pertencem e se formam ou não mais de uma unidade de informação. A irrelevância de poder explanatório reside especialmente na classificação das aposições como tendo apenas um membro omissível ou os dois membros omissíveis. Como se verificou no percurso da análise, a maioria dos casos tem os dois membros positivos como obrigatórios, caso não previsto pelos autores, que, provavelmente se aplicam à análise do inglês.

Tomando o estudo de Lemson (2016) como ponto de partida, foi possível confirmar a constituição das aposições restritivas em termos de Subatos no Nível Interpessoal. Fizemos, no entanto, algumas ressalvas à atribuição das funções pragmáticas nesse nível, em razão das possibilidades previstas no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional. Além disso, a quantificação das ocorrências permitiu verificar tendências observadas por essa autora em trabalho de base unicamente qualitativa.

Ainda em relação ao trabalho de Lemson (2016), foi possível confirmar que as categorias semânticas por ela identificadas aparecem nas aposições restritivas; mas também, nossa análise permitiu expandir a lista de categorias abrangidas pelas aposições postulada por ela. No que tange às relações semânticas, nossas conclusões vão de encontro às formuladas por Lemson (2016), para a qual é possível verificar uma relação de interdependência entre os nomes, quando, para este trabalho a relação que se estabelece é, na verdade, a de modificação restritiva.

Procedemos, no final, a uma tentativa de distinguir, por um lado, a aposição não restritiva dos diferentes tipos de aposição restritiva com base na representação formal das construções identificacionais e, por outro, os subtipos de aposição restritiva com base no tipo de relação copular que elas permitem estabelecer, como critério a representação das construções classificacionais.

Podemos concluir que a aplicação de parâmetros extraídos do arcabouço teórico da GDF demonstrou que o modelo tem alto poder explanatório e torna-se um modelo adequado para a análise dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos das aposições.

Para finalizar, registramos aqui a esperança de que esta dissertação possa ter lançado luzes sobre o fenômeno investigado, razão de ser da pesquisa científica. Deixamos, contudo, aos leitores o julgamento do grau de alcance do cumprimento desse objetivo maior, tendo como única certeza a de que, no mínimo, este trabalho tem a capacidade de provocar a discussão e o debate, forças motrizes que alavancam o progresso da ciência.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA-FARIÑA, J. C. **The puzzle of apposition**: on so-called appositive structures in English. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1996.
- ACUÑA-FARIÑA, J. C. Aspects of the grammar of close apposition and the structure of the noun phrase. **English Language and Linguistics**, Cambridge, v. 13, n. 3, p. 453-481, 2009.
- ACUÑA-FARIÑA, J. C. The grammars of close apposition. **Journal of English Linguistics**, Thousand Oaks, v. 44, n. 1, p. 61-83, 2016.
- AKMAJIAN, A.; LEHRER, A. NP-like quantifiers and the problem of determining the head of an NP. **Linguistic Analysis**, New York, v. 2, p. 395-413, 1976.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**: SN complexes, nominalisations, anaphores. Neuchâtel: Institut de Linguistique de L'Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.
- BASSETTO, L. M. T. **O funcionamento de nomes próprios no processo de referência**. 2015. 202 f. Tese (Doutorado). – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2015.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORBA, F. S. Empregos ibéricos da preposição de. **Alfa: revista de linguística**, Marília, v.7/8, p. 173-198, 1965.
- BURTON-ROBERTS, N. Nominal apposition. **Foundations of Language**, Amsterdam, v.13, n. 3, p. 391-419, 1975.
- CAMACHO, R. G. **Classes de palavras na perspectiva da gramática discursivo-funcional**: o papel da nominalização no continuum categorial. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.
- CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; GONÇALVES, S. C. L. O Substantivo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (org). **Gramática do português culto falado no Brasil**: classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v. 1, p. 21-84.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- CURME, G. O. **A grammar of the English language**: syntax. Boston: Heath, 1931.
- DAVIES, M. **Corpus do português**: news on the web. [S.l.], [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>. Acesso em: 24 set. 2018.
- DEN DIKKEN, M. **Copulas**. Ms. Vrije Universiteit, Amsterdam, 1995.

- FRANCIS, W. N. **The structure of American English**. New York: Ronald, 1958.
- FRIES, C. C. **The structure of English**. New York: Harcourt, 1952.
- GIVÓN, T. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: Benjamins, 2001.
- GRICE, P. Lógica e conversação. *In*: DASCAL, M (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Campinas: Editora da Unicamp, 1982. p. 81-103.
- GUNDEL, J. K.; HEDBERG, N.; ZACHARSKI, R. Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. **Language**, New York, v. 69, n. 2, p. 274-307, 1993.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.
- HAUGEN, E. On resolving the close apposition. **American Speech**, Durham, v. 28, p. 165–170, 1953.
- HENGEVELD, K. Introduction: transparency in Functional Discourse Grammar. **Linguistics in Amsterdam**, Amsterdam, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2011.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HOCKETT, C. F. Attribution and apposition in English. **American Speech**, Durham, v. 30, p. 99–102, 1955.
- HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. **The Cambridge grammar of English language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- JESPERSEN, O. **Philosophy of grammar**. London: George Allen and Unwin, 1924.
- JESPERSEN, O. **A modern English grammar on historical principles**. London: Allen & Unwin, 1949. v. 3.
- KEIZER, E. Close appositions. *In*: GROOT, C.; HENGEVELD, K. (ed.). **Morphosyntactic expression in Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005a. p. 381-418.
- KEIZER, E. The discourse function of close appositions. **Neophilologus**, Groningen, v. 89. p. 447-467, 2005b.
- KEIZER, E. **The English noun phrase**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KEIZER, E. Reference and ascription in Functional Discourse Grammar: an inventory of problems and some possible solutions. *In*: VELASCO, D. G.; RIJKHOFF, J. (ed.). **The noun phrase in functional discourse grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 181-219.
- KOCH, I. G. V. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. **Revista Investigações**, Recife, v. 21, n. 2, p. 99-114, 2008.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 2011. *E-book*.

LAGO, J. A special type of nonrestrictive modification: the apposition. **Verba**: anuario galego de filoloxía, Santiago Compostela, v. 18, p. 487-520, 1991.

LEE, D. W. Close apposition: an unresolved problem. **American Speech**, Durham, v. 27, p. 268-275, 1952.

LEKAKOU, M; SZENDRÖI, K. Eliding the noun in close apposition, or Greek polydefinites revisited. **UCL Working Papers in Linguistics**, London, 2007.

LEMSON, T. M. S. C. **Aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo**: análise e formalização no modelo da gramática discursivo-funcional. 2016. 166 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

LONGRÉE, D. Les compléments du nom em latin classique: syntaxe, sémantique et pragmatique. **Cahiers de L'Institut de Linguistique de Louvain**, Louvain, v. 13, n. 1/2, p. 163-230, 1987.

MASSON, S. P. O aposto na (re)construção de referentes. *In*: CONGRESSO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 12., 2009, Rio de Janeiro. **Cadernos[...]**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. p. 76-91.

MATTHEWS, P. H. **Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MAURER JUNIOR, T. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

MEYER, C. F. **Apposition in Contemporary English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52. (Coleção clássicos da lingüística).

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

NOGUEIRA, M. T. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil**. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1999.

NOGUEIRA, M. T. Construção apositiva e recategorização metafórica. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 179-189, 2011.

- NOGUEIRA, M. T. Propriedades textuais-discursivas da aposição não restritiva. *In*: SOUZA, E. R. **Funcionalismo linguístico: análise e descrição**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 147-169.
- PEZATTI, E. G. **A ordem das palavras no português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. *In*: COLE, P. **Radical pragmatics**. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- QUIRK, R.S. et al.. **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.
- RAPOSO, E. B. P.; NASCIMENTO, M. F. B. Nomes próprios. *In*: RAPOSO, E. B. P.; NASCIMENTO, M. F. B.; MOTA, M. A. C.; SEGURA, M.; MENDES, A. (org.). **Gramática do português**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. v. 1. p. 993-1044.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Libros, 2009.
- RODRÍGUEZ, C. F. De nuevo sobre la aposición. **Verba: anuario galego de filoloxía**, Santiago Compostela, v. 16, p. 215-236, 1989.
- ROSCH, E. H. Natural categories. **Cognitive Psychology**, New York, v. 4, p. 328-350, 1973.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E.. 2005. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: University of Toronto, Department of Linguistics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- SERAFIM, M. C. S. **A nuclearidade de sintagmas-de com dois elementos nominais**. 2017. Relatório final de pesquisa da FAPESP: (iniciação científica.) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2017.
- SOPHER, H. Apposition. **English Studies**, Amsterdam, n. 52, p. 401–412, 1971.
- TABOADA, M. Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición. **Verba: anuario galego de filoloxía**, Santiago Compostela, v. 5., p. 315-340, 1978.
- TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1965.
- ZWICKY, A. Heads. **Journal of Linguistics**, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 1-29, 1985.